



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — Nº 98

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 13, 20, 22 e 27 de agosto do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 136, de 1963, na Câmara e nº 31, de 1963, no Senado)

que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares.

Senado Federal, em 23 de julho de 1963,

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN — AB).
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN — PI).
Segundo Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guimard — Acre (em exercício o Suplente — José Kairala).
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte (em exercício o Suplente — Manoel Vilhaca do PTB).
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino em exercício o suplente Eduardo Cataião do PTB — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedicto Valladares — Minas Gerais.
19. Filint Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás em exercício o suplente — José Elias.

SENADO FEDERAL

PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Pessoa (em exercício o Suplente Eduardo Assmar) — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Cevi — Amazonas.
5. Antonio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado (em exercício o Suplente, Soé Bezerra) — R. G. Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro em exercício o Suplente Gouvêa Vieira.
14. Nelson Maculan — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná em exercício o suplente Melo Braga.
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Bezerra Neto (em exercício o Suplente Gastão Muller).

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte em exercício o Suplente Cortês Pereira.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Catete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos — São Paulo.
1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite (em exercício suplente Dyton Costa) — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Jasaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)
União Democrática Nacional (U. D. N.)
Partido Libertador (PL)
Partido Trabalhista Nacional (P.T.N.)
Partido Social Progressista (P. S. P.)
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)
Partido Republicano (P. R.)

Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	64
Total	2
	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

1º — Maioria (39 Membros):
PSD
PTB
2º — Minoria (17 Membros):
UDN
PL
3º — Pequenas Representações (9 Membros):
PTN
PSP
PSB
MTR
PR
PDC
Josaphat Marinho (Sem Legenda).

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

Líder:
Barros Carvalho — (PTB — PE).
Vice-Líderes:
Victorino Freire — (PSD — MA)
Vasconcelos Torres — (PTB RJ)
Jefferson de Aguiar — (PSD — ES)
Lobão da Silveira — (PSD — PA).

MINORIA

Líder
João Agripino — (UDN — PB)
Vice-Líderes:
Daniel Krieger — (UDN — RS)
Mem de Sá — (PL-RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

Líder
Lino de Matos — (PTN — SP)
Vice-Líder
Aurélio Viana — (PSB — GB)

II — DOS PARTIDOS

2 PSD
Benedicto Valladares — (MG)
2 Vice-Líderes
Wilson Gonçalves — (CE)
1 Sigefredo Pacheco — (PI)
1 Walfredo Gurgel — (RG)

TB
Lider
 Artur Virgílio — (AM)
 Vice-Líderes
 Amaury Silva — (PR)
 Wivaldo Lima — (AM)
 Bezerra Neto — (MT)
UDN
Lider
 Daniel Krieger — (RS)
 Vice-Líderes
 Eurico Rezende — (ES)
 Padre Calazans — (SP)
 Adolfo Franco — (PR)
PL
Lider
 Mem de Sá — (RS)
 Vice-Lider
 Aloysio de Carvalho — (BA)
PTN
 Lino de Matos — (SP)
 Vice-Lider
 Catete Pinheiro — (PA)
PSP
Lider
 Miguel Couto — (RJ)
 Vice-Lider
 Raul Giuberti — (ES)

COMISSÕES PERMANENTES**Comissão Diretora**

Moura Andrade — Presidente (PSD)
 Nogueira da Gama — (PTB)
 Adalberto Sena (PTB)
 Rui Palmeira (UDN)
 Gilberto Marinho (PSD)
 Catete Pinheiro (PTN)
 Joaquim Parente (UDN)
 Guido Mondin (PSD)
 Vasconcelos Torres (PTB)

Comissão de Agricultura**(7 MEMBROS)**

Presidente — Nelson Maculan (PTB)
 Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Eugênio Barros
2. José Feliciano

Suplentes

1. Atilio Fontana
2. Pedro Ludovico

PTB**Titulares**

1. Nelson Maculan
2. Dix-Huit Rosado
3. Raul Giuberti

Suplentes

1. Eduardo Catalão
2. Aarão Steinbruch
3. Adalberto Sena

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressa nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

ano Cr\$ 133,60

FUNCIONÁRIOS**Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 23,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 103,00

— Excoluadas as para o exterior, que serão sempre atuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio do cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

UDN**Titulares**

1. Lopes da Costa
2. Antonio Carlos

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

Comissão de Constituição e Justiça**(11 MEMBROS)**

Presidente — Milton Campos — (UDN).

Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Jefferson de Aguiar
2. Ray Carneiro
3. Lobão da Silveira
4. Wilson Gonçalves
5. Josaphat Marinho

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. Benedito Valladares
4. Aarão Steinbruch
5. Heribaldo Vieira

PTB**Titulares**

1. Amaury Silva
2. Bezerra Neto
3. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Artur Virgílio
2. Argemiro de Figueireda
3. Silvestre Péricles.

UDN**Titulares**

1. Aloysio de Carvalho
2. Eurico Rezende
3. Milton Campos

Suplentes

1. Afonso Arinos
 2. Daniel Krieger
 3. João Agripino
- Secretário: Ronaldo Ferreira Dias
 Oficial Legislativo, PL-8.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16.00 horas.

Comissão do Distrito Federal**(7 MEMBROS)**

Presidente — Lino de Matos (PTN)
 Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD)

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Menezes Pimentel
2. Pedro Ludovico
3. Lino de Matos

Suplentes

1. Filinto Müller
2. Eugênio Barros
3. Heribaldo Vieira

PTB**Titulares**

1. Dix-Huit Rosado
2. Oscar Passos

Suplentes

1. Antônio Jucá
2. Aarão Steinbruch

UDN**Titulares**

1. Dinarte Mariz
2. Eurico Rezende

Suplentes

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretária: Vera de Alvarenga Moura.

Comissão de Economia

Presidente: Filinto Müller.

Vice-Presidente: Eduardo Catalão.

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Filinto Müller
2. Eugênio Barros
3. Atilio Fontana
4. José Guimard

Suplentes

1. Jefferson de Aguiar
2. Giffredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho

PTB**Titulares**

1. Eduardo Catalão
2. Nelson Maculan
3. Júlio Leite

Suplentes

1. Oscar Passos
2. Bezerra Neto
3. Pinto Ferreira

UDN**Titulares**

1. Adolfo Franco
2. Lopes da Costa

Suplentes

1. José Cândido
 2. Zacarias de Assunção
- Reuniões: Terças-feiras, às 16.00 horas.
 Secretário: Cid Brügger.

Comissão de Educação e Cultura**(7 MEMBROS)**

Presidente — Menezes Pimentel — (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

Suplentes

1. Benedito Valladares
2. Silvestre Pacheco

PTB**Titulares**

1. Adalberto Sena
2. Pinto Ferreira

Suplentes

Pessoa de Queiroz
Amaury Silva

UDN

Titulares

Antonio Carlos
Padre Calazans
Mem de Sá

Suplentes

Adolfo Franco
Milton Campos
Arnon de Melo

Reuniões: Quartas-feiras, às 15,00 horas.

Secretária: Vera de Alvarenga Ma-

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

PTB — Argemiro de Figueiredo —
Presidente

UDN — Daniel Krieger — Vice-Pre-
sidente

Composição

PSD

Titulares

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

Suplentes

1. José Guimard
2. Eugênio de Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

PTB

Titulares

1. Bezerra Neto
2. Dix-Huit Rosado
3. Pessoa de Queiroz
4. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Nelson Maculan
2. Lino de Matos
3. Vasconcelos Torres
4. Amaury Silva
5. Aurélio Vianna

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. Irineu Bornhausen
3. Lopes da Costa

Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Eurico Rezende
4. João Agripino

PL

Titular

1. Mem de Sá

Suplente

1. Aloysio de Carvalho
- Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00 horas.
Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima (PTB-).

Vice-Presidente: Ruy Carneiro (PSD).

Composição

PSD

Titulares

Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
José Guimard
Raul Giuberti

SUPLENTE

Leite Neto.
Lobão da Silveira.
Eugenio Barres.
Julio Leite.

PTB

TITULARES

Vivaldo Lima.
Amaury Silva.
Heribaldo Vieira.

SUPLENTE

Aurélio Vianna.
Pessoa de Queiroz.
Antônio Jucá.

TITULARES

UDN

Eurico de Rezende.
Antônio Carlos.

SUPLENTE

Lopes da Costa
Zacarias de Assumpção.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: Cid Brugger.

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).

Composição

PSD

Titulares

1. Wilson Gonçalves.
2. Ruy Carneiro.

Suplentes

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto.

PTB

Titulares

1. Dix-Huit Rosado
2. Heribaldo Vieira
3. Aurélio Vianna.

Suplentes

1. Argemiro Figueiredo
2. Arnon de Melo
3. Júlio Leite

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. José Cândido.

Suplente

1. João Agripino
2. Lopes da Costa.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado.
Vice-Presidente — Padre Calazans

Composição

PSD

Titulares

1. Walfredo Gurgel.
2. Sebastião Archer.

Suplentes

1. Lobão da Silveira
2. João Feliciano.

PTB

Titular

1. Dix-Huit Rosado.

Suplente

1. Heribaldo Vieira.

UDN

Titulares

1. Padre Calazans
2. Júlio Leite.

SUPLENTE

1. João Agripino.
2. Josaphat Marinho.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (P.B.).

Composição
PSD

TITULARES

1. Benedicto Valladarea
2. Filinto Müller.
2. Jefferson de Aguiar
4. Aarão Steinbruch.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guimard.
4. Victorino Freire.

PTB

TITULARES

1. Pessoa de Queiroz.
2. Vivaldo Lima.
3. Eduardo Catalão.

SUPLENTE

1. Antônio Jucá.
2. Oscar Passos.
3. Argemiro de Figueiredo.

UDN

TITULARES

1. Antônio Carlos.
2. José Cândido
3. Padre Calazans.
4. Arnon de Melo.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
 2. Eurico Rezende.
 3. João Agripino.
 4. Mem de Sá.
- Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

Composição

PSD

TITULARES

1. Pedro Ludovico.
2. Sigefredo Pacheco.

SUPLENTE

1. Eugenio Barres.
2. Walfredo Gurgel.

PTB

TITULAR

1. Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

1. Adalberto Sena.

UDN

TITULAR

1. Lopes da Costa.

SUPLENTE

1. Dinarte Mariz

PSD

TITULAR

1. Miguel Couto.

SUPLENTE

1. Raul Giuberti
- Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.
Secretário: Ednardo Rui Barbosa

* Republica-se por ter sido con-

incorreção.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Redação

ATA DA 22ª REUNIAO REALIZADA
AOS 17 DIAS DO MES DE JULHO
DO ANO DE 1963.

(Extraordinária)

As quatorze horas do dia doze de julho do ano de mil novecentos e sessenta e três, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Sebastião Archer, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Josaphat Marinho.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Padre Calazans, Vice-Presidente e Heribaldo Vieira, convocado em virtude do licenciamento do Senhor Senador Dix-Huit Rosado.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica aos presentes que, de acordo com publicação no Diário do Congresso do dia doze do corrente mês, foram designados, para as vagas de suplentes na Comissão, os Senhores Senadores Menezes Pimentel, pelo PSD e Daniel Krieger, pela UDN.

E' aprovada o parecer em que o Senhor Senador Lobão da Silveira apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 1962, número 2 852-B-62, na Casa de origem, que revoca, sem ônus, a Lei nº 3.041, de 9 de dezembro de 1961, que extingue a Recita e Fixa a Despesa da União, para o exercício de 1963 com varias modificações no texto original a fim de dar melhor uniformidade à matéria.

Nada mais havendo que tratar, passa por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Diretora

14ª REUNIAO REALIZADA EM 11 DE
JULHO DE 1963.

Sob a presidência do Sr. Nogueira da Gama, Vice-Presidente, presentes os Srs. Gilberto Marinho, 2º Secretário, Adalberto Sena, 3º Secretário, Cateia Pinheiro, 4º Secretário, e Joaquim Parente, 1º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Moura Andrade, Presidente, Rui Palmeira, 1º Secretário, Juca Mondim, 2º Suplente, e Vasconcelos Torres, 3º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem debate aprovada.

São distribuídos os seguintes processos:

Ao Sr. Vice-Presidente

Requerimento nº 135-63 — Odete Lopes de Almeida, Enfermeira PL-7, aposentada, consulta à Comissão Diretora sobre o seu direito à percepção de gratificação de nível universitário.

Requerimento nº 80-63 — Zolmarê de Miranda, Redatora, PL-4, solicita a gratificação por nível universitário.

Requerimento nº 466-63 de Aécio Carlos Bondeira Redator, PL-3, solicita o que se afastará do serviço no período de 1 a 8 de julho de 1963 para comparecer às festas do aniversário de elevação à categoria de cidade de Teresopolis onde é Presidente da Câmara Municipal (Três Pontas — RJ).

Ao Sr. 1º Secretário

Requerimento nº 289-63 — do Anônimo Carlos Moura Auxiliar de Secretaria PL-10 solicitando concessão de licença de 30 dias.

Requerimento nº 375-62 — de Benedita Maria Soares, Redatora, PL-3,

pedindo, em prorrogação, 90 dias de licença para tratamento de saúde;

Requerimento nº 387-63 — do Serviço Médico comunicando a necessidade de continuar Mercilio de Souza, Auxiliar de Portaria, PL-8, de licença para tratamento de saúde, por mais 12 meses;

Requerimento nº 396-63 — do Serviço Médico comunicando que Gonçalo da Oliveira, Ajudante de Porteiro, PL-7, necessita de 60 dias para tratamento de saúde;

Ao Sr. 4º Secretário

Requerimento nº 355-63 — de Heredito del Gaudico, Eletricista, solicitando pagamento dos dias que lhe foram descontados quando em licença para tratamento de saúde;

Requerimento nº 354-63 — o Serviço Médico do Senado comunica que Emmanuel Novais, Auxiliar Legislativo, PL-10, faltará ao serviço no período de 4 a 14-6, a fim de acompanhar sua esposa ao Estado da Guanabara, conforme atestado médico anexo

Após exame do processo administrativo, instaurado pela Portaria nº 1 de 15 de maio último, de sua autoria, a Comissão Diretora delibera submeter, preliminarmente, o Motorista Auxiliar, PL-10, Veríssimo Torres dos Reis, a exame de sanidade mental, tendo em vista os documentos médicos existentes no aludido processo, no qual a Comissão declara, também, haver o acusado praticado "a incondência pública e escandalosa" a que se refere o art. 210, nº III, do Regulamento da Secretaria do Senado, punível com a pena de demissão.

Em seguida, a Comissão Diretora nomeou para os cargos vagos de Auxiliar de Limpeza, PL-11, Aliatir Pinto de Andrade e Aroldo Lacerda Guimarães.

O Sr. 4º Secretário transmite à Comissão o desejo manifestado pelo Sr. 1º Secretário de que a Comissão ilhasse, a exemplo do que faz a Câmara dos Deputados, uma quota para fornecimento de material aos Senhores Senadores. Sugere, ainda, que os pedidos sejam assumidos pelo próprio Senador ou pelo Chefe do seu Gabinete, unicamente, sendo ambas as sugestões aceitas pelos presentes.

A seguir, o Sr. Presidente trata da venda dos carros, ficando o Diretor-Geral incumbido de se entender com o leiloeiro que deveria ser incumbido da venda, estabelecendo-se que as despesas, inclusive de edital e outras, correrão por conta do mesmo ou do comprador.

Acrescenta Sua Excelência que do levantamento feito, verificara a necessidade da aquisição de mais três carros.

A Comissão concorda com a compra, visto a fábrica manter o preço anterior.

Prosseguindo o Sr. Presidente informa haver o Sr. Senador Pessoa de Queiroz apresentado trabalho elaborado pelos seus técnicos de Pernambuco para instalação da Rádio do Congresso. A Câmara dentro de 24 horas escolheria o técnico que a representaria, devendo ambos ir ao Exterior para a aquisição do material.

Lembra o Sr. 4º Secretário a conveniência de antes se verificar se existe similar no Brasil.

O Sr. Presidente esclarece que os técnicos é que deverão dizer o que a indústria nacional fabrica, devendo apresentar relatório que esclareça, devidamente, à Comissão.

A Comissão, examinando a indicação feita pelo Diretor-Geral, nos termos do art. 139 item I, alínea d, do Regulamento da Secretaria, resolve nomear, interinamente, de acordo com o art. 71, item III, alínea a do mesmo Regulamento a Oficial Legislativo, PL-3, Edith Balassini, para substituir o Diretor das Comissões, durante seu impedimento.

Por sugestão do Sr. 2º Secretário, a Comissão determina ao Diretor-Ge-

ral que tome providências no sentido de serem examinadas as alegações do Oficial Legislativo Aroldo Moreira, feitas a ele e a outros Srs. Senadores de que estaria sofrendo constantes preterições. Delibera a Comissão que dito funcionário seja ouvido pessoalmente pelo Sr. Presidente, na presença do 4º Secretário que funcionará como Relator do caso.

O Sr. 1º Suplente sugere sejam feitos desde logo os estudos necessários à apresentação de projeto que conceda aos funcionários da Casa o aumento votado para os do Executivo.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

ATA DA 105ª SESSÃO, EM 23 DE JULHO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA:

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA — GILBERTO MARIANO — JOAQUIM PARENTE — ADALBERTO SENA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena,
Vivaldo Lima,
Siegfredo Pacheco,
Menezes Pimentel,
Manoel Vilas,
Argemiro de Figueiredo,
Domício Gondim,
Pessoa de Queiroz,
Ermirio de Moraes,
Silvestre Péricles,
Leite Neto,
Gouveia Vieira,
Benedito Valladares,
Nogueira da Gama,
Padre Calazans,
José Feliciano,
Pedro Ludovico,
Lopes da Costa,
Guido Mondini,
Daniel Krieger — (20).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o comparecimento de 20 Srs. Senadores.

Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

Mensagem nº 126, de 1963

(Nº 206, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, I, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 136-A-63 (na Senado nº 31-63) que "fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos e dá outras providências".

Incide o veto sobre os dispositivos e expressões abaixo relacionados, por contrários aos interesses nacionais ou inconstitucionais, conforme se verá das razões, em seguida expostas:

1) O parágrafo 1º do art. 5º a expressão: "na forma prevista no pa-

rágrafo anterior", constante do parágrafo 2º do mesmo artigo.

Razões:

Trata-se de dispositivo que não guarda a menor relação com o caput do artigo e com a sistemática do projeto, cujo objetivo é conceder aumento geral de vencimentos, na base de 70%, a todos os servidores do Poder Executivo.

Sua supressão não implica em excluir qualquer funcionário do aumento. Já a manutenção poderia ensejar interpretações que resultariam em conceder-se aumento a determinados grupos, em percentagens bastante superiores ao limite geral, acarretando privilégio injustificável.

Quanto à expressão constante do § 2º do mesmo artigo, sua supressão decorre, necessariamente, do veto ao § 1º.

2) As letras "d" e "e" do § 1º do artigo 15.

Razões:

Em princípio, há impropriedade na inclusão de norma dispondo sobre a remuneração de Membros de órgãos de deliberação coletiva, em Projeto que se refere a aumento de vencimentos. De outra parte, a prevalência de medida consubstanciada nas aludidas letras, estaria quebrada a hierarquia salarial, porque os membros dos Conselhos Fiscais e Administrativo dos Institutos de Previdência passariam a perceber gratificação maior que a dos membros do Conselho Superior da Previdência Social, órgãos de superior categoria. De outra parte, em virtude de decisão judicial, que equiparou, para efeito dos vencimentos, os Inspectores de Previdência aos Presidentes dos Institutos a manutenção da alínea "e" acarretaria vultoso ônus para o Tesouro Nacional.

Além disso, os beneficiados ficariam com vencimentos maiores que os Diretores dos grandes Departamentos da União, regulados pelos símbolos "C" da presente lei.

3) O art. 20, integralmente.

Razões:

A proibição contida no artigo criaria um tratamento desigual e injusto entre os pensionistas do Erário, uma vez que ressaltava aos que já tiveram requerido, na data da lei decorrente do Projeto, o direito de receber mais de uma pensão ou montepio. Sendo a pensão o resultado de contribuição compulsória, feita pelo funcionário em vida, nada mais justo, portanto, que após seu falecimento, recebam os seus herdeiros os benefícios correspondentes àquela contribuição que, em última análise, representa uma modalidade de assistência social. Esse princípio, aliás, foi acolhido, há bem pouco tempo, pelos poderes Legislativo e Executivo e consagrado na Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960, que estabelece, em seu art. 29, que "é permitida a acumulação: a) de duas pensões militares; b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil".

4) A expressão "os militares da Polícia Militar e do", inserida no artigo 24.

Razões:

Dentro da estrutura do Departamento Federal de Seg. Pública, que consagra o princípio de Polícia única, não existe, na Capital da República, Polícia Militar, mas, apenas, servidores incumbidos do policiamento ostensivo, de caráter preventivo, usado para esse fim uniforme, sem estarem, contudo, investidos de condição militar.

No que diz respeito à Polícia Militar do Estado da Guanabara, não obstante a circunstância especial decorrente da transferência da Capital do País, considero a concessão do benefício previdenciário discriminatória, uma vez que, de acordo com preceito constitucional, as Polícias Militares dos demais Estados constituem, de igual modo, forças auxiliares do Exército, merecendo, pois, o mesmo tratamento. O veto à expressão, tem, assim, o objetivo de evitar prováveis reivindicações daquelas corporações, com graves problemas para os governos estaduais.

Por outro lado, os militares não gozam do benefício de risco de vida, conseqüentemente as Polícias Militares, dada sua função constitucional de reservas do Exército, não apresentavam razões que justifiquem o privilégio.

5) O art. 33, integralmente.

Razões:

De acordo com o art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, os servidores a que se refere o dispositivo vetado fazem jus a uma gratificação adicional de 40% do vencimento.

Assim, a incorporação aos vencimentos pretendida pelo art. 33 do Projeto redundaria no inofensível direito a uma nova gratificação, calculada sobre o montante daquela incorporação. A medida, dessa forma, além do privilégio injustificável para um grupo funcional, acarretaria substancial aumento de despesas, que deve ser evitado.

6) Art. 41, integralmente.

Razões:

O disposto neste artigo constitui uma limitação à possibilidade de melhor aproveitamento do pessoal disponível da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). Por outro lado, a matéria já está satisfatoriamente definida nos itens I, II e III do § 1º do art. 40 do Projeto. Além disso, à medida em que a NOVACAP for concluindo suas atividades de construção e urbanização, tornar-se-á cada vez maior a disponibilidade de servidores, sendo mister aproveitá-los nos órgãos da administração federal, inclusive, nos de administração vinculada.

7) A expressão "admitidos a qualquer título", contida no art. 43.

Razões:

A outorga da condição de servidor público aos empregados das Fundações instituídas pela Prefeitura do Distrito Federal, bem como dos órgãos referidos nos arts. 40 e 42 do Projeto, já constitui pesado ônus para os cofres públicos. A manutenção da expressão vetada, além de injustificável dentro dos propósitos da transformação, ampla, de maneira imprevisível, o número de beneficiados, sobrecarregando, ainda mais, os encargos financeiros, com prejuízos para a política de estabilização orçamentária em execução pelo Governo Federal, de vez que estenderia a medida a pessoas que tenham prestado serviços meramente eventuais às Funções, sem qualquer vínculo de emprego.

8) O art. 45, integralmente.

Razões:

Não desconhece o Governo a necessidade de uma revisão do valor do abono familiar estabelecido no Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, para adaptá-lo à realidade atual.

Contudo, considero imprópria a inclusão de tal norma em projeto que dispõe sobre aumento de vencimentos de servidores públicos. Além disso, a ausência de estudo global do assunto, abrangendo todos os seus aspectos,

inclusive do ponto de vista financeiro, poderia comprometer sua execução. De fato, segundo cálculos aproximados, o disposto no artigo acarretará despesas de mais de Cr\$ 120.000.000.000,00 (cento e vinte bilhões de cruzeiros) que, indiscutivelmente, não poderá ser atendida pelos recursos consignados no Projeto, obrigando, assim, o Governo a usar de outros meios que refletirão, desfavoravelmente, na política econômico-financeira.

Vale acrescentar, finalmente, que o Governo já determinou exame acurado da matéria, cujas conclusões serão objeto de anteprojeto de lei a ser submetido, oportunamente, ao Congresso Nacional.

9) O art. 47 e seus parágrafos, integralmente.

Razões:

O Governo está perfeitamente identificado com os motivos que inspiraram a aprovação do art. 47 do Projeto, que suspende, temporariamente, a nomeação para o serviço público, limitando-a a casos excepcionais. Prova disso é estar em pleno vigor o Decreto nº 51.623, de 14 de dezembro de 1962, que prorrogou, até 31 de dezembro do corrente ano, a vigência do Decreto nº 51.504, de 11 de junho de 1962 que proíbe, temporariamente o ingresso de pessoal, a qualquer título no serviço civil do Poder Executivo e nas Autarquias, bem como nas Sociedades de Economia Mista, subvencionadas pela União.

Considero, porém, imperioso o veto porque, tendo em vista o preceito constitucional que confere ao Presidente da República, privativamente, a atribuição para prover os cargos públicos, qualquer limitação nessa competência deve ser objeto de Decreto do Executivo, como, aliás, vem sendo adotado.

Entretanto, comungando com o pensamento dos Senhores Congressistas, scabo de baixar o Decreto número dando nova forma aos atos proibitivos para adaptá-los aos termos em que se acha redigido o dispositivo vetado.

10) A expressão "ficando revogado o item IV do art. 12, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952", constante do art. 48.

Razões:

E' evidente o equívoco na remissão a todo o item IV do art. 12, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. Esta deveria ser feita, apenas, à alínea a do citado item, que se refere, especificamente, a nomeação interina, em substituição, no impedimento do ocupante efetivo de cargo isolado, forma de provimento, aliás, que se pretende eliminar pelo art. 48 do Projeto.

A revogação integral do citado dispositivo do Estatuto dos Funcionários Públicos significaria a proibição total de qualquer nomeação em caráter interino — mesmo para cargos de carreira — contrariando os interesses da administração.

11) O art. 49, integralmente.

Razões:

O Governo reconhece o valor da norma contida no artigo citado, que procura proteger o sistema do mérito. Todavia, seus resultados na prática contrariam os interesses da administração. Com efeito, o número limitado de cargos isolados no Serviço Público não justificaria a realização de concursos, que obriga sempre o Governo a elevadas despesas.

De outra parte é impraticável a incidência da medida nas Sociedades de Economia Mista e nos órgãos em que a União seja acionista majoritária, porque os cargos isolados de pro-

vimento efetivo integram, tão somente, a estrutura dos quadros de pessoal da administração centralizada e das autarquias. A medida, por isso mesmo, poderia dar margem a reivindicações de empregados daquelas entidades de direito privado, com reflexos danosos à boa marcha dos seus trabalhos e na administração de pessoal.

12) O art. 52, integralmente.

Razões:

E' necessário que a matéria objeto do artigo seja tratada com a maior urgência possível. Forçoso, porém, é reconhecer que em face do grande número de funcionários amparados por várias leis posteriores à instituição do Sistema de Classificação de Cargos, os prazos fixados são por demais exíguos e poderiam ensejar maiores transtornos à administração, com as inevitáveis demandas judiciais que adviriam da impossibilidade material de ser cumprido o dispositivo.

13) O Artigo 63, integralmente.

Razões:

A atribuição do processamento e solução dos casos de readaptação aos órgãos de lotação do servidor institui prática contrária ao critério de uniformidade que é reclamado pela natureza desse instituto, para se obter um equilíbrio em sua aplicação, como condição de justiça administrativa. A descentralização pretendida pelo dispositivo ora vetado seria fonte mesgível de emulação com base em precedentes gerados pela maior ou menor liberalidade com que, fosse tratado o assunto pelas diversas Comissões, trazendo o desestímulo aos servidores públicos.

A multiplicidade de critérios na apreciação dos casos traria em consequência a corrida aos recursos administrativos e às medidas judiciais, sobrecarregando, de maneira imprevisível, as perspectivas esferas de competência.

A falta de uniforme jurisprudência sobre o assunto seria fator perturbador da estabilidade administrativa, com influência na eficiência do serviço público. Somente uma comissão única, como acontece atualmente com a Comissão de Classificação de Cargos, instituída pelo Artigo 36 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, pode preservar essa uniformidade de jurisprudência, indispensável à igualdade de tratamento.

Demais disso, trata-se de matéria estranha a aumento de vencimento, já havendo projeto específico, ora em tramitação no Senado Federal, que visa ao andamento mais rápido da readaptação, sem prejudicar o princípio de equidade.

14) O Artigo 65, integralmente.

Razões:

Trata-se de dispositivo discriminatório, uma vez que beneficia apenas diplomados em Medicina, Odontologia e Farmácia, cuja permanência poderia ensejar justas reivindicações de funcionários portadores de diplomas referentes a outras profissões de nível superior com resultados imprevisíveis para os cofres públicos.

Acresce ainda que, dado seu caráter permanente, o dispositivo impossibilitará o ingresso de outros brasileiros de igual formação universitária em tais cargos, contrariando a política de pessoal vigente, no que tange ao recrutamento para o serviço público. Ademais, a matéria já está disciplinada pelo Plano de Classificação de Cargos, com a criação do instituto da Readaptação, cujas possibilidades estão ampliadas pelo artigo 64 do Projeto em exame.

15) As expressões "excluídos os classificáveis de acordo com a legislação vigente, na cédula "c" da declaração de rendimentos, e colocado em caráter complementar, junto às pessoas físicas que perceberem ren-

dimento de trabalho", in-fine do artigo 72; e "sempre que os seus beneficiários opinarem pela não identificação", da alínea "c", do § 2º do aludido artigo.

Razões:

A imperfeição da redação do "caput" do artigo 72, que pretende sanar com o veto parcial, traria sérios prejuízos aos interesses do erário, visto permitir interpretação capaz de reduzir o âmbito do empréstimo compulsório, o qual ficaria limitado às pessoas físicas que perceberem rendimento de trabalho, em desacordo com o intuito do próprio legislador, consoante demonstram os parágrafos 1º, 2º e 3º do mesmo artigo. Além disso inconveniente, não se pode deixar de considerar a discriminação que tal interpretação permitiria em favor de uma classe de contribuintes e em prejuízo de outra.

Quanto à alínea "c" do § 2º, Artigo 72, tal como está redigida, fora proposta em face da vigente legislação sobre a tributação dos deságios obtidos nas operações com títulos de crédito. Ocorreu, entretanto, que o Congresso decidiu modificar o atual sistema de tributação daquela espécie de rendimentos, conforme demonstra o artigo 77 do Projeto submetido à sanção, surgindo daí incompatibilidade absoluta entre os referidos dispositivos, que cumpre sanar.

O veto se impõe, pois há conflito entre dois dispositivos de um mesmo diploma legal. De outra forma, deixaria de ser cobrado o empréstimo compulsório, quando o beneficiário do rendimento se identificasse, como manda a lei, não sendo incluído o deságio na declaração, o que contraria o interesse nacional.

16) As expressões "a que se refere o dispositivo citado" e "não se aplicando, a tais rendimentos, o artigo 3º, suas letras e parágrafos e revogado § 2º do aludido artigo 8º da referida Lei nº 4.154", in-fine do Artigo 77 do Projeto.

Razões:

Também por contrariar os lícitos interesses nacionais, veto parcialmente, no artigo 77, as expressões "a que se refere o dispositivo citado" e "não se aplicando, a tais rendimentos, o artigo 3º, suas letras e parágrafos e..." que alteram a tributação dos deságios auferidos pelas pessoas físicas nas operações com títulos de crédito, com prejuízos irreparáveis para a fiscalização do imposto de renda.

Todos os cidadãos devem saber que o Governo, para não onerar demasiadamente os contribuintes já cadastrados, ao editar as normas inscritas na Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, pretendeu não só ampliar o campo de incidência tributária, arrolando entre os rendimentos certas categorias que escapavam ao imposto, mas procurou, no mesmo passo, colir várias modalidades de evasão e de fraude fiscal, perfeitamente identificadas, dentre elas o artificioso desvio de lucros das empresas através de misteriosos financiamentos com títulos ao portador.

E' óbvio que a dispensa de identificação dos financiadores, isto é, dos tomadores dos títulos de crédito, sem o ônus de uma tributação mais avosa, implica no retrocesso ao regime anterior, que propiciava a sonegação das rendas e estabelecia um privilégio financeiro para o capital puramente especulativo, em detrimento do capital de risco, obstaculizando o processo de democratização do capital das empresas, que urge estimular, visto representar na atual conjuntura a única modalidade de financiamento não inflacionário.

Ao contribuinte é assegurado o direito de optar pela não identificação, com a condição de pagar maior imposto, segundo a regra prevista no § 2º do artigo 3º da referida Lei número

4.154, tal como ocorre em relação aos rendimentos das ações ao portador, permanecendo válida a norma que sujeita as deságios apenas à tributação na fonte, sem a obrigatoriedade de inclusão nas declarações de rendimento.

17) A expressão "de modo que os mesmos reflitam as alterações de valor ocorridas durante cada ano", na parte final do Artigo 79.

Razões:

E' ainda o intuito de preservar a legislação fiscal das controvérsias hermenêuticas, indesejáveis tanto para o Fisco como para o contribuinte, que me leva a vetar a expressão final do artigo 79. Com efeito, redigido desta maneira, o dispositivo abriria margem para impugnação dos coeficientes do Conselho Nacional de Economia, pois o conceito de valor é essencialmente subjetivo e sempre se poderia alegar que os coeficientes fixados não refletiam exatamente as alterações de valor ocorridas durante o ano.

18) O artigo 80 e seus parágrafos, integralmente.

Razões:

Veto integralmente o artigo 80 e seus parágrafos, que estabelecem normas especiais para o recolhimento do imposto sobre os rendimentos decorrentes de aumentos de capital com reavaliação do ativo, realizados até 31 de dezembro deste ano, por serem tais normas contrárias aos interesses do erário público.

A tributação desses rendimentos obedece atualmente a um regime de exceção, de incentivo à atualização dos capitais das empresas, com o pagamento do imposto pela pessoa jurídica que os distribui, à razão de 10% (dez por cento) do valor do aumento do capital, recolhido em doze prestações mensais, consecutivas, sem qualquer outro ônus para os beneficiários.

A situação das finanças da União não permite que os benefícios de ordem fiscal já concedidos sejam ampliados com a dilação do prazo de recolhimento para três anos, compensada apenas por aparente aumento de arrecadação, que, na realidade importa em simples antecipação de redução da parcela da receita do tributo devido em tais casos.

A matéria do § 1º prende-se diretamente ao próprio artigo 80 e à parte do artigo 79, vetada, não podendo por isso subsistir.

Por outro lado, a disposição contida no § 2º do referido artigo 80, autorizando a abertura de crédito especial, no exercício de 1963, de valor igual ao do imposto devido pelas sociedades de economia mista por conta de reavaliação de ativos é contraditória com o espírito que presidiu a instituição do empréstimo compulsório, isto é, o de buscar recursos adicionais para custear os investimentos das empresas do Governo.

Ora, se essas empresas tivessem 24 meses para recolher o imposto devido e recebessem, no exercício de 1963, suprimento de recursos em valor igual ao imposto devido isso implicaria em forte pressão sobre os recursos normais do orçamento.

O § 3º do mesmo artigo 80 dispõe de modo semelhante, com a participação da União nas empresas de energia elétrica controladas pelos governos estaduais, o que viria trazer ainda um ônus adicional sobre o orçamento da União, já debilitado.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília em 17 de julho de 1963. — JOÃO GOMES.

PROJETO A QUE SE REFERE
O VETO(Projeto de Lei da Câmara nº 31,
de 1963)

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares; institui o Empréstimo Compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Art. 1º Os valores dos níveis de vencimentos, das funções gratificadas e dos símbolos dos cargos em comissão e efetivos, dos servidores civis do Poder Executivo e os valores dos padrões de vencimento, dos servidores militares, passam a ser os constantes do Anexo I e II desta lei, mantidos os valores fixados pela Lei nº 4.069 de 11 de junho de 1962, para as progressões horizontais.

Art. 2º Aos servidores civis inativos do Poder Executivo, pagos pelo Tesouro Nacional e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) fica concedido aumento nas bases percentuais adotadas nas tabelas constantes do Anexo I desta lei, calculado sobre a parcela dos proventos relativos aos níveis de vencimento ou símbolo que lhe for correspondente.

§ 1º O disposto neste artigo se estende aos serventários inativos da Justiça cujos proventos são pagos ou suplementados pelo Tesouro Nacional.

§ 2º O pagamento dos novos proventos será feito independentemente de prévia apostila nos respectivos títulos.

Art. 3º Aos pensionistas civis pagos pelo Tesouro Nacional é concedido um aumento de setenta por cento (70%) calculado sobre as respectivas pensões, sendo o pagamento feito independentemente de prévia apostila nos títulos.

§ 1º As pensões concedidas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado serão reajustadas automaticamente na base de setenta por cento (70%), na forma do Decreto nº 51.060 de 28 de julho de 1961.

§ 2º Os benefícios deste artigo serão extensivos aos pensionistas dos servidores autárquicos.

Art. 4º É concedido aumento aos servidores ocupantes de cargos ou funções extintos, não incluídos no Sistema de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, nas mesmas bases percentuais estabelecidas por esta lei para o nível da atual tabela de vencimentos de cargos efetivos do funcionalismo civil, cujo valor seja igual ao esteja mais próximo ao dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único Os abonos percebidos pelos servidores a que se refere este artigo na forma do art. 5º § 2º, da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, e do artigo 6º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, ficam incorporados aos respectivos vencimentos, inclusive para efeito de cálculo do aumento ora concedido.

Art. 5º É concedido abono de setenta por cento (70%) aos servidores ocupantes de cargos e funções ainda não enquadrados no Sistema de Classificação de Cargos, enquanto permanecerem nessa situação, excluído o pessoal a que se referem os artigos 6º e 25 parágrafos 2º e 3º.

§ 1º Ficam incorporados aos respectivos vencimentos o reajuste e o aumento de que tratam o art. 9º da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

§ 2º O abono de que trata este artigo será calculado sobre os respectivos vencimentos, já incorporados os abonos anteriores na forma prevista no parágrafo anterior.

Art. 6º Os vencimentos mensais dos ocupantes dos cargos abaixo indicados passam a ser os seguintes:

	Cr\$
Professor Catedrático	120.000,00
Diplomatas:	
Ministro de 1ª Classe ..	130.000,00
Ministro de 2ª Classe ..	112.500,00
Primeiro Secretário	85.000,00
Segundo Secretário	78.000,00
Terceiro Secretário	71.000,00
Ministro de 1ª Classe para Assuntos Econômicos ..	130.000,00
Ministro de 2ª Classe para Assuntos Econômicos ..	112.500,00
Cônsul Privativo	85.000,00
Delegado de Polícia	85.000,00

Art. 7º O aumento de que trata esta Lei é extensivo, nas mesmas bases percentuais, ao pessoal do Poder Executivo, inclusive da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, transferido para o Estado da Guanabara, por força da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, respeitado o disposto no artigo 1º.

§ 1º O disposto neste artigo é aplicável ao pessoal inativo, aposentado posteriormente à transferência, na forma do art. 2º desta lei.

§ 2º Aplicam-se às Corporações referidas neste artigo as disposições do art. 59 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares.

§ 3º Os oficiais ocupantes dos penúltimos e últimos postos (tenente coronel ou coronel) das Corporações mencionadas neste artigo que façam jus a uma ou mais promoções para a inatividade, de acordo com a legislação própria ou especial, terão direito, apenas, aos proventos de 1 (um) ou 2 (dois) postos além do último (coronel).

Art. 8º O aumento concedido por esta lei aplica-se, nas mesmas bases percentuais, ao pessoal ativo da administração do antigo Território Federal do Acre, transferido para o atual Estado do Acre por força da Lei número 4.070, de 15 de junho de 1962, observado o disposto no artigo 1º.

Parágrafo único O disposto neste artigo é aplicável ao pessoal inativo, aposentado posteriormente à transferência, na forma do art. 2º desta Lei.

Art. 9º É concedido aumento, nas mesmas bases percentuais, adotadas nas tabelas constantes do anexo I desta lei, observado o disposto no artigo 1º, ao pessoal em atividade ou não, dos Territórios e das Autarquias Federais dos serviços portuários administrados pela União sob a forma autárquica, da Rede Ferroviária Federal S.A. e das ferrovias e outras entidades sob regime especial de administração pela União, deduzidos os aumentos ou abonos concedidos após 1º de abril de 1962, ressalvados, tão somente, os efeitos da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Parágrafo único É concedido aumento de 70% (setenta por cento) ao pessoal temporário e de obras sujeito ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho deduzidos os aumentos ou abonos concedidos após 1º de abril de 1962, ressalvados, tão somente os efeitos da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 10. Ao pessoal empregado em empresas de navegação marítima, fluvial, lacustre e portuária é concedido aumento, em suas soldadas-base ou vencimento, de trinta e um por cento (31%) sobre os valores fixados no Decreto nº 51.658, de 17 de janeiro de 1963.

Parágrafo único. As gratificações de função, de incumbência e especiais, previstas no Decreto nº 51.658, de 17 de janeiro de 1963, ficam mantidas nos valores pecuniários resultantes da aplicação do referido decreto, revogado o caráter percentual daquelas vantagens.

Art. 11. Aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, do Departamento Federal de Segurança Pública

(DFSP), do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU) e Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) é concedido aumento nas mesmas bases percentuais adotadas nas Tabelas constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 12. Os militares que se encontram na inatividade e os pensionistas terão os seus proventos e pensões reajustados tomando-se por base os vencimentos fixados na Tabela do Anexo II desta lei, independentemente de prévia apostila nos respectivos títulos.

Art. 13. Fica suprimido o pagamento de etapa de desfranchamento para subtenentes suboficiais e sargentos previsto no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, os quais passarão a ser arranchados nas mesmas condições dos oficiais.

Art. 14. Ficam revogados o artigo 4º da Lei nº 3.783, de 30 de julho de 1960, o art. 4º da Lei nº 3.826, de 28 de novembro de 1960 e o 2º do artigo 2º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 15. Os vencimentos mensais dos Ministros de Estado são fixados em Cr\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil cruzeiros); os dos Chefes do Gabinete Civil e do Gabinete Militar, da Presidência da República, bem como os do Prefeito do Distrito Federal em Cr\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros) os do Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública em Cr\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil cruzeiros), não se lhes aplicando o disposto na Lei nº 4.019 de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º Observado o disposto na parte final deste artigo, são fixados os vencimentos mensais:

a) dos membros do Conselho Administrativo da Defesa Econômica, de que trata a Lei número 4.137, de 10 de setembro de 1962, e do Conselho Nacional de Telecomunicações em Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), sem qualquer acréscimo por comparecimento às sessões;

b) dos Secretários Gerais da Prefeitura do Distrito Federal em Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros);

c) do Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), em Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros);

d) dos membros dos Conselhos Administrativos e Conselhos Fiscais dos Institutos de Previdência Social, de que trata a Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, e do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE) em Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros);

e) dos presidentes dos demais Institutos autárquicos, em Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros).

§ 2º É concedida, a título de representação, ao Diretor Geral do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), a gratificação mensal de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Artigo 16 O salário-família, concedido ao servidor da União fica majorado para Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais, por dependente.

Parágrafo único. Para efeito da percepção do salário-família é considerada dependente do servidor, civil ou militar, a mãe viúva, sem qualquer rendimento, que viva em suas expensas.

Artigo 17. Os pagamentos em moeda estrangeira feitos a servidores militares e civis, da administração direta e indireta, em viagem, missão, estudo ou exercício no exterior não sofrerão qualquer acréscimo, em decorrência da aplicação desta Lei.

Parágrafo único. As majorações que se verificarem nas parcelas relativas a vencimentos e vantagens, bem

como no salário-família, serão compensados, no mesmo montante, com a redução na parcela de representação ou reajustamento.

Art. 18. Nenhum servidor público, civil ou militar, servidor de autarquia e serventário da justiça, na atividade ou não, poderá perceber, no País, mensalmente, a título de vencimento ou remuneração e vantagens pecuniárias fixas inclusive percentagem na arrecadação de tributos, custas e emolumentos quantia superior a Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros).

§ 1º O órgão do pessoal respectivo incluirá obrigatoriamente, no cheque ou folha de pagamento, entre os descontos a que está sujeito o funcionário, o excesso de retribuição verificada que reverterá, conforme a hipótese, ao Tesouro Nacional, ou aos cofres da entidade descentralizada como receita eventual.

§ 2º No cálculo do teto a que se refere este artigo, levar-se-á em conta a importância bruta, total, percebida pelo servidor, nela incluídas as diárias de que trata a Lei nº 4.019 de 1961, e as vantagens que, embora variando quanto ao valor pecuniário, são percebidas mensalmente, em caráter permanente, bem como a soma resultante da acumulação de proventos ou pensões com a remuneração de qualquer atividade pública, de natureza executiva ou legislativa, deduzindo-se, entretanto, as parcelas correspondentes aos descontos compulsórios para a Previdência Social, Montepio ou Pensão Militar e ajuda de custo e as diárias de alimentação e pousada.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, do Departamento Federal de Segurança Pública e do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência, bem como aos servidores civis e militares transferidos para os Estados da Guanabara e do Acre (Leis 3.752, de 1960 e 4.070 de 1962) e aos aposentados posteriormente à transferência.

§ 4º A inobservância do disposto neste artigo, e no artigo 19, será considerada lesão aos cofres públicos acarretando ao funcionário beneficiário e aos responsáveis pelo pagamento a pena de demissão, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

Art. 19. Nenhum servidor público, civil ou militar, inclusive autárquico, ou empregado em sociedade, de economia mista em serviço, missão, estudo ou função de qualquer outra natureza no exterior poderá perceber dos cofres públicos, a qualquer título, importância mensal superior a US\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos dólares).

§ 1º Observado o teto ora estipulado, o Poder Executivo regulamentará a fixação da representação dos servidores no exterior à base das respectivas atribuições e responsabilidades e importância da missão, respeitada a hierarquia funcional estabelecida em lei.

§ 2º As gratificações de representação do Delegado do Tesouro Brasileiro no Exterior e do Contador Seccional junto àquela repartição serão fixadas pelo Poder Executivo, ficando revogado o parágrafo único do artigo 4º do Decreto-lei nº 8.542, de 2 de janeiro de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 9.687, de 30 de agosto de 1946.

§ 3º O teto estabelecido neste artigo não se aplica aos Chefes de Missão Diplomática.

Art. 20. Resalvado o direito dos que já tivera requerido na data desta lei a ninguém é dado receber dos cofres públicos da União mais do

uma pensão ou montepio, podendo, entretanto, optar pela que mais lhe convenha.

Art. 21. As letras a, b e parágrafos 3º e 4º do art. 92, bem como o art. 99 e seu § 2º, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, passam a ter a seguinte redação, mantidas as demais disposições:

"Art. 92.

a) os oficiais aspirantes a oficial, guardas-marinha, subtenentes, suboficiais e sargentos em serviço nas organizações militares que tenham rancho próprio, ou em serviço em qualquer organização quando de prontidão, em campanha, manobra, exercícios, permanência obrigatória e continuada durante a jornada;

b) as demais praças.

§ 3º Os oficiais, subtenentes, suboficiais e sargentos com direito a alimentação serão obrigatoriamente arranchados nas suas organizações quando estas tenham rancho próprio.

§ 4º As praças, com exceção das citadas na letra a deste artigo podem desarranchar, na forma estabelecida pelos regulamentos a que estiverem sujeitos.

Art. 99 A etapa será paga às praças, constantes da letra g) do art. 20 do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 quando estive, em desarranchadas na forma dos regulamentos militares.

§ 1º

§ 2º Os subtenentes, suboficiais e sargentos farão jus a uma etapa suplementar quando prontos no exercício de suas funções, matriculados em escolas ou cursos em trânsito, no gozo de férias, dispensas de serviço e licenças para tratamento de saúde própria ou de pessoas da família, bem como enquanto aguardam reforma por motivo de invalidez".

Art. 22. As vantagens do art. 34 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962 são extensivas aos militares que servem nas guarnições de Nioaque, Bela Vista e Amambai, no Estado de Mato Grosso.

Art. 23. Aplica-se aos Aspirantes a Oficial e Guardas-Marinha o disposto na letra a do art. 30 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

Artigo 24. Fica instituída, para os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara e da Capital da República, a gratificação de risco de vida destinada a compensar os riscos decorrentes de serviço efetuados com perigo de vida.

§ 1º. A gratificação a que se refere este artigo será calculada com base nos vencimentos dos postos efetivos obedecida a seguinte percentagem:

a) Oficiais — 20% (vinte por cento);

b) Praças — 30% (trinta por cento).

§ 2º. O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, regulamentará a matéria constante deste artigo, especificando as atividades que impliquem em efetivo risco de vida.

Art. 25. Ficam extintos os símbolos de cargos isolados de provimento efetivo na administração centralizada e autárquica, que sejam idênticos aos dos cargos de provimento em comissão constantes da Tabela B do Anexo I da presente lei, ressalvadas as situações decorrentes da aplicação da Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, e do art. 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954 e art. 22 da Lei número 4.039, de 11 de junho de 1962.

§ 1º Os servidores atingidos por este artigo terão os seus vencimentos de-

monstrados em cruzeiros, sem nenhuma vinculação a padrões, símbolos ou níveis de vencimentos.

§ 2º Os cargos de Tesoureiros-auxiliares da administração direta e indireta, inclusive os atualmente ocupados passam a ter os vencimentos mensais de Cr\$ 120.000,00, Cr\$ 115.000,00 e Cr\$ 110.000,00 correspondentes às Tesourarias de 1ª, 2ª e 3ª Categorias respectivamente.

§ 3º O disposto neste artigo e no seu § 2º se aplica de igual modo aos cargos de Conferente, Conferente de Valores e outros assemelhados bem como aos seus atuais ocupantes, desde que ora retribuídos com padrões de vencimento correspondentes aos de cargos em comissão.

§ 4º Ficam mantidas as disposições da Lei nº 4.061, de 8 de maio de 1962 ressalvado o disposto neste artigo.

Art. 26. É concedido aumento sobre os vencimentos atuais aos servidores das Secretarias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, dos Tribunais Eleitorais e do Trabalho, nas mesmas bases das tabelas do anexo I.

Parágrafo único. Não farão jus ao aumento ora concedido os servidores das Secretarias dos Tribunais Federais, do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Eleitorais e do Trabalho e do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal que se encontrem equiparados, para efeito de vencimentos e vantagens por força de lei ou de decisão judiciária, ao pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal ou dos Órgãos do Poder Legislativo.

Art. 27. A gratificação eleitoral devida aos membros e Procuradores dos Tribunais Eleitorais, bem como aos juizes e escrivães eleitorais, passa a ser a seguinte:

a) juizes do Tribunal Superior Eleitoral e Procurador-Geral e juizes e Procuradores dos Tribunais Regionais, respectivamente, Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) e Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), por sessão a que comparecerem;

b) juizes e escrivães eleitorais, Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais, respectivamente.

Art. 28. A gratificação mensal concedida pela Lei nº 4.071-A, de 22 de junho de 1962, aos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais fica elevada para Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 29. É arbitrada em 1/3 (um terço) do valor do vencimento a indenização, a que se refere o artigo 11, item 2, da Convenção Internacional do Trabalho nº 81, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 24, de 29 de maio de 1956, e promulgada pelo Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957, cujo pagamento será feito mensalmente, na forma de gratificação de representação.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos pelo presente artigo não terão direito a diária prevista no artigo 118, inciso II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 30. É concedida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, da FEB, da FAB e da Marinha, que participaram ativamente das operações de guerra e se encontram incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência e não percebem qualquer importância dos cofres públicos bem como a seus herdeiros, pensão igual à estipulada no art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.

Parágrafo único. Na concessão da pensão, observar-se-á o disposto nos arts. 30 e 31 da mesma Lei nº 3.765, de 1960.

Art. 31. Nenhum funcionário da administração direta e indireta do Poder Executivo poderá perceber vencimento inferior ao maior salário-mínimo vigente no país e nenhum servidor temporário ou de obras receberá retribuição inferior ao salário-mínimo da região em que estiver lotado.

Art. 32. O Poder Executivo no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta lei, reverá os quantitativos das gratificações pela participação em órgãos de deliberação coletiva da administração direta e descentralizada, observados o princípio de hierarquia, a analogia ou equivalência de funções, a importância, o vulto e a complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades.

Art. 33. A gratificação de serviço de Raios X decorrente do disposto nos arts. 135 item VI, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e 150 parágrafo 1º, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, é considerada como gratificação incorporável, após cinco anos de efetivo exercício no referido serviço em hospital, odontoclínicas e demais estabelecimentos especializados.

Art. 34. O disposto na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, aplica-se às professoras mantidas pela Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, nas Colônias de Pescadores.

Art. 35. A nenhum servidor da União, das autarquias e da Prefeitura do Distrito Federal, será paga remuneração, vencimento ou salário inferior ao salário-mínimo previsto em lei para a profissão correspondente ao cargo que exerce desde que cumpra o horário regulamentar previsto para a função de que se acha legalmente investido.

Parágrafo único. Na hipótese de ser o salário-mínimo profissional superior ao nível de retribuição, a diferença será paga em folha parte juntamente com o vencimento, remuneração ou salário.

Art. 36. Será computado para efeito de pagamento de gratificação de nível universitário, o tempo de duração de curso de especialização realizado em virtude de exigência legal por servidores que já fazem jus a essa gratificação nos termos do disposto no art. 74 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 37. O tempo de serviço prestado ao Departamento dos Correios e Telégrafos pelos vendedores de selos e encarregados de Postos dos Correios amparados pelas Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960 e 4.069, de 11 de junho de 1962, será contado para todos os efeitos.

Art. 38. Aplica-se ao pessoal civil do Poder Executivo, lotado nos órgãos transferidos para o Estado da Guanabara, por força da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, as vantagens previstas no artigo 18, e seus parágrafos, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 39. Ficam elevados para 1-C 3-C, respectivamente, os símbolos dos cargos em comissão, de Governador e de Secretário Geral dos Territórios Federais do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 40. Os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil admitidos até 31 de março de 1963, passam à condição de servidor público e serão incluídos, por decreto do Poder Executivo, nos órgãos da administração direta e indireta, na Prefeitura do Distrito Federal, vedadas novas admissões, salvo autorização do Presidente da República em exposição fundamentada da autoridade competente.

§ 1º Os empregados aproveitados na conformidade deste artigo e, na qualidade de servidores cedidos pela União pelas Autarquias e pela Prefeitura do Distrito Federal, poderão prestar serviços:

I — Aos órgãos que integram diretamente a organização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

II — As Fundações, Companhias Subsidiárias, Sociedades de Abastecimento e outras instituições jurisdicionais ou vinculadas à Prefeitura

do Distrito Federal retribuídos por conta destas;

III — As sociedades, companhias, fundações, empresas ou entidades em que se venham a transformar no todo ou em parte os órgãos integrantes da Organização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, retribuídos por conta destas, em qualquer caso.

§ 2º Enquanto não forem aprovados os quadros definitivos os empregados mencionados neste artigo, desde que aproveitados no Serviço Civil do Poder Executivo integrarão a parte especial do Quadro de Pessoal do Ministério, Autarquia ou Órgão subordinado à Presidência da República em que forem aproveitados.

§ 3º Os empregados de que trata este artigo continuarão a ser pagos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, até que sejam definitivamente incorporados nos órgãos públicos em que vierem a ser aproveitados.

§ 4º Atendidas as peculiaridades de atribuições e retribuições, o aproveitamento dar-se-á para cargos ou funções constantes do Sistema de Administração de Pessoal que vigorar no Serviço Civil do Poder Executivo nas Autarquias e na Prefeitura do Distrito Federal.

§ 5º Se o salário efetivamente percebido pelo empregado da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil for superior ao do cargo ou função em que vier a ser aproveitado, ser-lhe-á assegurada a respectiva diferença de vencimento ou salário, a qual será absorvida por aumentos gerais, promoções, adição de novas diferenças e outras vantagens decorrentes da Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e de legislação posterior.

§ 6º Para os fins do parágrafo anterior, serão considerados os salários efetivamente percebidos pelos referidos empregados, acrescidos de vantagens financeiras de qualquer natureza, de modo que o aumento não lhes acarrete maiores benefícios do que os concedidos por esta lei aos servidores federais, excluídas desse montante as parcelas correspondentes a salário-família, gratificações de nível universitário e de risco de vida ou saúde.

§ 7º Os empregados aproveitados de acordo com o disposto neste artigo farão jus ao aumento de vencimentos ora concedido cujo pagamento correrá por conta do crédito especial previsto nesta lei.

§ 8º O aproveitamento só alcançará os empregados admitidos até 31 de março de 1963 cujos respectivos empregos se achem abrangidos pela reclassificação aprovada pela Portaria nº 729, de 1962, do Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, ressalvadas as alterações posteriores, quanto às retribuições e aos empregos a enquadrar.

§ 9º As ressalvas do parágrafo anterior *in fine* só alcançam as situações abrangidas pela citada Portaria que, na data da vigência desta lei, ainda se constituam em casos pendentes de solução.

§ 10. O tempo de serviço efetivamente prestado à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, será computado, para todos os efeitos, em favor dos empregados amparados por esta Lei.

Art. 41. Os servidores a que se referem o artigo anterior somente poderão ser cedidos às Fundações, Companhias ou Sociedades de Abastecimento a que se referem os itens II e III do § 1º do art. 40 quando a Prefeitura do Distrito Federal ou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil participarem de tais entidades com mais de 50% (cinquenta por cento) de seu capital ou como doadores de respectivo patrimônio.

Art. 42. Os empregados da Fundação Brasil Central, admitidos até

21 de março de 1963, passam à condição de servidor público, continuando a prestar serviços naquele órgão, nas funções até aqui exercidas, até que outras lhes sejam atribuídas na Reforma Administrativa em estudos.

Art. 43. Os empregados das Funções Instituídas pela Prefeitura do Distrito Federal, admitidos a qualquer título, passam à condição de servidores municipais.

Art. 44. O servidor público civil ou militar, de autarquia ou sociedade de economia mista, que for desquitado e não responda pelo sustento da esposa, poderá descontar importância igual na declaração do imposto de renda, se houver inclusão entre seus beneficiários, na forma do art. 5º da Lei nº 4.089, de 11 de junho de 1962, pessoa que viva sob sua exclusiva dependência econômica, no mínimo há cinco anos.

Art. 45. O artigo 29 do Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 29. Ao chefe de família numerosa não incluído nas disposições do artigo precedente e que, exercendo qualquer modalidade de trabalho, perceba retribuição que de modo nenhum basta às necessidades essenciais e mínimas da subsistência de sua prole, será concedido, mensalmente, o abono familiar de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00) se tiver seis filhos, e de mais quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) por filho excedente, observado o disposto na alínea "a" do art. 37 do mesmo Decreto-lei".

Art. 46. É assegurado ao pessoal da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Conselho Penitenciário e do Corpo de Bombeiros, transferidos para o Estado da Guanabara, de acordo com o disposto na Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, o direito de requerer sua volta ao serviço da União.

§ 1º O pedido será apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dentro do prazo, improrrogável, de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, e será instruído com a fé de ofício do requerente.

§ 2º O deferimento do pedido ficará condicionado à existência de vaga.

§ 3º O servidor que estiver sendo submetido a sindicância, processo administrativo, inquérito policial militar ou civil ou a processo penal não gozará do direito concedido neste artigo.

Art. 47. Fica proibida a nomeação ou admissão de pessoal a qualquer título, pelo prazo de 365 dias, a contar da publicação desta Lei, nos órgãos de administração direta do Poder Executivo, nas Autarquias Federais, na Prefeitura do Distrito Federal, na Companhia Urbanizadora da Nova Capital e Fundações mantidas pela União ou pela Prefeitura do Distrito Federal, tanto a conta de verbas orçamentárias específicas quanto de dotações globais, Fundo Especiais e Campanhas.

§ 1º Em casos excepcionais, comprovada a necessidade do serviço poderão ser feitas nomeações ou admissões mediante autorização expressa do Presidente da República em cada caso.

§ 2º Nos órgãos de administração descentralizada na Prefeitura do Distrito Federal, nas Fundações e na Companhia Urbanizadora da Nova Capital, o ato de nomeação ou de admissão só terá validade se for publicado no "Diário Oficial" conjuntamente com o despacho presidencial proferido na exposição de motivos com que foi solicitada a autorização.

§ 3º Excluem-se da proibição constante deste artigo o provimento dos cargos e comissão e das funções gratificadas, bem como o preenchimento de vagas por candidatos aprovados em

concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 4º A inobservância do disposto neste artigo acarretará aos responsáveis as penas previstas no artigo 18 § 4º.

Art. 48. É proibida a nomeação interinamente em substituição, no impedimento de ocupante de cargo isolado de provimento efetivo, ficando revogado o item IV do artigo 12, da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952.

Art. 49. A nomeação para cargos isolados de provimento efetivo, nos serviços da União, das Autarquias Federais, Sociedades de Economia Mista ou quaisquer órgãos em que a União seja acionista majoritária, dependa de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 50. O disposto no parágrafo único do art. 23 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, aplica-se aos funcionários interinos nomeados até a data da referida Lei, e aos Capelães Militares de todos os credos religiosos, que servem nas Forças Armadas, nomeados de acordo com o Decreto-lei nº 9.605, de 23 de julho de 1946.

§ 1º Não contando ainda os servidores a que se refere este artigo cinco anos de serviço público, permanecerão nos cargos até que se complete esse prazo a fim de serem definitivamente enquadrados.

§ 2º A norma desse artigo aplica-se, por igual, aos funcionários da União e das Autarquias com mais de dez anos de serviço público, admitidos até a data da presente Lei.

§ 3º São igualmente aplicáveis aos funcionários de que trata este artigo os dispositivos da Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962, referentes a promoções.

§ 4º O capelão, quando privado do exercício de sua atividade religiosa pela autoridade eclesiástica competente, perderá as garantias asseguradas neste artigo.

Art. 51. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional os Quadros definitivos do funcionalismo, de que trata o artigo 87 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da vigência desta Lei.

Art. 52. São fixados em seis (6) e nove (9) meses, respectivamente os prazos dentro dos quais deverão ser ultimados todos os processos de enquadramento e de readaptação.

Art. 53. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizará censo periódico dos servidores públicos da União, das Autarquias e entidades parastatais.

Parágrafo único. Publicado o resultado do censo, com os elementos precisos de identificação, tempo de serviço, cargo ou função do servidor, vencimentos e vantagens ou proventos percebidos o servidor que acumular cargos, funções ou proventos com violação dos preceitos legais terá o prazo de trinta dias para manifestar opção por um deles sob pena de instauração de processo administrativo pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 54. O Departamento Administrativo do Serviço Público, mediante convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fará, no prazo de 90 dias, o levantamento dos servidores ocupantes de cargos e funções ainda não enquadrados no Sistema de Classificação de Cargos.

Art. 55. Para acorrer às despesas decorrentes dos artigos anteriores, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

Art. 56. É incluída entre as atribuições do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura prevista no artigo nº 22 do Decreto 23.569 de 11 de dezembro de 1933, a de fixar e alterar as anuidades, emolumentos e

taxas dos profissionais das firmas, que lhes estejam jurisdicionadas.

§ 1º O valor das penalidades de multa pecuniária estabelecidas no decreto 23.569 de 11 de dezembro de 1933 e nos Decretos-leis ns. 3.935 de 31 de dezembro de 1941, e 8.620 de 16 de janeiro de 1946 e lei nº 3.097, de 31 de janeiro de 1957 fica automaticamente reajustado na mesma base percentual em que ocorrer elevação do salário-mínimo vigente no Distrito Federal, arredondando-se para 100% o reajustamento sempre que a percentagem de referência for superior a 50%.

§ 2º O disposto no § 1º se aplica desde logo, e a partir da vigência desta lei, com relação ao último aumento de salário mínimo já verificado.

Art. 57. É assegurado aos servidores civis e militares em licença para tratamento de sua própria saúde, e aos militares também quando baixados a hospital, a continuidade dos pagamentos de todas as gratificações que os mesmos vinham percebendo antes da licença ou da hospitalização.

Art. 58. O Poder Executivo, dentro de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, enviará mensagens ao Congresso Nacional, acompanhadas de projetos de lei, dando nova classificação aos cargos técnicos do serviço público da União e atualizando o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (Lei nº 1.318, de 20 de janeiro de 1951).

Art. 59. Dentro de 180 dias, a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional mensagem acompanhada de projeto de lei organizando os serviços administrativos da Prefeitura do Distrito Federal e estabelecendo o plano de classificação dos cargos e funções de seus servidores.

Art. 60. As séries de classe de Guarda Fios terão direito a acesso à classe de Inspetor de Linhas Telegráficas, nos termos da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 61. Os trabalhadores, aprendizes e auxiliares de artefices dos Estabelecimentos Industriais da União, diplomados por Escolas Técnico-Profissionais ou portadores de certificado de habilitação profissional fornecido por autoridade competente, serão aproveitados na classe inicial da série de classes correspondentes à sua atividade profissional, do Serviço de Artefice.

Art. 62. Todos os candidatos aprovados em concursos, já homologados ou em fase de homologação, nos termos da Lei nº 1.711 de 23 de outubro de 1952, serão nomeados para as vagas existentes na série de classes ou classes singulares respectivas, ficando prorrogada a validade dos concursos, por mais de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 63. A readaptação de que trata a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, será processada pelos órgãos de classificação da repartição de origem do servidor, os quais submeterão a homologação desses atos ao Presidente da República.

Art. 64. Além dos previstos na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, será readaptado o funcionário que, até a data da presente lei, tenha completado 2 (dois) anos ininterruptos ou 5 (cinco) anos, com interrupção, do exercício do cargo ou função de atribuições diversas das pertinentes à classe que, na data de 12 de julho de 1960, já se encontrasse nessa situação.

Art. 65. Os servidores civis da União, diplomados em Medicina, Odontologia e Farmácia, que contem ou venham a contar mais de 2 (dois) anos no exercício de funções compatíveis com a sua habilitação profissional serão aproveitados na classe inicial da série de classes correspondentes a sua profissão.

Art. 66. O disposto nos artigos 49 e 52 da Lei nº 3.780, de 12 de julho

de 1960, aplica-se aos técnicos dos serviços de saúde, inclusive aos que exercam funções gratificadas ou de chefia ficando assegurados os direitos do que optaram pelo Regime de Tempo Integral, na forma do que estabeleceu o Decreto nº 49.974-A, de 21 de janeiro de 1961, que regulamentou a Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954.

Art. 67. Consideram-se "salário base", para os efeitos do art. 4º da Lei número 3.773, de 12 de março de 1958, além do vencimento ou remuneração, as gratificações de adição por tempo de serviço e pelo exercício de função.

Art. 68. É o Poder Executivo autorizado a autorizar ao Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, para atender aos encargos resultantes da execução desta Lei.

§ 1º Os órgãos do Poder Executivo ficam obrigados a classificar a escriturar os gastos que correrem à conta deste crédito especial, segundo as normas aplicáveis aos créditos suplementares constantes do art. 98 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública da União.

§ 2º No corrente exercício, o pagamento da gratificação complementar de salário-mínimo previsto no parágrafo único do art. 65 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, de gratificação de representação a que faz jus o pessoal abrangido pelas Leis ns. 3.414, 4.019 e 4.069, respectivamente de 20 de junho de 1958, 20 de dezembro de 1961 e 11 de junho de 1962, da suplementação de diárias pelo exercício em Brasília, a cargo do Grupo de Trabalho de Brasília e do abono de permanência na atividade de que tratam o art. 18 e parágrafo da mencionada Lei nº 4.069, de 1962, bem como dos encargos decorrentes da aplicação das Leis ns. 3.772 de 1 de junho de 1960, 3.780, de 12 de julho de 1960, 3.957, de 5 de outubro de 1961 e 4.069, de 11 de junho de 1962, ainda não satisfeito por insuficiência de créditos adicionais anteriores poderá ser atendido, a conta deste crédito especial, desde que não tenham sido previstas dotações próprias nas tabelas explicativas do Orçamento em vigor ou não sejam as mesmas suficientes.

§ 3º O crédito especial autorizado nesta lei atenderá, também, aos encargos decorrentes da aplicação da citada Lei nº 4.069, de 1962, cujo pagamento, no exercício de 1962, não tenha sido realizado por insuficiência do crédito cuja abertura foi autorizada pelo art. 68 desse diploma legal, e não possam ser liquidados, no presente exercício, em virtude da falta ou deficiência de dotação orçamentária própria.

§ 4º O Tesouro Nacional ainda por conta deste crédito especial, entregará à Administração do Porto de Rio de Janeiro, os recursos necessários, para cobrirem as diferenças salariais havidas pelos seus servidores referentes ao período de 1º de julho de 1960, data da vigência dos efeitos financeiros da Lei nº 3.780, de 12 de mesmo mês e ano, a 23 de outubro de 1962, data do Decreto nº 51.570 que alterou o sistema de classificação de cargos daquela autarquia.

Art. 69. As autarquias e sociedades de economia mista subsidiadas pelo Tesouro Nacional que, a partir de 1º de janeiro de 1963, tenham tido sua receita acrescida, em virtude da revisão dos níveis de salário-mínimo feita no Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, ou de aumentos salariais concedidos a seus contribuintes, da fixação dos novos níveis de vencimentos de que trata este lei, da eliminação de subsídios, cambiais de revisões tarifárias ou qualquer outro motivo, ficam obrigadas a vincular esse aumento receita ao atre-

dimando dos encargos decorrentes da aplicação da presente lei aos seus próprios servidores, ativos e inativos.

§ 1º Somente no caso do aumento da receita a ser insuficiente para cobrir os gastos resultantes desta lei, poderão essas entidades solicitar recursos à conta do referido crédito especial.

§ 2º Os pedidos de verba, de conformidade com o parágrafo anterior, limitar-se-ão à diferença entre os recursos anuais de que trata este artigo e o custo total do aumento de rendimentos ora conceituado, devendo a insuficiência ser devidamente comprovada, em cada caso.

§ 3º As autarquias financiadas pela vinculação de parcelas da Receita da União ficam autorizadas a ocorrer as despesas com o presente aumento de vencimentos além dos limites acima fixados, para gastos de pessoal e administração, nas leis que as criaram.

Art. 70. O aumento e o abate concedidos por esta lei, bem como as medidas determinadas pelos artigos 6º, 14, 15 e parágrafos, 16 e parágrafo 17, e parágrafo, 18 e parágrafos, 19 e parágrafos, 22, 23, 25 e parágrafos, 27, 28, 29 e parágrafo, 34, 3º e 4º, vigorarão a partir de 1º de junho de 1963.

Art. 71. O Poder Executivo discriminará mediante decreto, dentro das dotações previstas no planejamento financeiro do Tesouro Nacional para o corrente ano, dotações no montante total de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), que deixarão de ser utilizados para possibilitar a aplicação de igual importância da receita federal no atendimento de parte das despesas decorrentes da execução da presente lei.

Art. 72. É instituído, nos exercícios de 1963 a 1965, um empenho especial, que será arrecadado com os rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, e em parte os rendimentos da pessoa física, excluídos os classificáveis de acordo com a legislação vigente, na Cédula "C" da declaração de rendimentos, e colocado, em caráter complementar, junto às pessoas físicas que perceberem rendimento de trabalho.

§ 1º O empréstimo será lançado e arrecadado pela Divisão do Imposto de Renda, nas condições que venham a ser estabelecidas em Regulamento baixado pelo Ministro da Fazenda e aprovado por decreto do Presidente da República, sendo feita mediante desconto nas fontes pagadoras, nos termos do referido regulamento, a arrecadação correspondente nos rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, e aos do trabalho.

§ 2º Os rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, que servirão de base à arrecadação do empréstimo compulsório e respectivas taxas para determinação da importância do empréstimo, calculadas sobre o montante dos rendimentos pagos ou creditados, são os seguintes:

a) rendimentos pagos ou creditados a residentes ou domiciliados no estrangeiro (art. 97 do Regulamento do Imposto de Renda): 10 % (dez por cento);

b) dividendo e outros interesses de ações ao portador e de partes beneficiárias (art. 98, 3º, do R.I.R.), sempre que os seus beneficiários optarem pela não identificação: 15 % (quinze por cento);

c) deságio na colocação de letras de câmbio, letras do tesouro e outros títulos de crédito (artigos 9º, 4º, a, do R.I.R.) e pagamentos que não satisficam as condições do art. 37, § 4º do Regulamento do Imposto de Renda sempre que os seus beneficiários optarem pela não identificação: 10 % (dez por cento).

d) Lucro apurado por pessoas físicas, na venda de propriedades imobiliárias (arts. 9º e seguintes) prêmios

de loterias e concursos (art. 96, 4º e 5º), amortização antecipada e lucros atribuídos a títulos de capitalização (art. 96, 1º) juros de debêntures e outras obrigações ao portador (artigo 96, 6º) e multas por rescisão de contrato (art. 93, 3º IV): 10 %;

§ 3º No caso de rendimentos classificáveis na declaração de rendimentos de pessoa física, o montante do empréstimo será calculado de acordo com a tabela constante do Anexo III.

§ 4º Nos exercícios de 1963 e 1965, ocorrendo variação no salário mínimo em vigor, a tabela do parágrafo anterior será ajustada na mesma proporção de alteração do salário mínimo.

§ 5º A arrecadação nos casos previstos no § 2º, deste Artigo será feita em relação aos rendimentos pagos ou creditados no prazo de 3 (três) anos, a contar de data da publicação desta lei.

§ 6º O empréstimo compulsório será arrecadado à conta do Fundo Nacional de Investimentos, mediante a entrega, ao contribuinte de uma cedula provisória, pela Divisão do Imposto de Renda, no ato do recebimento, sendo representados pelos títulos referidos no Artigo desta lei, com a garantia de juros mínimos e prazo de resgate estabelecido no art. 73.

Art. 73. O empréstimo compulsório será representado por Títulos de Investimento, emitidos em séries anuais, em diferentes valores, e cada série será resgatada, metade no terceiro e metade no quarto ano de sua emissão, mediante sorteio, pelo seu capital, acrescido dos juros acumulados de 6 % a.a., podendo os seus titulares, a qualquer tempo, optar pela conversão dos mesmos em Cotas de Participação no Fundo Nacional de Investimentos Industriais, com direito a participação no lucro líquido anual do Fundo.

§ 1º Os Títulos de Investimentos serão nominativos e intransferíveis, salvo mediante partilha em inventário judicial, ou para conversão em Cotas de Participação.

§ 2º Os Títulos de Investimento e as Cotas de Participação não serão aceitas em caução perante a própria União, nem poderão ser utilizados para depósito bancário compulsório à ordem da Sumoc.

Art. 74. É criado o Fundo Nacional de Investimentos, a fim de assegurar o nível dos investimentos federais previstos no plano de desenvolvimento em execução e aumentá-los nos anos de 1964 e 1966, e como meio de incentivo à ocupação populacional e de sua canalização mediante participação em empresas controladas pela União Federal, para aplicações destinadas ao fortalecimento da economia rural e industrial do país, na proporção de 35% trinta e cinco por cento) e 65% (sessenta e cinco por cento) respectivamente.

§ 1º Além dos recursos previstos nesta lei, integrarão o Fundo Nacional de Investimentos:

a) como capital do Tesouro Nacional, as ações da União em sociedades anônimas por ela controladas, diretamente ou através de suas agências e que tiverem condições de rentabilidade, assegurada, em qualquer hipótese, a propriedade pelo Tesouro Nacional de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto;

b) o produto da subscrição voluntária de Cotas de Participação no Fundo.

§ 2º A aplicação de quaisquer empréstimos recebidos pelo Fundo será feita sob a forma de subscrição de capital das empresas controladas pela União e em condições de rentabilidade, passando as ações correspondentes a essa subscrição à carteira do Fundo destinada a essas operações.

§ 3º Na aplicação do Fundo será observado também o disposto no ar-

tigo 34 da Lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956.

§ 4º A administração do Fundo e da respectiva carteira de títulos caberá ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o orçamento de aplicação dos recursos do Fundo será aprovado pelo Ministro da Fazenda.

§ 5º Ficam revogadas as atuais vinculações de rendimentos das ações do Tesouro referidas neste artigo, ressalvada a destinação a Fundação Universidade de Brasília, das rendas das ações da Companhia Siderúrgica Nacional que não excedam a 7% (sete por cento) ao ano, do valor nominal das ações.

Art. 75. As sociedades de economia mista cujas ações integram a carteira do Fundo Nacional de Investimentos deverão corrigir anualmente o seu ativo imobilizado segundo os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, com o consequente ajustamento de seu capital social.

Art. 76. As participações do Fundo Nacional de Investimentos em sociedades de economia mista, bem como os rendimentos atribuídos, a qualquer título, as ações de sua propriedade, terão o mesmo tratamento fiscal das participações e dos rendimentos do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Os rendimentos das Cotas de Participação no Fundo ficarão sujeitos ao imposto de renda na fonte, à taxa de 10% sem qualquer outro pagamento por seu titular.

Art. 77. O deságio em relação ao valor nominal de emissão, ou ao valor de aquisição, concedido na venda ou colocação no mercado, por pessoa jurídica, de debêntures ou obrigações ao portador letras de câmbio ou outros títulos de crédito, a que se refere o art. 8º, a da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, fica sujeito, tão somente, ao imposto na fonte a que se refere o dispositivo citado e ao empréstimo compulsório instituído nesta lei, não se aplicando, a tais rendimentos, o art. 3º, suas letras e parágrafos, e revogado o § 2º do aludido art. 8º da referida Lei nº 4.154.

Parágrafo único. Considera-se deságio, para efeito de aplicação do artigo 8º, a da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, a diferença para menos, entre o valor nominal do título e o preço de venda, e, no caso de revenda, entre o valor nominal da aquisição e o da alienação.

Art. 78. Vedada às pessoas jurídicas a prática habitual de colocação ou negociação, junto ao público, de letras de câmbio ou notas promissórias, que não tenham a coobrigação de instituições financeiras autorizadas a funcionar no País.

§ 1º A infração do disposto neste artigo sujeitará os coobrigados e tomadores a multa, igual ao valor do título, independentemente de outras sanções legais.

§ 2º Competirá à Superintendência da Moeda e do Crédito definir, através de ato normativo, a regulamentação da prática habitual de negociação ou colocação, junto ao público, dos títulos referidos neste artigo.

§ 3º Competirá, ainda, a Superintendência da Moeda e do Crédito regulamentar as condições de prazo e garantia de que se deverão revestir os títulos aceitos ou emitidos pelas "instituições financeiras" autorizadas a aceitá-los ou emití-los, para que possam ser colocados ou negociados junto ao público, bem como fazer as comissões ou taxas com que elas operam.

Art. 79. O Conselho Nacional de Economia passará a fixar, anualmente, os coeficientes a que se refere o artigo 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, de modo que os mesmos reflitam as alterações de valor ocorridas durante cada ano.

Parágrafo único. A primeira revisão dos coeficientes a que se refere o presente artigo será realizada no prazo de trinta (30) dias da data da publicação desta lei.

Art. 80. O recolhimento do imposto de Renda, devido em decorrência do aumento de capital de firmas e sociedades correspondente ao aumento líquido do ativo, na conformidade do disposto no art. 57 da Lei nº 3.470 a que for efetivado até 31 de dezembro de 1963, poderá ser realizado até o prazo máximo de 36 prestações mensais, observadas as regras estabelecidas no art. 101 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963.

§ 1º A correção monetária a que se refere este artigo só será realizada depois da aprovação, pelo Conselho Nacional de Economia dos novos índices de correção monetária.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no exercício de 1963 um crédito especial de importância igual ao montante da arrecadação do Imposto de Renda sobre a reavaliação de ativos das empresas controladas direta ou indiretamente pela União Federal, aplicando-o integralmente na subscrição de aumento de capital dessas mesmas empresas.

§ 3º Fica estendido o disposto no parágrafo 2º às empresas de energia elétrica diretamente controlada pelos governos estaduais.

Art. 81. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

SERVIDORES CIVIS

A) Vencimentos dos cargos efetivos

Níveis	Referência-base (Valores mensais)	Referência horizontal (Valores mensais)
18	Cr\$ 85.000,00	2.000,00
17	78.000,00	1.820,00
16	71.000,00	1.610,00
15	65.000,00	1.400,00
14	59.500,00	1.260,00
13	54.000,00	1.190,00
12	49.700,00	1.120,00
11	45.200,00	1.050,00
10	42.800,00	980,00
9	40.400,00	910,00
8	38.000,00	840,00
7	35.600,00	784,00
6	33.200,00	728,00
5	30.800,00	672,00
4	28.400,00	616,00
3	26.000,00	560,00
2	23.600,00	504,00
1	22.800,00	504,00

B) Vencimentos do cargo em comissão

Símbolos	Valores mensais
	Cr\$
1-C	140.000,00
2-C	130.000,00
3-C	120.000,00
4-C	112.500,00
5-C	105.000,00
6-C	100.000,00
7-C	95.000,00
8-C	90.000,00
9-C	85.000,00
10-C	80.000,00
11-C	76.000,00
12-C	72.000,00
13-C	69.000,00
14-C	66.000,00
15-C	63.000,00
16-C	60.000,00
17-C	57.000,00
18-C	55.000,00
19-C	53.000,00
20-C	51.000,00
21-C	49.000,00

C) Gratificação de função

Símbolos	Valores mensais
	Cr\$
1-F	100.000,00
2-F	96.500,00
3-F	93.000,00
4-F	90.500,00
5-F	88.000,00
6-F	85.500,00
7-F	83.000,00
8-F	80.500,00
9-F	78.000,00
10-F	75.500,00
11-F	73.000,00
12-F	70.500,00
13-F	68.000,00
14-F	65.500,00
15-F	63.000,00
16-F	60.500,00
17-F	58.000,00
18-F	55.500,00
19-F	53.000,00
20-F	50.500,00
21-F	48.000,00
22-F	46.000,00
23-F	44.000,00
24-F	42.000,00
25-F	40.000,00

ANEXO II
MILITARES

POSTOS E GRADUAÇÕES	Vencimento (Valores mensais)
	Cr\$
General-de-Exército; Almirante-de-Esquadra; Tenente Brigadeiro	140.000,00
General-de-Divisão; Vice-Almirante; Major-Brigadeiro	125.000,00
General-de-Brigada; Contra-Almirante; Brigadeiro	112.500,00
Coronel; Capitão-de-Mar-e-Guerra	90.000,00
Tenente Coronel; Capitão-de-Fragata	85.000,00
Major; Capitão-de-Corveta	78.000,00
Capitão; Capitão-Tenente	71.000,00
Primeiro Tenente	65.000,00
Segundo Tenente	59.500,00
Aspirante a Oficial; Guarda-Marinha; Subtenente; Sub-Oficial	48.000,00
Primeiro-Sargento; Primeiro-Sargento Contramestre; Sargento Ajudante ou Intendente e semelhantes da Polícia Militar (PM) e do Corpo de Bombeiros (CB), da Guanabara	44.000,00
Segundo-Sargento	41.000,00
Tercero-Sargento	38.000,00
Cabo engajado; Cabo músico (E); Taifeiro-Mor	23.500,00
Marinheiro de 1ª Classe, especializado; Soldado Fuzileiro Naval de 1ª Classe; Taifeiro de 1ª Classe; Soldado com curso Policial (PM); Soldado (CB)	18.000,00

POSTOS E GRADUAÇÕES

	Vencimento mensais (Valores)
Primeiro Cabo (E); Taifeiro de 2ª Classe; Soldado sem curso Policial (PM); Bombeiro de 2ª Classe (CB)	16.500,00
Cabo não engajado	10.800,00
Cadete e Aspirante (M) de último ano; Soldado Clarim de 1ª Classe (E); Marinheiro de 1ª Classe sem especialidade; Soldado de 1ª Classe (A)	7.200,00
Soldado engajado (E); Soldado Clarim de 2ª Classe (E); Marinheiro de 2ª Classe; Soldado Fuzileiro Naval de 2ª Classe; Soldado de 2ª Classe com 1 ano ou mais de serviço (A)	6.000,00
Soldado Clarim de 3ª Classe (E)	4.800,00
Cadete e Aspirante (M); Aluno do MA (A)	4.300,00
Aluno de Escola ou Curso de Formação de Sargentos	3.800,00
Gramete; Soldado de 2ª Classe mobilizado com menos de um ano de serviço (A)	3.100,00
Aluno de Escola Preparatória de Cadetes; Aluno do Colégio Naval; Soldado recruta, mobilizado não engajado (E) (M); Soldado de 2ª Classe não mobilizado (A)	1.700,00
Aprendiz-Marinheiro	1.400,00

ANEXO III

Tabela a que se refere § 3º do art. 72

Níveis de rendimento	Rendimento das pessoas físicas excluídas os classificados na Cédula "C"		Rendimento classificados na Cédula "C"	
	Taxa média	Contribuição	Taxa média	Contribuição
Cr\$ 1.000/ano	—	Cr\$/ano isento	—	Cr\$/ano isento
Até 884	5,26	56.000	—	15.109
885 a 984	4,76	44.000	1,56	19.700
985 a 1.134	5,86	70.000	1,84	23.300
1.135 a 1.284	6,56	80.000	2,05	30.000
1.285 a 1.484	7,36	116.000	2,29	38.700
1.485 a 1.684	8,16	146.000	2,58	48.700
1.685 a 1.885	8,96	178.000	2,81	59.300
1.885 a 2.084	—	—	3,03	72.700
2.085 a 2.284	9,96	218.000	3,48	—
2.285 em diante	10,00	proporcional	3,50	proporcional

A Comissão Mista incumbida de relatar o voto.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Há sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido, apoiado e despachado às Comissões técnicas, o seguinte:

Projeto de Lei do Senado
nº 71, de 1963

Altera os Anexos I e IV da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, na parte relativa à classificação da classe de bibliotecário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A classe de Bibliotecário, constante do Anexo I, Grupo Ocupacional EC-100, Biblioteca, Série de Classes: Bibliotecário, Código EC-101, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, passa a integrar o Serviço Técnico-Científico — TC, do mesmo Anexo, com a seguinte estrutura: Grupo Ocupacional TC-1600, Biblioteca, Série de Classes: Bibliotecário, Código TC-1601, níveis 17-A, orientação, revisão e execução, e 18-B, supervisão, assessoramento e coordenação.

Parágrafo único. O enquadramento estabelecido pelo Anexo IV da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, na parte relativa à classe de Bibliotecário, é alterada em atendimento ao disposto neste artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto visa a colocar a classe de Bibliotecário na posição hierárquica a que tem direito, qual a de integrar o Grupo Técnico-Científico do serviço público, dentro dos níveis estabelecidos a que faz jus.

Os encargos e trabalhos afetos aos Bibliotecários não deixam a menor dúvida quanto à sua conceitualização técnico-científica.

A Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispôs sobre a profissão de Bibliotecário, estabeleceu, em seu artigo 2º, que:

“O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer dos seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, equiparadas ou oficialmente reconhecidas;

Aos Bibliotecários, por outro lado, já foi reconhecido o direito à percepção da gratificação especial de nível universitário pelo Decreto 51.624, de 17 de dezembro de 1962.

O Ministério do Trabalho, em Portaria de 7 de outubro de 1958 (publicada no D.O. de 11.10.1958), declarou o Grupo Bibliotecário como compreendido no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Nada mais justo, portanto, que a medida preconizada pelo projeto, deslocando os bibliotecários para o setor que lhe é próprio segundo as diretrizes técnicas da classificação de cargos, especialmente tendo em vista que outras carreiras, de escalão inferior, foram incluídas nos níveis 17 e 18 pela Lei nº 3.780, de 1960.

Estamos certos que a proposição, dado o seu caráter eminentemente justo, merecerá a aprovação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 22 de julho de 1963. — Adalberto Sena.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público, Civil e de Finanças, em 23-7-63.

SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento de informações, que vai ser lido.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 484, de 1963

Sr. Presidente:

Requeiro, regimentalmente, se oficie aos Senhores Presidente da República e Ministro do Trabalho e Previdência Social, para que informem o seguinte:

Quais os motivos que impossibilitam a instalação do posto do S.A.M.D.U. em Magé, no Estado do Rio, quando foi, há tempos, determinada oficialmente essa instalação.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1963. — *Aarão Steinbruch.*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio nem de deliberação do Plenário. Será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, lidos na sessão de ontem: nº 481, do nobre Senador Eurico Rezende, e número 482, de autoria do nobre Senador Aarão Steinbruch.

Sobre a mesa outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 485, de 1963

Requeremos, nos termos do art. 214, nº 3, 2 e 215-A, do Regimento Interno, manifeste o Senado o seu parecer pelo falecimento do Dr. Lauró Pereira de Camargo, ex-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal pelos seguintes atos:

1) inserção, em ata de voto de pesar;

2) apresentação de condolências à família e ao Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1963. — *Gonzêz Vieira.* — *Daniel Krieger.* — *Pedro Ludovico.* — *Ermi-rio de Moraes.* — *José Feliciano.* — *Benedito Valadares.* — *Lopes da Costa.* — *Domicio Gondin.* — *Leite Neto.* — *Guido Mondim.* — *Sigefredo Pacheco.*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento, que acaba de ser lido não depende de apoio nem de discussão.

Em votação.

O SR. GOUVEA VIEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra ao nobre Senador Gouvea Vieira.

O SR. GOUVEA VIEIRA:

(Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, sei muito leve por duas razões: em primeiro lugar, porque a figura do Ministro Lauró de Camargo é por demais conhecida de todos nós; em segundo lugar, em homenagem ao próprio Ministro, que devotava verdadeiro culto à concisão.

O Ministro Lauró Camargo foi um juiz invulgar. Conseguiu reunir as três qualidades, que são básicas e essenciais num juiz: conhecimento profundo do Direito, inteligência objetiva, precisão, sempre voltada para os fatos e rapidez nas suas decisões. Esta qualidade, a meu ver, é das mais importantes para um juiz, porque, como dizia Ruy Barbosa, uma das formas mais terríveis injustiça é a lentidão em se restabelecer os direitos feridos, porque os fracos jamais poderão esperar por uma justiça tardia.

Além de ter sido juiz do Supremo Tribunal Federal e, posteriormente, seu Presidente, o Ministro Lauró de Almeida Camargo desempenhou as funções de Interventor no Estado de

São Paulo, logo depois do triunfo da Revolução de 30, em um período de agitação, em que o seu equilíbrio foi fator decisivo para que o Estado de São Paulo voltasse à calma.

Assim, Sr. Presidente, acho que as homenagens propostas são de merecidas a esse vulto pouco comum. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Em nome da Mesa Diretora associamo-nos às justas homenagens que o Plenário acaba de prestar à memória do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Lauró de Almeida Camargo, nome conhecido de todo o País e que prestou às letras jurídicas e, sobretudo, à Justiça nacional relevantes serviços durante a sua longa vida pública. A Mesa providenciará a apresentação de condolências à família enlutada e ao Estado de São Paulo, de que era filho o ilustre morto.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa).

Não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana. (Pausa).

S. Exª também não se encontra no recinto.

Tem a palavra ao nobre Senador José Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, na Ordem do Dia da sessão de hoje está incluído, em regime de tramitação normal, o Projeto de Lei da Câmara número 8, de 1963, já em fase de votação, em turno único.

Quando a Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, concedeu crédito especial de cinco bilhões de cruzeiros destinados às obras da rodovia Brasília-Belem, deu à aplicação dessa importância, a margem de dois anos sucessivos. Assim, como o registro no Tribunal de Contas da União, torna-se imprescindível que haja um novo pronunciamento do Congresso para o emprego do restante daquele crédito especial.

Desnecessária seria a nossa palavra, neste momento, não fora o alto sentido político e econômico da rodovia que liga esta Capital ao Estado do Pará, em prosseguimento à que vem da fronteira do Rio Grande, em Livramento.

Verdadeira espinha dorsal do organismo nacional, essa estrada federal recebeu, no Conselho Rodoviário Nacional, a designação de BR-14. Nasceu na fronteira com o Uruguai, transpondo as regiões mais ricas do Rio Grande do Sul — ricas em pecuária e produção agrícola — avança depois pelos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Maranhão e finalmente, Pará, servindo como elemento fundamental na circulação da riqueza brasileira.

Como estrada de grande finalidade política, nós a temos na penetração de três quintos do Território nacional, que estava deserto e mesmo sem qualquer aproveitamento de ordem econômica. Assim, avançou a Estrada Brasília-Belem, prosseguindo da BR 14, pelos sertões do Estado de Goiás até as densas matas da Amazônia.

A sua construção foi uma verdadeira epopéia, na qual tivemos como participantes anônimos trabalhadores das várias regiões do País, e Técnicos nacionais. O meu Estado, sobretudo, contribuiu de maneira especial para a sua construção, durante a qual se registrou a morte do Vice-Governador do Estado, vitimado pelo galho de um árvore, quando no exercício da sua obra de pioneiro Ali extinguiu-se a vida do Engenheiro Bernardo Saião.

Mas tarde vimos outro rasgo, quase semelhante a esse, com a construção da Estrada Brasília-Belem.

Queremo-nos referir, sobretudo, Senhor Presidente, ao alto alcance econômico da BR-14, que serve ao interior do País, principalmente à região do Centro-Oeste.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exª permite um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — A questão que V. Exª focaliza, desperta a atenção e o interesse deste Plenário. Todos lembramos períodos críticos da guerra passada, em que o Norte ficou totalmente isolado do Sul e das conseqüentes privações e provações por que passaram as populações nortistas. Agora, realmente, feito o confronto, pode-se dizer da utilidade dessa estrada, que V. Exª defende com grande calor e patriotismo. Recebi, ontem, telegrama de uma integrante da caravana que seguiu, em viagem inaugural, para Belém. Uma linha de ônibus regular Rio-Brasília-Belem, acaba de ser inaugurada. A viagem foi feita em quatro dias, percorrendo o veículo em média oitenta quilômetros horários. O telegrama — não o tenho em mãos — fala melhor do entusiasmo dessa senhora quanto à viagem, que se fez com relativo conforto e em tempo recorde. Vê V. Exª que a Estrada Belém-Brasília realmente veio resolver o problema das interligações entre o Norte, Centro e Sul. De tudo dever-se empreender para que a Estrada Belém-Brasília tenha cada dia melhorado o seu feitio, no sentido de que se intensifique o tráfego, e o intercâmbio entre todos os quadrantes do Brasil se faça com presteza e rapidez.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Agradeço muito o aparte do nobre Senador Vivaldo Lima, que além de ilustrar o meu discurso, faz referência a fato dos mais auspiciosos, ou seja, a inauguração de uma linha de ônibus, de Brasília a Belém do Pará, fazendo o percurso em quatro dias, com um êxito absoluto, desenvolvendo o veículo cerca de 80 quilômetros horários.

Acredito, nobre Senador, que o fato tem significado histórico para a região amazônica, porque é a primeira vez que um ônibus faz a ligação da região amazônica com o sul-centro do País, substituindo o avião que, até pouco tempo, era o único transportador de mercadorias e pessoas, no trajeto do centro do País ao norte, a Belém e Manaus.

O Sr. Vivaldo Lima — É de esperar que o transporte normal de passageiros, através de linhas de ônibus, ligando o Norte e o Sul do País, se torne caso comum, uma rotina. Em aditamento às minhas palavras, devo dizer do entusiasmo da senhora, que me endereçou o telegrama, em ter verificado que já se inicia a fixação do homem à margem da Estrada Belém-Brasília onde se encontram, atualmente, povoações em pleno desenvolvimento. Vê portanto, V. Exª que o desbravamento das selvas Amazônicas, na parte nunca devassada, nunca palmilhada, vem favorecer o Brasil, e de certo modo contribuir para a solução do problema agrário, uma vez que povoações já se localizam à margem da Estrada. Aliás há declarações do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em que S. Exª promete, na hipótese de voltar ao Governo — porque candidato já o é — pavimentar a Belém-Brasília e torná-la realmente a espinha dorsal do sistema rodoviário brasileiro. Este depoimento que desejava dar a V. Exª, em face dos termos do telegrama ontem por mim recebido.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Muito obrigado ao nobre Senador Vivaldo Lima pelo aparte em que ressaltou, sobretudo, o aspecto social que a estrada vem cumprindo, inclusive no setor da fixação do homem à terra, nessa vasta região, desenvolvendo

papel dos mais relevantes para nossa Pátria.

Sr. Presidente, comentávamos os fins econômicos dessa rodovia. Verificamos que eles atendem a parte interna do nosso comércio e, também, à externa. Senão, vejamos o intercâmbio permanente dos produtos do interior do País, através do pólo de Belém do Pará, sobretudo produtos alimentares, e, na reciprocidade, de produtos manufaturados para o abastecimento do centro.

Um produto dos mais procurados no interior do Brasil, elemento fundamental na sua economia, que serve a um dos ramos mais ricos da atividade econômica nacional, e o sal, o cloreto de sódio, o sal de cozinha, também empregado na alimentação dos rebanhos no interior do Brasil. E pelo estudo que podemos realizar, há cerca de três ou quatro anos, quando no porto de Belém do Pará uma tonelada de sal era vendida a granel a cerca de 200 cruzeiros, a saca, em algumas cidades do interior de Goiás alcançava o preço de 48 mil cruzeiros porque, para chegar até os centros de consumo, a mercadoria era obrigada a dois ecomies, por terra, parte marítima e parte terrestre.

Além do sal, tão abundante no norte do País, ainda temos as sementes oleaginosas, o peixe e, sobretudo, os produtos importados, que abasteceriam o interior do Brasil, através do porto de Belém do Pará. Com a chegada da carne, de produtos manufaturados pela indústria do sul e do centro do País, de cereais, em locais as escalas, nós teríamos um intercâmbio permanente do centro do País com o norte. Teríamos mais ainda, pelo Porto de Belém, o comércio natural no sentido do norte das Américas, onde a colocação dos nossos produtos se faz em maior percentagem. Evitaríamos a distância na frotas que vai de Belém até Santos, com o avanço de cerca de 60 a 90 dias, evitando-se, sobretudo, o atasco na carga e na descarga para os produtos importados.

A rodovia Belém-Brasília pe nult ra que todo o interior brasileiro use o Porto de Belém do Pará que não serve apenas ao comércio da região amazônica, porque, graças aos rios Tocantins, Araguaia e Amazonas, para ali se canalizam todos os produtos de outras regiões, para fins de exportação. Assim, o Porto de Belém transcende da sua área econômica próxima para atender a toda a região amazônica e ao interior do País.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exª mais esta interupção? (Assentimento do orador) — Se não me falha a memória, o movimento do tráfego da Belém-Brasília, mensalmente, já está alcançando cifra na ordem de um milhar e meio de veículos. Durante minha última estada naquela região, no mês passado, pude verificar o sentimento de bem-estar e euforia no seio das classes conservadoras do Amazonas ante esse tráfego perfeitamente normal, possibilitando até que se instalasse uma linha regular de ônibus para o transporte de passageiros. Os produtos manufaturados em São Paulo estão sendo levados, sobretudo por caminhões, para a região amazônica, através da Belém-Brasília, com grande economia. Enquanto um ônibus, saindo de São Paulo, do distribuidor, até Belém, gasta apenas Cr\$ 150.000,00 de despesas totais, durante o percurso, através da via-marítima por intermédio da cabotagem, mesmo oficial, não chega por menos de Cr\$ 500.000,00. Daí, então, todas as encomendas serem atendidas, e enviadas através dessa auto-estrada. Portanto, a Amazônia está sendo beneficiada, libertando-se do pesado ônus que sobre aquela região incide, pois o trans-

porte de mercadorias destinadas a essa ou aquela região, através da via marítima.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Pelo aparte do nobre Senador Vivaldo Lima verificamos que o transporte rodoviário, através da Brasília-Belem, além de mais rápido é mais barato...

O Sr. Vivaldo Lima — É muito mais barato.

O SR. JOSÉ FELICIANO — ... é muito mais barato que o transporte marítimo pelo litoral.

O Sr. Vivaldo Lima — Esse, além de caro, é demorado.

O SR. JOSÉ FELICIANO — V. Ex. tem razão.

Nem disso, o Porto de Belém possui cerca de quinze armazéns cobertos numa extensão de aproximadamente dois quilômetros, com uma capacidade de carga de um milhão de toneladas, que poderá perfeitamente atender a toda a região do interior do Brasil, compensando de maneira extraordinária o trabalho dos produtores, como também evitando um dos pontos essencialmente prejudiciais à economia nacional, que é o congestionamento da circulação da riqueza brasileira nos portos e nas estradas de ferro.

O que temos verificado é que nos portos de Santos e do Rio de Janeiro as greves sucessivas, as dificuldades sociais cada dia mais se avolumam, sobrecarregando o transporte marítimo de um ônus que a economia brasileira não é capaz de suportar. Tais acontecimentos vêm, ultimamente, espantando do litoral brasileiro os navios de transporte de outras nações que, num comércio normal, vinham trazendo as mercadorias necessárias ao nosso desenvolvimento e levando as mercadorias vendidas pelos brasileiros aos consumidores do mundo.

Assim, é sobretudo de extrema importância a aprovação do Projeto de Lei originário da Câmara, de nº 9, de 1963, pela alta finalidade que encerra, qual seja a conclusão da rodovia Belém-Brasília, cujo traçado e cujas condições a tornam perfeitamente trafegável pelos maiores veículos nacionais, em velocidades convenientes.

Portanto, é necessário que os recursos do crédito especial votado em 1961 sejam empregados nos setores de obras de arte, tais como pequenas pontes, melhoramento de trechos, renovação, manutenção e conservação.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex. nova intervenção, com a generosidade de sempre e a compen-sação do seu espírito?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Com muito prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Estava aqui em fevereiro de 1960, quando chegava a uma histórica "Caravana da Integração Nacional". Aquelas duas ou três dezenas de veículos que vinham de Belém para mostrar que já Belém se comunicava com Brasília, por terra. Depois de oito dias penosos, a caravana chegava a Brasília que a recebia festivamente. Considero semi-louco o autor de semelhante obra era afinal um homem que, à testa do Governo tivera a coragem inaudita de se lançar num empreendimento vultoso, de tamanha envergadura, como o de rasgar o interior do País para ir ao encontro de Belém, na área do Amazonas. Pois bem, eminente representante de Goiás naquele momento, o Presidente Juscelino Kubitschek resolvia, em cima do papel, como romper o interior do Brasil a fim de ligar Brasília ao Acre. Sabíamos que o Acre, no tempo da cerração, da seca, ficava isolado. A partir da Bacia do Acre — território amazense, — até Boa Vista do Rio Branco, capital do novo Estado não havia comunicação, pois o único meio de acesso era a via fluvial. Pois bem: aqui estão os representantes do novo Estado, o Acre, que nos podem dizer

de como, com a construção da Brasília-Acre, aquele problema desapareceu. Hoje, o Acre é beneficiado, através do comércio, sendo, sobretudo, o intercâmbio comercial a razão da sua subsistência e da sobrevivência da sua população. Tudo isso deve-o a um governo com força de vontade bastante para não recuar e que, em tão pouco tempo, construiu aquela estrada.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O aparte de V. Ex. realmente vem confirmar o acerto da construção das estradas de penetração do interior brasileiro, levando até lá a civilização, fixando populações e, sobretudo, permitindo-lhe o intercâmbio de comércio.

Essa estrada nasce em Livramento, no Rio Grande do Sul, tem a extensão de, aproximadamente, 4.200 quilômetros, alcançando Belém do Pará quase numa direção norte permanente, nos pontos fixos do nosso território. Serve, agora, para intensa comércio e grande circulação no nosso interior. Acaba de substituir o avião, não apenas no transporte de cargas, no transporte pesado, mas também no de pessoas, levando-as e trazendo-as quando têm necessidade de percorrer aquela extensa região.

A floresta amazônica foi dominada. Resta apenas a consolidação definitiva da rodovia para que, em melhores condições, se possa erguer, à sua margem, imenso canteiro de produção agrícola. Pela rodovia, circularão os produtos do Norte, num intercâmbio com os do Centro e do Sul, e através do porto de Belém do Pará, se fará a exportação e a importação de tanto interesse nacional.

Por isso, pedimos ao Senado da República sua aprovação para o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1963, que estende a validade do crédito especial por mais um ano, além do registrado no Tribunal de Contas da União.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Ex. permite outro aparte? (Assentimento do orador) — Estou percebendo que V. Ex. se aproveita da hora do Expediente para falar abundantemente a respeito do Projeto de nº 9, constante da pauta de nossos trabalhos de hoje, já em fase de votação. Anunciada a votação, V. Ex. só dispõe de 10 minutos para falar. E para tratar de assunto desta relevância, 10 minutos é tempo muito escasso. Daí V. Ex. ocupar a tribuna na hora do Expediente, quando se poderá estender por uma hora ou mais, discorrendo sobre o assunto e chamando para ele a atenção do Plenário no sentido de que dê ao Projeto seu voto favorável. Devo acrescentar às minhas palavras anteriores, quanto à utilidade do transporte terrestre de passageiros, uma observação que faço sobretudo como médico: V. Ex. conhece a aversão que certas pessoas, talvez por uma questão de temperamento orgânico, têm ao transporte aéreo; outras, atemorizam-se diante do transporte marítimo, sobretudo tendo em vista a duração das viagens, dispendiosas e com grande perda de tempo. Essas pessoas para quem o transporte aéreo ou marítimo não convém por questão particular ou econômica, passam, agora, a se utilizar do transporte terrestre, com toda a segurança como se verifica do Rio a Brasília ou de Brasília ao Rio. O testemunho que dei há pouco é cabal, peremptório, categórico quanto à segurança e quanto à rapidez. Dou testemunho também de que à margem de terras tão férteis o brasileiro está-se fixando, está povoando regiões simplesmente desconhecidas, nunca vistas ou palmilhadas. Assim sendo, prosiga V. Ex. por mais algum tempo, na defesa desse projeto, brilhantemente, como o vinha fazendo.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Realmente, usamos da hora do Expediente para discutir o Projeto nº 9 na

pauta dos nossos trabalhos de hoje, tendo em vista a necessidade de prosseguimento da construção dessa rodovia, que é aspiração nacional desde os tempos do Império, através da República, tornando-se, hoje, realidade para o Brasil inteiro. Naquela época procurava-se estabelecer o transporte por determinados rios, em conjugação com os setores rodoviários.

Utilizavam-se, por exemplo, o Rio Paraná e outros rios, e trechos de estradas de rodagem. Mais tarde, através do Tocantins, alcançou-se o extremo Norte do nosso País. Hoje, com a indústria automobilística nacional, que nos permite usar veículos de fabricação brasileira, abandonamos a idéia primitiva da conjugação do transporte fluvial com o rodoviário para adotar apenas o transporte terrestre, que nos possibilita fazer o mesmo percurso em muito menos tempo. Sobre tudo há a vantagem de um custo de transporte-quilômetro muito inferior ao marítimo, ao aeroviário ou a qualquer outro.

O Sr. Antônio Jucá — V. Ex. dá licença para um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Perfeitamente.

O Sr. Antônio Jucá — Queria chamar a atenção do nobre colega, engenheiro dos mais brilhantes...

O SR. JOSÉ FELICIANO — Muito obrigado a V. Ex.

O Sr. Antônio Jucá — ... para o fato de que está aconselhando uma inversão de tudo quanto existe de mais racional. No mando inteiro, sempre se procurou dar preferência, para o transporte de cargas de alta tonelagem e a grandes distâncias, a via fluvial e não terrestre. Em relação ao transporte terrestre, sempre se deu preferência ao ferroviário. De tal sorte, é o cúmulo, um verdadeiro contra-senso, dar-se, no Brasil, como se vem verificando e o ilustre orador é obrigado a sustentá-lo, preferência ao transporte rodoviário, em detrimento da imensa costa, do imenso litoral brasileiro, quando, em sua consciência, deveríamos preferir o transporte marítimo, mais econômico, corrigidas as mazelas das nossas companhias de navegação.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Realmente, o nobre Senador Antônio Jucá, teórica e cientificamente, tem inteira razão no seu aparte. Nós, no Brasil, por esses contra-sensos e, muitas vezes, por outras aberrações, encontramos soluções nacionais que contrariam a técnica e, sobretudo, que resolvem os problemas do sertão do interior do Brasil, violando constantemente princípios rígidos de uma ciência firme.

Assim, hoje vemos o Brasil com o transporte rodoviário mais barato do que qualquer outro. Enquanto Países da Ásia, Europa e América do Norte trabalham seis quilômetros de margem nos rios para o transporte fluvial, sem falar nas ligações e aberturas de canais, que depois são inundados de água para o transporte, tal como vêm fazendo vários países, nós no Brasil temos realmente o transporte rodoviário como o mais barato, mais eficiente e mais rápido.

Acresce, nobre Senador, que há outro fato chocante no setor do transporte nacional: é o das estradas de ferro já construídas, com os leitos permanentes, em pleno tráfego com a sua maquinaria, com todo o seu aparelhamento de tráfego já pagos e mesmo assim sem capacidade para conseguir, com o transporte de mercadorias, nem o suficiente para o pagamento de seus funcionários e trabalhadores.

Na realidade, as estradas de ferro dão muito mais de cem bilhões de déficit ao País, déficit coberto por impostos e, sobretudo, com a onda inflacionária que o povo brasileiro vem sofrendo, nestes últimos anos.

Quanto ao transporte marítimo, como o

mais barato, aqui encontramos, pela legislação que regula esse setor, a inversão absoluta de sua eficiência. É que não há, no Brasil, entrosamento entre o serviço de transporte e o de carga a descarga. Cada setor trabalha com absoluta autonomia e desconhecimento recíproco do que é elementar na atividade do transporte, do tal sorte que chegamos ao ponto, de, segundo alguns testemunhos que me foram transmitidos e os entrego ao Senado no anonimato com que os recebi um navio que faz o percurso Salvador — Itaparica, transportando pessoal, em cerca de 45 minutos, ter uma cozinha completa, coisa perfeitamente dispensável numa viagem de 45 minutos, em que nem água seria preciso. Pois bem para esse transporte, o chefe de cozinha da Marinha Mercante Brasileira percebe o vencimento mensal de aproximadamente Cr\$ 145.000,00, quando um Almirante, como o Comandante da Base de Salvador, percebe Cr\$ 92.000,00, ou quantia aproximada.

O Sr. Antônio Jucá — Perfeitamente. Apartei V. Ex., nobre Senador para ressaltar que o que está errado não é a ciência, a técnica, mas sim a administração. O lado prático a má administração, a falta de patriotismo dos homens públicos.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Nobre colega, não disse que V. Ex. estava errado, nem tampouco a ciência, e sim que V. Ex. me apartava, dando pronunciamento de alto conhecimento técnico do problema, mas que, diante da realidade brasileira, devemos arcar realmente com as soluções mais necessárias e mais de acordo com a realidade do território brasileiro. Foi neste sentido que respondi ao aparte de V. Ex.

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — Estou ouvindo com admiração e respeito o discurso de V. Ex. e, dentro do mesmo espírito, também ouvi o aparte do ilustre Senador pelo Ceará. Sem dúvida alguma assiste razão a S. Ex. Veja, nobre colega, que a Alemanha tem todos os seus rios principais navegáveis e todo o peso do transporte daquele país se faz por esses rios. A mesma coisa acontece com as nações bálticas, próximas ao Danúbio. A França também faz o transporte através dos rios, porque é mais barato, mais econômico. Os Estados Unidos também fazem o transporte dessa maneira. No próprio Egipto, o Nilo é utilizado como via de transporte. O Brasil, que tem as melhores costas do mundo, não aproveita o mar. Evidentemente, dentro da realidade brasileira, esse tipo de transporte seria o mais econômico, substituindo-se também as estradas de rodagem pelas vias fluviais. O ideal é a navegação marítima, depois a navegação fluvial e por fim as estradas de ferro e as estradas de rodagem. O problema brasileiro, nacional, é de administração. V. Ex. disse bem quando citou esses fatos, a respeito do transporte marítimo.

O Sr. Antônio Jucá — É problema de vergonha.

O Sr. Padre Calazans — Com referência aos nossos portos, deve dizer que Santos está estrangulado. Não se controla o Porto de São Sebastião. Ninguém vai lá. Essa situação persiste, sem que ninguém tenha coragem de enfrentá-la. Quarenta barcos permanecem ao largo. Não há descarga. Não se descarrega uma saca de trigo. Não se carrega café. Tudo isso é desordem, é desorganização, porque em todos os países é curial que a via de transporte mais barata é a marítima; depois, vem as estradas de ferro. As estradas de rodagem são como subsidiárias, nesse campo, pela evasão da economia. Quem viaja pela Alemanha, Itália e França, não vê as estradas pesadas

de transporte. Ontem, indo do interior de São Paulo para a Capital, fiz a viagem em uma hora, mas, na entrada de São Paulo, gastei hora e meia, porque a estrada estava atravessada de caminhões. Dizia uma pessoa que viajava comigo: "Este espetáculo só se vê no Brasil. Na Europa, com estradas melhores que as nossas, o transporte pesado é por via marítima".

O SR. JOSÉ FELICIANO — Realmente, nobre Senador, mas se considerarmos a situação nacional, teremos que corrigir o que se nos apresenta agora. Mas creio que, sobretudo nesta época, devemos, inicialmente, tratar do problema do transporte fluvial e marítimo no País. A mesma lei que regula o tráfego de um barco transatlântico, de grande porte, é quase a mesma que regula o de uma canoa que atravesse o rio Tocantins, cobrando passagem dos usuários daquele sistema de transporte.

Assim, não sabemos como encaminhar, realmente, a solução do problema sem primeiro adotar uma política na qual se eliminem todos esses excessos e se combata a confusão generalizada nos dois setores principais e fundamentais do nosso sistema de transporte — o Marítimo e o Ferroviário.

O Sr. José Kairala — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Pois não.

O Sr. José Kairala — Teoricamente, não há como discutir que o transporte marítimo seria o ideal por ser o mais barato e pelas condições que oferece. No Acre, infelizmente, tal não acontece. É incrível se pensar que hoje, no País, existem estivadores que ganham 7 milhões de cruzeiros por ano, e reivindicam 14 milhões. Há pouco tempo estive no Rio de Janeiro visitando um moderno barco alemão. Sua tripulação era composta de doze homens e o comandante percebia um salário de 280 dólares. O Acre é servido por embarcações de quatrocentas toneladas no máximo, que são obrigadas por lei a manter uma tripulação de 25 a 40 homens. É inacreditável que certas mercadorias transportadas de avião de São Paulo ao Acre, numa distância de cinco mil quilômetros, ainda hoje saiam mais baratas do que por via marítima. A questão é muito complexa para ser discutida agora. Quero apenas apelar para o Sr. Presidente da República no sentido de que volte as suas vistas para essas duas estradas de importância vital para o Brasil — a Brasília-Belem e a Brasília-Acre. São estradas de interligação nacional que rasgam este imenso Brasil e muito contribuirão para fixar o homem à terra. O avião transporte rápido, leve, sem dúvida, o conforto da civilização, mas não fixa o homem. Até hoje a nossa civilização se vem desenvolvendo pela orla litorânea, enquanto o interior jaz abandonado. O grande mérito da Brasília-Acre é permitir o aproveitamento de dois terços das terras mais ricas do Brasil, que cobrem a Amazônia, onde existe o maior potencial econômico do Brasil, talvez do mundo. A Brasília-Acre é, sem dúvida, uma estrada de capital importância, porque no dia em que se fizer a ligação do Atlântico ao Pacífico, essa estrada cruzará o Acre de extremo a extremo.

Há um convênio entre o Brasil e o Peru para essa interligação. Os peruanos, posso afirmar, já trouxeram a sua estrada até Pucallpa, na fronteira de Cruzeiro do Sul, Município do Acre, enquanto que nós, no Brasil, ainda nada fizemos. Tornando meus os pontos de vista do nobre Senador Padre Calazans e de V. Ex.^a, nobre colega, não discordo quanto ao barateamento do frete marítimo; este deveria ser inferior ao rodoviário e ao aéreo. Infelizmente, isto não acontece

no Brasil. Pego, pois, a atenção de todos os Senadores para a importância dessas duas estradas como interligação...

O Sr. Padre Calazans — Exato.

O Sr. José Kairala — ... para a conquista do imenso território do Brasil.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Respondendo ao aparte de V. Ex.^a, dou testemunho de um fato que presenciarei e que vai longe. Certa vez, numa reunião à qual estava presente o Presidente da República, assisti o Governador do então Território do Acre afirmar que o seu antecessor havia adquirido um caminhão na Capital de São Paulo, por — se não me engano — 400 mil cruzeiros. O caminhão saiu de São Paulo, passou por Santos, onde permaneceu à espera de transporte para Belém. De Belém, foi a Manaus e prosseguiu Amazônia a dentro. No final de três anos o caminhão, que havia custado 400 mil cruzeiros em São Paulo, chegou à Capital do Território do Acre por três milhões de cruzeiros!

Dai o acerto da proteção que vêm dando o Congresso e os órgãos do Governo ao sistema rodoviário nacional, sobretudo às estradas de penetração das matas amazônicas, que virão fixar definitivamente, o homem naquela região.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Vossa Ex.^a te mo aparte.

O Sr. Aarão Steinbruch — Há pouco, estava em meu gabinete quando ouvi, através do nosso sistema de transmissão interna, em aparte ao discurso de V. Ex.^a, um dos Srs. Senadores se referir aos vencimentos auferidos pelos estivadores, dizendo que ganham em média 7 milhões de cruzeiros por ano e pleiteiam 14 milhões de cruzeiros.

Quando Deputado, no ano passado fiz parte de uma Comissão que apurou que o estivador, no porto de Santos, o mais movimentado do Brasil, percebe, em média, sessenta e setenta mil cruzeiros. Isto no ano próximo passado.

O Sr. José Kairala — Em teoria.

O Sr. Aarão Steinbruch — Também na prática! Ocorre que o serviço de estiva, de embarque e desembarque de mercadorias, é efetuado pelo Sindicato de classe, que recebe o montante da operação diária e o distribui entre os estivadores. Pode acontecer que, em determinado dia, a receita, neste ou naquele setor, alcance elevada cifra, mas a importância é distribuída entre aqueles que fizeram a operação. Esta a realidade. Não conheço caso algum de estivador que tenha ganho a importância referida pelo Senador que aparteu V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Pediria a V. Ex.^a esclarecesse se o Sindicato, recebendo a importância correspondente ao trabalho de todos, distribui entre eles, ou fica com uma porcentagem, devolvendo o resto aos estivadores?

O Sr. Aarão Steinbruch — Uma porcentagem fica em poder do Sindicato para cobrir as despesas com a assistência que presta aos seus associados. Da importância global recebida do armador, o Sindicato distribui uma parte entre os que trabalham. É preciso ficar bem claro que o estivador não trabalha todos os dias do mês; se o fizesse sua saúde ficaria enormemente comprometida em virtude do dispêndio diário de esforço no serviço que lhe compete fazer. O Sindicato tem apenas certo número de associados. O serviço é distribuído diariamente, não a todos, mas a determinado número que vai trabalhar dois ou três dias por semana. Muitas vezes recebem os estivadores importâncias vultosas porque, num deter-

minado dia, trabalharam mais do que o normal. Mas eles não trabalham todos os dias da semana — repito — não só porque não teriam serviço, como porque, como acentuei, sua saúde estaria comprometida. Da importância recebida do Armador, o Sindicato distribui parte entre aqueles que fizeram a operação, outra pequena parte recolhe ao Instituto de Previdência Social e a terceira destina-se à assistência social. Não sei se V. Ex.^a conhece o Sindicato dos Estivadores de Santos. Percorri todas as suas dependências e pude verificar que a assistência prestada inclui não só a hospitalar, como a de qualquer tipo. Essa a explicação que queria dar, para repór a questão nos seus devidos termos. Não é verdade que o estivador, normalmente, ganhe, hoje, sete milhões de cruzeiros por ano, e passará a ganhar quatorze milhões. Não encontrei essa cifra, nem remotamente, na análise que fizemos durante a discussão do projeto que regulamentava o serviço de estiva, na Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Grato pelo esclarecimento de V. Ex.^a.

O Sr. José Kairala — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Pois não.

O Sr. José Kairala — Há poucos dias foi noticiado um fato insólito na imprensa do Rio de Janeiro. Um navio de carga, da Moore Mc Cormack que deveria transportar sessenta sacas de pimenta do reino, não pôde fazer esse embarque no turno diário, e então o navio fez-se ao largo. Convoquei-se a estiva para um serviço extra. Pasmem os Srs. Senadores: a despesa dessas sessenta sacas de pimenta do reino, no Porto de Belém do Pará, ascendeu a mais de dois milhões de cruzeiros!

O Sr. Aarão Steinbruch — Para salário do estivador?

O Sr. José Kairala — Não sei para onde vai esse dinheiro!

O Sr. Aarão Steinbruch — Também dizia o Sr. Leonel Brizola, no rádio, que ganhávamos mais de um milhão de cruzeiros, e até agora nunca recebi essa importância.

O Sr. José Kairala — Em teoria, um estivador ganha muito pouco. Mas posso afirmar a V. Ex.^a que, neste País, o estivador ganha muito mais do que muito médico, do que muito engenheiro, que quem quer que seja formar numa Universidade, e às vezes nem consegue arranjar emprego. A estiva é um negócio largamente rentoso, tanto que não se permitiu ao "bagrinho" o direito de sindicalizar-se. O fato é que hoje os estivadores representam uma força política, neste País, e por questão de voto, se traem a consciência e os interesses do País. Pertencem ao Partido Social Democrático, faço parte da Bancada do Governo, mas não posso em consciência, compactuar com um crime como este. A prova é que o transporte marítimo está indo à breca, está indo à glória. Não há mais navio estrangeiro que queira vir a nossos portos. Essas greves estão levando o País à falência. (Muito bem!) A Rede Ferroviária Nacional, o Lóide e a Costeira nos dão um déficit superior a Cr\$ 150.000.000 por ano, importância que daria para pavimentar todas as estradas do País.

O Sr. Aarão Steinbruch — Transporte marítimo não é estiva.

O Sr. José Kairala — Não se pode conceber, em nenhuma parte do mundo, que um quilo de carne levado, por via aérea, de Belém ao Acre, custe mais barato do que se utilizado o transporte marítimo. Este é aspecto que se tem de levar em conta, sob pena de o País sucumbir.

O Sr. Aarão Steinbruch — Estou de acordo com V. Ex.^a, mas esse é problema de transporte marítimo. Estamos falando sobre salário de estivador.

O Sr. José Kairala — Salário que não é pequeno e V. Ex.^a sabe disso, mas que, infelizmente, eu não sei qual verdadeira escrita que predomina nos Sindicatos.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex.^a diz que não é pequeno e se V. Ex.^a provar que ganham mais, eu me renderei à evidência. Mas, a simples alegação é que não pode servir de prova.

O Sr. José Kairala — No Brasil existem muitas escritas e não há controle nem fiscalização eficiente.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Nobres Senadores, ficaremos agradecidos e inteiramente esclarecidos quando V. Ex.^a, que são ligados ao problema, nos trouxerem dados que permitam, realmente a comprovação exata, desses fatos, porque todos estamos atônitos com as versões de vencimentos de Sindicatos, com as notícias de toda ordem, que cercam, sobretudo, os setores de transporte marítimo.

Assim, creio que dentro de pouco tempo veremos esclarecida, de uma vez por todas, a situação do transporte marítimo.

O Sr. Domício Gondim — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Com referência ao problema do salário de sete milhões de cruzeiros anuais, tenho a esclarecer que, no porto de Ilhéus, efetivamente, 180 estivadores ganham essa importância, em média, por ano!

O SR. JOSÉ FELICIANO — Sete milhões de cruzeiros por ano, no Porto de Ilhéus?

O Sr. Domício Gondim — Sim, Senador. E se o nobre colega desejar, trarei as necessárias provas do que afirmo.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Realmente V. Ex.^a traz testemunho de extrema gravidade, porque acredito que nem o Presidente da República, neste País, tem vencimento tão alto!

O Sr. Aarão Steinbruch — Referimo ao Porto de Santos, o mais movimentado do País, onde há maior número de estivadores e citei cifra apurada pela Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados. Gostaria mesmo que o nobre Senador me exhibisse prova de que, em Ilhéus, esse foi o salário auferido por cada estivador, durante o ano de 1962.

O Sr. Domício Gondim — No ano passado, exatamente.

O Sr. Aarão Steinbruch — Aguardarei essa prova.

O Sr. José Ermírio — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Pois não!

O Sr. José Ermírio — Para demonstrar a posição difícil nos portos brasileiros, basta lembrar memorável trabalho em que o Engenheiro Rubens diz: Em todo o mundo, o marítimo custa 1; o ferroviário 3; o rodoviário 9 e o aeroviário 15. No Brasil, 1 é igual a 9.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Exatamente. Uma igualdade difícil de ser compreendida.

Sr. Presidente, agradeço, nesta oportunidade os apartes dos nobres Senadores, e sobretudo à Mesa, o máximo de tolerância para com o orador que, usando do único meio permitido pelo Regimento — a hora do Expediente — trouxe à discussão o projeto de lei da Câmara nº 8 que prorroga por mais um ano a vigência da Lei que concede crédito especial destinado a obras da estrada Brasília-Belem.

O Sr. Lopes da Costa — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Tem o aparte o nobre colega.

O Sr. Lopes da Costa — Ouço com a máxima atenção o discurso de V. Ex.^a, que, como sempre, trata de assunto ligado à economia brasileira e desperta a atenção geral dos seus colegas. Quero introduzir no seu brilhante discurso, talvez um pouco de ponto de vista, mas em meu Estado o Serviço de Navegação da Baía

Prata, que está criando uma série de dificuldades à navegação fluvial e lacustre de Mato Grosso. Irei referir-me à questão do frete fluvial, mas antes quero lembrar a V. Exa. que temos, no meu Estado, a Companhia Siderúrgica Brasileira de Exploração de Minérios de Ferro e de Manganês. Pois bem: enquanto essa Companhia faz uma viagem a Montevideu, de ida e volta, em 60 dias, transportando 1.400 toneladas num sistema de navegação moderno, o rebocador com charras de 400 ou 500 toneladas cada uma, do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, durante o ano, faz apenas umas poucas viagens de frete da Cia. Siderúrgica Brasileira. Por aí se vê o prejuízo que órgãos estatais dessa natureza traz para um Estado como o nosso, que necessita, de fato, melhorar sua navegação fluvial, porque sempre foi a que melhor nos serviu. Quero acrescentar que, para este ano, o déficit da Marinha Mercante e da Rede Ferroviária Federal está orçado em 200 bilhões de cruzeiros. Até novos pedidos de aumentos salariais, que naturalmente virão até dezembro.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O depoimento que V. Exa. traz ao Plenário, através de seu aparte, mostra a necessidade inadiável que temos de organizar uma política do transporte nacional, que atenda a esta fase de nosso desenvolvimento e, sobretudo, que crie melhores condições para o nosso progresso.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. está batalhando pela prorrogação de prazo do crédito especial concedido em outubro de 1961. É mais uma prorrogação, mas fique certo V. Exa. de que, com o Plano de Contingência, com o Plano de Economia, para o ano V. Exa. estará na tribuna, nesta mesma data, pedindo nova prorrogação. Porque, em relação ao Norte e ao Nordeste, as prioridades ficam sempre relegadas a plano secundário, dentro daqueles números fatídicos 2 e 3, segunda e terceira prioridade. Assim, V. Exa. não se admira da minha afirmação de que, para o ano, veio-lo-ei nesta tribuna a clamar por nova prorrogação.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Espero, nobre Senador, que V. Exa. não tenha razão.

O Sr. Vivaldo Lima — Deus o ouça. Os ouvidos dos homens estão mudos.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Os fatos estão demonstrando que uma obra de verdadeiros heróis, realizada em pouco mais de três anos — foi inaugurada em 1960, com alguns pontos ainda deficientes, é verdade, mas permitindo um tráfego permanente — precisa ser consolidada.

A partir daquele ano, o transporte rodoviário, no setor de cargas pesadas, substituiu o avião. E, em 1963, o ônibus substituiu o avião, no transporte de pessoas.

Não é possível que as autoridades do Governo Federal, diante desses fatos, tão gritantes, que demonstram o progresso que vai pelo interior brasileiro e a necessidade de transporte rápido e barato, não é possível que as autoridades possam fechar os olhos à situação.

O Sr. Vivaldo Lima — Não obstante, nobre Senador por Goiás, até a presente data nenhum centavo do crédito de Cr\$ 5.000.000.000,00 foi gasto na rodovia em apêço, precisamos que este Congresso prorrogue por mais um ano, a vigência da lei.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Agradeço o novo aparte do Senador pelo Amazonas.

Espero que, no ano vindouro, não haja necessidade de tratarmos deste assunto no Congresso, de vez que já terá sido realizado o seu pagamento.

O Sr. Vivaldo Lima — Apelemos para Deus, para que inspire os homens públicos do Brasil.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Assim espero, Sr. Presidente.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Pois não.

O Sr. Aurélio Viana — Segundo lemos, dos Cr\$ 5.000.000.000,00, Cr\$ 4.000.000.000,00 já foram empregados; e se foram empregados, perguntamos: em que rodovias? Por que eles têm um destino certo — é a Rodovia Belém-Brasília. Todos nós sabemos que esta rodovia, aparentemente anti-econômica, veio causar um surto de desenvolvimento ímpar no interior do País. Vimos que um município que se encontrava em decadência, em completa e total decadência, à passagem dessa rodovia, em um só ano conseguiu aumentar sua safra de arroz de maneira espetacular, impressionante. Gostaríamos de saber como foi gasta essa importância, em que rodovias, ou se não foi empregada em rodovias, e que afinal se fez dos Cr\$ 4.000.000.000,00. A justificativa do Projeto dá a entender que Cr\$ 4.000.000.000,00 já foram empregados. Quanto ao assunto, ao tema do importante discurso de V. Exa., creio que tudo vai por conta da desorganização que vem imperando neste País. Então, procuramos uma vítima; geralmente é o obreiro. Mas, na verdade, todos somos vítimas de um processo de desorganização, que já foi fixado pelos nossos sociólogos, inclusive por Sílvia Romero, que declarou que a opinião pública do Brasil diferia da inglesa porque esta era organizada — isto em 1915 — enquanto que a nossa existia mas era desorganizada. Então, clamava ele — organizemos nossa opinião pública, porque seremos um grande País. A questão está na organização.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Nobre Senador Aurélio Viana respondendo ao aparte de V. Exa., informo que o crédito que foi concedido pelo Governo, teve a validade de dois anos e o registro na Tribunal de Contas; mas tenho a impressão de que o emprego desse dinheiro não pôde ser efetuado nesse espaço de tempo, ou o foi de maneira errônea a qual, muitas vezes, o Tribunal de Contas não concordou. Há, então, necessidade de se prorrogar o espaço de tempo para completar a aplicação desse crédito especial e, sobretudo, se houver necessidade para a legalização da parte já aplicada sem que estivesse enquadrada, rigorosamente, no Código de Contabilidade da União.

Quanto ao outro ponto referido por V. Exa., acredito que, realmente, precisamos disciplinar o sistema do transporte nacional e da formação de uma política do transporte que abranja, sobretudo na atualidade, aquelas estradas que receberam outras origens econômicas que não as atuais.

Temos estradas de ferro em certos pontos do País, que nasceram sob o influxo da produção do café, que eram altamente rentosas e que, hoje, trafegam no mais absoluto vazio da sua capacidade de transporte.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Lembro ao nobre orador que dispõe de apenas dois minutos para concluir o seu discurso.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Peço a tolerância da Mesa apenas para permitir o aparte que me foi solicitado pelo nobre Senador pelo Amazonas.

O Sr. Vivaldo Lima — Serei breve pois que o tempo regimental de V. Exa. está por findar. Desejo apenas retificar o meu último aparte em pouca coisa. O Poder da Comissão de Constituição e Justiça fala em prorrogação da vigência do prazo e diz mais: "uma vez que até a presente data não foi liberado o crédito de Cr\$ 5.000.000.000,00". A lei tem uma vigência para execução; quanto ao pagamento, não está vinculada. No Brasil, a Comissão de Finanças, onde o nobre representante de Alagoas, Senador Aurélio Viana...

O Sr. Aurélio Viana — Da Guanabara.

O Sr. Vivaldo Lima — Mas alagoano por tradição, já que, como Deputado, honrou sua província natal, como está honrando o Estado da Guanabara.

O Sr. Aurélio Viana — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Vivaldo Lima — O nobre Senador Aurélio Viana conseguiu descobrir que ainda feita empregar cerca de um bilhão de cruzeiros; 4 bilhões já foram empregados. Se Pedro Álvares Cabral não tivesse descoberto o Brasil há 463 anos, quem haveria de fazê-lo seria o nobre Senador Aurélio Viana... Não ficaria desconhecido a vida toda. O projeto visa prorrogar:

"... pelo prazo de um exercício a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede crédito especial destinado a obras da rodovia Belém-Brasília..."

No entanto, o texto do Projeto é muito claro.

O Sr. Aurélio Viana — Exatamente.

O Sr. Vivaldo Lima — Pelo prazo de um exercício a vigência da Lei. O Parecer do relato diz:

Esse crédito foi aberto pelo Decreto nº 420, do Poder Executivo datado de 26 de dezembro de 1961, cujo registro, no Tribunal de Contas da União foi feito em data de 29 de dezembro de 1961.

Portanto, há apenas prazo de vigência para pagamento. Se não foi pago dentro da vigência que a Lei determinou, e se houve pagamento fora desse prazo, então foi irregular. Agora, se foram pagos quatro bilhões, e resta um bilhão, isso fica em "Restos a pagar" e pode ser processado independentemente de qualquer prorrogação.

O Sr. Aurélio Viana — Muito bem! O SR. JOSÉ FELICIANO — Assim, Sr. Presidente, pedimos a aprovação do Projeto que hoje se vai votar, certo de que, se dotarmos essa estrada de perfeitas condições de tráfego, teremos propiciado a importação e a exportação, sobretudo no que diz respeito ao interior do Brasil, mais um porto — o de Belém do Pará que, pela sua significação, não apenas se restringe à área da sua influência econômica mas, sobretudo, beneficia as Regiões dos Rios Tocantins, Araguaia e Amazonas, até os mais remotos pontos do sertão brasileiro. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e apoiado e vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças o seguinte:

Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1963

Determina a inclusão de mais um parágrafo no art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 1.542, de 1º de maio de 1943. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho é acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 3º Em caso de dissolução, se o empregado requerer à Justiça do Trabalho, a empresa é obrigada a depositar no Banco do

Brasil S. A., à ordem do juiz competente, a quantia correspondente às indenizações legais a ele devidas, a fim de resguardar os seus direitos".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O projeto objetiva esclarecer mais adequadamente a situação do empregado em caso de dissolução da empresa a que estiver vinculado.

O art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho dispõe que os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução de empresa. O § 1º estabelece que, havendo concordata ou falência, a totalidade dos salários devidos aos empregados e um terço das indenizações legais constituirão crédito privilegiado, sendo os restantes dois terços crédito quirografário.

Além do disposto no caput do artigo 449, isto é, que em caso de dissolução de empresa os direitos oriundos do contrato do trabalho subsistirão, nada mais é dito a respeito, tornando-se, assim, necessária uma medida disciplinadora.

O projeto visa, desta forma, a assegurar mais amplamente o direito do empregado a receber o que lhe é devido, em caso de dissolução de empresa determinando que, se ele requerer a Justiça do Trabalho, a empresa deposite no Banco do Brasil S. A., à ordem do juiz competente, a quantia correspondente às indenizações legais a ele devidas.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1963. — Artur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE:

Há outro projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e apoiado e vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças o seguinte:

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1963

Dispõe sobre o pagamento de um auxílio, além das indenizações previstas em lei, à mulher grávida dispensada a qualquer título do emprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A mulher grávida, dispensada a qualquer título do emprego, terá direito a receber do empregador, além das indenizações previstas em lei, um auxílio de valor igual ao pago na previdência social como auxílio-maternidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Ao Estado incumbe dar toda proteção legal possível à maternidade e à infância, ao compreendido o nascimento.

A legislação vigente já concede amparo à mulher grávida, proibindo o seu trabalho seis semanas antes e depois do parto, período durante o qual terá direito aos salários integrais (artigos 392 e 393 da Consolidação das Leis do Trabalho). A legislação trabalhista é, ainda, uniforme no sentido de que o fato de se encontrar a empregada gestante em gozo de auxílio-doença, não desobriga o empregador do pagamento do auxílio-maternidade. A mulher grávida é facultada, entre outras coisas, romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que prejudicial à gestação (art. 394 da Consolidação das Leis do Trabalho).

As normas de proteção ao trabalho da mulher e à infância, desta forma, encontram-se impregnados do caráter de ordem pública.

O projeto propõe que a mulher grávida, dispensada a qualquer título do emprego, tenha direito a receber do empregador, além das indenizações previstas em lei, um auxílio de valor igual ao pago na previdência social como auxílio-maternidade.

Não se diga que, por se tratar de uma medida nova, deva-se aguardar a chegada ao Congresso de projeto sobre o "Código do Trabalho" — que ainda se encontra em fase de estudos. Isso teria como consequência a paralisação dos trabalhos legislativos, uma vez que estão também em estudos anteprojetos sobre as mais variadas matérias: Códigos Civil, Penal, Processo Civil, Processo Penal etc. Nada impede, assim, o estudo da proposição que apresento, em cujas disposições, se aprovadas, serão incluídas no Código do Trabalho por ocasião de sua tramitação no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1963. — Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de outro Projeto.

É lido e apoiado e vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças, o seguinte:

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 1963

Obriga o empregador, em caso de rescisão do contrato de trabalho, ao pagamento do salário e da contribuição previdenciária até o dia em que der baixa na carteira profissional do empregado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em caso de rescisão do contrato de trabalho, seja qual for o motivo, o empregador fica obrigado ao pagamento do salário e da contribuição previdenciária respectiva até o dia em que der baixa na carteira profissional, desde que o empregado entregue, mediante recibo, dentro de quarenta e oito horas da rescisão,

Justificação

A medida proposta pelo projeto visa a corrigir uma situação absurda, que acontece com frequência, nas relações entre empregado e empregador, quando da rescisão do contrato de trabalho.

É comum o empregador negar-se a dar baixa na carteira profissional do empregado. O processo em vigor na nossa legislação é falho e moroso, com prejuízo para o empregado, cuja vida profissional depende, em parte, das anotações existentes em sua carteira profissional.

O projeto propõe, a par das medidas já existentes, que o empregador fique sujeito ao pagamento do salário e da contribuição previdenciária respectiva, até o dia em que der baixa na carteira profissional do empregado.

Trata-se de disposição nova em nossa legislação e que poderá ser aprovada e incluída no Código de Trabalho a ser futuramente apresentado à consideração do Congresso Nacional, nada havendo, a nosso ver, a impedir o seu estudo e aprovação no momento atual.

Estamos certos que a proposição, dado o seu aspecto eminentemente social e justo, merecerá a aprovação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1963. — Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 486, de 1963

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério das

Relações Exteriores as seguintes informações:

a) se já foram tomadas as providências no sentido de ser remetido ao Congresso Nacional, para os devidos fins, a revisão do texto da Convenção de Paris de 1883, referente à propriedade Industrial, efetuada em Lisboa a 31 de outubro de 1958;

b) se em caso negativo, quais as razões que motivaram esse atraso.

Justificação

Em 1958, com a participação de numerosos países, procedeu-se, em Lisboa, à revisão do texto da Convenção de Paris, de 1883, referente à Propriedade Industrial.

Tal documento, de real importância para o Brasil, foi por este assinado, dependendo, agora, da sua homologação pelo Congresso Nacional. Já passados 5 anos, cremos que o Governo deve tomar as providências indispensáveis à formalização desse ato internacional.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1963. — Domício Gondim.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio nem de liberação do Plenário. Na forma do art. 213 letra d do Regimento Interno, será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

No expediente lido figura a Mensagem nº 206 (nº 126 no Senado), de 17 do corrente, em que o Sr. Presidente da República dá conhecimento ao Congresso Nacional do veto que opôs a dispositivo do Projeto de Lei nº 136, de 1963, na Câmara e nº 31, de 1963, no Senado, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares.

A fim de conhecerem desse veto esta Presidência convoca as duas Casas do Congresso Nacional para sessões conjunta a realizarem-se nos dias 13, 20, 22 e 27 de agosto próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para a Comissão Mista que o devera relatar designa os Srs. Senadores:

Sigefredo Pacheco
Zacarias de Assunção,
Vivaldo Lima.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

José Kairala.
Edmundo Levy.
Arthur Virgílio.
Zacarias de Assunção.
Lobão da Silveira.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Joaquim Parente.
Antônio Jucá.
José Bezerra.
Cortez Pereira.
Heribaldo Vieira.
Dyrlon Costa.
Eduardo Catalão.
Eurico Rezende.
Raul Giuberti.
Aarão Steinbruch.
Aurelio Viana.
Gilberto Marinho.
Milton Campos.
Lino de Mattos.
Filinto Müller.
Gastão Müller.
Mello Braga.
Antônio Carlos.
Atilio Fontana.
Mem de Sá — (26).

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1963, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que dispõe sobre o congelamento dos preços dos produtos farmacêuticos e de outras providências em regime de urgência, nos termos do artigo

326, nº 3-C, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 288-63, aprovado na sessão de 1 de julho, tendo parecer sob nº 291-63 da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencimento em 1º turno, e dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, de Economia e de Finanças sobre as emendas de Plenário.

Solicito do nobre Senador Lobão da Silveira o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(Lê o seguinte):

Por haver recebido emendas em plenário, e a fim de que sobre elas nos manifestemos, retorna a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1963, que dispõe sobre o congelamento dos preços dos produtos farmacêuticos e de outras providências.

2. Do ponto de vista constitucional e jurídico, pelo qual compete a esta Comissão examinar a matéria, verificamos que, se nenhum vício invalida a maioria delas, numerosas outras, entretanto, não podem merecer o nosso apoio, porquanto se revelam injurídicas ou anti-regimentais.

Assim, as Emendas de ns. 5, 6, 8, 9, 10, 11 e 12 são sem dúvida impertinentes pois dizem respeito a congelamento de preços de produtos, serviços e utilidades que nenhuma relação têm com os produtos farmacêuticos, de que cogita o projeto.

Por outro lado, a Emenda 16, intimamente relacionada com a Emenda 7, terá, se esta for aprovada, que ser rejeitada, pois estará prejudicada, solução aliás, por nós adotada uma vez que a Emenda 7 nos parece mais aceitável.

Do mesmo passo, a Emenda nº 21, que manda denunciar o acordo internacional de Paris, de março de 1883, no capítulo referente à indústria farmacêutica, embora não seja impertinente, é injurídica.

Regimentalmente, a competência para celebrar tratados e convenções internacionais é art. 87, VII, da Constituição) privativa do Presidente da República, cabendo ao Congresso (art. 66, I) resolver em definitivo sobre o assunto.

O processo relativo a matéria se faz através de Decreto Legislativo, le. especial que não poderia ser modificada por uma lei comum.

Além disso, cumpre salientar que todos os tratados internacionais contêm cláusulas disciplinando as condições, modo e tempo em que podem ser denunciados, sendo desnecessária nora lei sobre a matéria.

Finalmente, registra-se que na Emenda nº 23 há um artigo que também não merece o nosso aplauso o que declara que não serão licenciados, pelo prazo de cinco anos, os produtos farmacêuticos similares aos existentes.

O artigo proposto fere o princípio da livre concorrência, estabelecendo um monopólio, o que só seria admissível por lei especial.

3. Diante do exposto opinamos favoravelmente às Emendas de ns. 1 a 4, 7, 13 a 15, 17 a 20, 22 a 24 e pela rejeição das Emendas ns. 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 16 e 21, apresentando a Emenda nº 23 a seguinte

Subemenda

Suprime-se, na Emenda 23, o seguinte:

Artigo — Não serão licenciados, pelo prazo de cinco anos, os produtos

farmacêuticos similares aos já existentes.

§ 1º A similaridade, para os fins deste artigo, não se considera alterada por modificações que não influam nos efeitos terapêuticos dos produtos, a juízo do Ministério da Saúde.

§ 2º Vencido o prazo deste artigo, somente serão lançados produtos similares que obtenham parecer favorável do Ministério da Saúde, ouvidas a Sociedade Nacional de Medicina e a Sociedade Brasileira de Farmacologia.

O SR. PRESIDENTE:

Solicito ao nobre Senador Lopes da Costa o parecer da Comissão de Saúde.

O SR. LOPES DA COSTA:

Senhor Presidente, embora os avisos me tenham chegado às mãos há poucos momentos, eu estava continuando a estudá-los, quando V. Excelência me pediu para dar parecer sobre as emendas.

Infelizmente, Senhor Presidente as Comissões técnicas não puderam se reunir para deliberar sobre este assunto, para mim de bastante importância e de grande significação para que os Senadores, ficassem mais a par do conteúdo das emendas. Estudassem, a fim de que pudessem dar um parecer de acordo com o que o assunto de cada uma delas exige.

Assim, Senhor Presidente, Senhor Senadores, vou basear-me e o faço com toda sinceridade, no parecer da Assessoria Técnica do Senado, na Comissão de Finanças, sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1963, de 17 do corrente.

Volta o projeto a esta Comissão, para que se pronuncie sobre as vinte e quatro emendas que ele apresenta em plenário.

Essas emendas visam, algumas a ampliação do âmbito de incidência dos dispositivos básicos da proposição, outras, o simples aperfeiçoamento formal do texto, para que o mesmo possa melhor atingir sua finalidade última.

São, portanto, emendas que se relacionam com o mérito da proposição, já tendo sido, sob esse ângulo, examinadas pelas ditas Comissões de Saúde e Economia.

As emendas em tela não apresentam, em nosso entender, implicações financeiras que contra-indiquem o apontamento de qualquer uma delas ao este órgão.

Opinamos, assim, pela aprovação das emendas: ns. 1 — 4 — 7 — 14 — 15 — 18 — 20 — 22 — 24. Pela aprovação, em sua numeração, na forma da subemenda apresentada pela Comissão de Economia. Pela aprovação da emenda nº 23, na forma da subemenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça. Pela rejeição das emendas ns. 2 — 3 — 5 — 6 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 16 — 17 e 21.

Senhor Presidente, a Comissão de Finanças não apreciou o mérito das emendas, por não versarem que tão financeira, mas conclui pela aprovação das mesmas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Solicito ao nobre Senador Lopes da Costa designar relator para dar parecer em nome da Comissão de Saúde.

O SR. LOPES DA COSTA:

Designo o nobre Senador Sigefredo Pacheco para emitir parecer em nome da Comissão de Saúde.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Sigefredo Pacheco.

O SR. SIGEFREDO PACHECO:
(Para emitir parecer) — (Lê):

Retorna ao exame da Comissão de Saúde, por haver recebido ementa, o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1963.

A proposição, de autoria do Senhor Senador Nogueira da Gama, determina o congelamento, pelo período de um ano, dos preços dos produtos farmacêuticos, disciplina a distribuição de "amostras grátis" e dá outras providências.

Aprovado no primeiro turno de discussão, o Projeto recebeu, na segunda fase da sua tramitação, várias emendas, motivo pelo qual retornou às Comissões Técnicas.

A Comissão de Saúde passa ao exame das emendas.

Emenda nº 1

Manda substituir, no art. 1º as expressões:

"em 31 de dezembro de 1962"

por

"em 30 de junho de 1963"

Justificando a emenda, o seu autor, Senhor Senador Antônio Carlos faz notar que, justamente a partir de 31 de dezembro de 1962, verificou-se no panorama dos preços, um aumento geral, de proporções elevadas, não sendo, portanto, justo, fazer retroagir o congelamento de preços em um único setor industrial, dependente de vários outros elementos, todos em alta acutuada.

A Comissão de Saúde Pública, e de parecer que a emenda deve ser aprovada.

Emenda nº 2

A finalidade da emenda é dar tempo aos laboratórios farmacêuticos para uma reformulação nos seus programas industriais, com adaptação às novas normas. A análise da nossa conjuntura econômica mostra, entretanto, desaconselhada essa dilatação do prazo de congelamento. A indústria, em qualquer dos seus setores, está sofrendo em profundidade. Não é possível prever os limites a que se elevarão os preços, não sendo cabível pretender congelá-los por tanto tempo, mesmo porque, os vários elementos que entram na composição dos preços dos medicamentos, continuam em plena liberdade.

O prazo de um ano, determinado pelo Projeto, é suficiente para que sejam tomadas, pelo Governo, medidas parciais, capazes de, auxiliando a indústria farmacêutica, torná-la capaz de suportar os efeitos do congelamento.

A Comissão é de parecer que a emenda deve ser rejeitada.

Emenda nº 3

Esta emenda manda acrescentar o seguinte artigo:

Art. "Toda vez que medidas governamentais, direta ou indiretamente provocarem a elevação ou diminuição dos custos dos materiais e serviços que entrem na composição dos preços dos produtos congelados, poderá, pela presente lei, a C.A.D.E. autorizar, se provocada por interessado, o reajustamento que for solicitado".

A emenda tem o mérito de encerrar a possibilidade de reajustamento dos preços congelados, quando medidas do Governo contribuírem para a elevação dos preços de qualquer parcela que entre no custo de produção dos medicamentos, direta ou indiretamente.

A sua extensão, entretanto, terá como consequência a invalidação do Projeto, porque, facilmente qualquer medida que promova o encarecimento de um produto, deixará de ter re-

flejo direto ou indireto na composição dos preços dos medicamentos. Assim, exemplificando, qualquer alteração de taxa de imposto, ou aumento de frete autorizado, todo aumento concedido, enfim, terá, indiretamente, repercussão no preço dos medicamentos.

A Comissão de Saúde, mesmo reconhecendo o espírito que norteou a elaboração da emenda, é de parecer que ela deve ser rejeitada, porque coloca em perigo o congelamento de preços que o Projeto procura alcançar.

Parecer contrário.

Emenda nº 4

Por esta emenda é acrescentado o seguinte:

"Art. A C.A.D.E. fará divulgar, amplamente, em todo o território do País, pela imprensa, rádio e televisão e através de impressos a serem afixados em estabelecimentos comerciais, tabelas de preços dos produtos congelados pela presente lei.

A Comissão é de parecer que a presente emenda deve ser aprovada, porque é uma complementação oportuna ao projeto, garantindo a ampla divulgação dos preços congelados, e defendendo, assim, o público consumidor.

Emenda nº 5

Também esta emenda adita nova disposição ao projeto, assim redigida:

"Art. São igualmente congelados nos termos do art. 1º desta lei, os preços do ferro gusa, aço, folha de flandres, cimento aluminoso e vidro plano.

Parágrafo único. O congelamento a que se refere este artigo aplica-se aos produtos primários e a todos os produtos secundários derivados ou artefatos, cuja matéria-prima fundamental seja um dos materiais enunciados.

Mesmo reconhecendo em toda a plenitude o espírito que norteou a elaboração da presente emenda, a Comissão de Saúde é de parecer que a mesma deve ser rejeitada. Além de escapar à sua competência específica, ela não se afigura à Comissão como realmente interessando ao âmbito de ação do Projeto. A indústria farmacêutica, na sua quase totalidade, é de transformação, trabalhando com produtos químicos e biológicos. Não é esperar que a possível alta de preços dos materiais de que trata explicitamente a emenda tenham reflexos ponderáveis na composição de preços de medicamentos.

Parecer contrário.

Emenda nº 6

Esta emenda inclui mais um artigo ao projeto, nos seguintes termos:

"Art. Os tecidos e roupas feitas terão os seus preços congelados na forma do art. 1º e com as penalidades do art. 5º desta lei".

A análise da presente emenda conduz a conclusões idênticas às que esta Comissão chegou, quanto à emenda nº 5.

Parecer contrário.

Emenda nº 7

Através desta emenda, pretende incluir-se o seguinte artigo:

"Art. Os laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos só poderão deduzir, para fins de imposto de renda, quinze por cento (15 %) das suas despesas de propaganda, inclusive as referentes à distribuição das "amostras grátis"

O mérito da presente emenda escapa ao âmbito específico da Comissão de Saúde.

Parecer favorável, quanto à oportunidade.

Emenda nº 8

Esta emenda visa a aplicar as disposições dos arts. 1º e 5º a móveis e utensílios domésticos, inclusive artefatos de metal e aparelhos elétricos.

A Comissão de Saúde é de parecer que a emenda deve ser rejeitada, nos termos do seu parecer relativo à emenda nº 5.

Emenda nº 9

As disposições dos artigos 1º e 5º, diz a emenda, são igualmente aplicadas a todos os produtos e subprodutos das aciarias nacionais.

A Comissão opina pela sua rejeição nos termos do seu parecer relativo à emenda anterior.

Emenda nº 10

A emenda manda incluir onde couber:

"Art. Pelo mesmo prazo, e com as cominações penais desta lei, nenhum frete ou outras modalidades de despesa de transporte poderão sofrer qualquer majoração no seu custo.

No sentido de manter rigidamente o espírito do Projeto, que é o congelamento real dos preços dos produtos farmacêuticos, a Comissão, mesmo reconhecendo a sua objetividade, opina, pela rejeição da emenda nº 10.

Emenda nº 11

A emenda nº 11 estende aos gêneros de primeira necessidade as disposições dos arts. 1º e 5º do projeto.

Parecer contrário à emenda nº 11, nos termos do seu parecer relativo à emenda nº 5.

Emenda nº 12

Idêntica à anterior.

A Comissão de Saúde é de parecer que a emenda nº 12 deve ser rejeitada pelos mesmos fundamentos do seu parecer relativo à emenda nº 5.

Emenda nº 13

Esta emenda é modificativa do artigo 1º, nos seguintes termos:

Onde se lê: "31 de dezembro de 1962,

Leia-se: "31 de julho de 1963"

A Comissão considera prejudicada a presente emenda em face da de nº 1, que recebeu parecer favorável, pelas razões expostas quanto ao seu mérito.

Emenda nº 14

A emenda inclui um artigo, assim expresso:

"Art. O Poder Executivo, no prazo de 90 dias a partir da sanção desta lei, enviará ao Congresso Nacional anteprojeto de lei dispondo sobre a fusão de todos os laboratórios oficiais pertencentes aos Ministérios Cíveis e Militares, às Universidades e às Autarquias de modo a constituir o laboratório central do Brasil, que será empresa de capital misto.

§ 1º Os laboratórios farmacêuticos de capital privado e nacional, que o desejarem, poderão fundir-se ao laboratório central do Brasil, de acordo com o que vier a estabelecer a legislação específica.

§ 2º O L. C. B. fabricará os medicamentos químicos ou biológicos de uso mais comum na medicina humana ou veterinária e os venderá aos organismos oficiais ou privados em caráter competitivo".

A presente emenda tem alcance real e a Comissão opina pela sua aprovação.

Emenda nº 15

Determina esta emenda que o Ministério da Fazenda, no prazo de sessenta dias baixará instruções uniformizando a contabilidade dos laboratórios, de modo a facilitar a execução desta lei e a fiscalização do preço de custo.

A Comissão de Saúde é de parecer que a emenda deve ser aprovada quanto à sua oportunidade.

Emenda nº 16

Dispõe a presente emenda que as despesas de qualquer espécie com a propaganda chamada científica não serão deduzíveis do imposto de renda.

A emenda presente escapa à atribuição específica da Comissão de Saúde. A sua oportunidade parece discutível, porque, o fato de não ser deduzível do imposto de renda qualquer parcela componente do preço do medicamento, nenhum reflexo terá, na possível baixa do mesmo preço. Ao contrário, a incidência mais vigorosa do imposto será sempre usada como argumento para justificar o alto nível do preço, e até mesmo a sua elevação. A Comissão opina pela sua rejeição.

Emenda nº 17

Segundo dispõe a emenda nº 17, a matéria-prima, destinada à fabricação de produtos farmacêuticos, será importada pelo Governo da União, que a revenderá aos laboratórios oficiais ou particulares em igualdade de condições.

Considerando o alcance inegável da presente emenda, a Comissão de Saúde opina pela sua aprovação.

Emenda nº 18

A emenda determina que o Poder Executivo, no prazo de sessenta dias desta lei, enviará ao Congresso Nacional anteprojeto de lei reestruturando o Serviço Nacional de Medicina e Farmácia e de Odontologia, conferindo-lhe feição dinâmica, em acordo com os Estados e Municípios.

A emenda é objetiva e está revestida de grande oportunidade.

Parecer favorável.

Emenda nº 19

Pretende a emenda incluir no projeto o seguinte artigo:

"Art. ... O Congresso Nacional, no prazo de quinze dias, a contar desta lei, instituirá uma Comissão Parlamentar de Inquérito (Mista) que, no prazo de setenta e cinco dias, apresentará relatório conclusivo sobre outras medidas consideradas necessárias ao barateamento dos produtos farmacêuticos e à proteção da indústria genuinamente nacional.

A Comissão de Saúde considera oportuna a emenda, opinando, sob esse ponto de vista, pela sua aprovação.

Emenda nº 20

O Ministério da Educação apresentará no prazo de noventa dias, dispõe a emenda, um planejamento de âmbito nacional visando ao entrosamento das Faculdades de Medicina, de Farmácia, de Veterinária e de Agricultura com o Laboratório Central do Brasil, de modo a promover a formação, em prazo curto de técnicos especializados nos vários setores da indústria farmacêutica.

A medida preconizada pela presente emenda é de molde a contribuir de forma ampla e objetiva, para a solução de numerosos problemas ligados à nossa indústria farmacêutica. A Comissão é de parecer que a mesma deve ser aprovada.

Emenda nº 21

Por esta emenda, fica denunciado o acordo internacional de Paris, de março de 1883, no capítulo referente à indústria farmacêutica, ao qual o

Brasil aderiu em 6 de setembro de 1929.

A Comissão de Saúde é de parecer que a emenda deve ser aprovada. Realmente, a medida que ela determina é de alcance capital, por isso que resolve um dos grandes problemas da nossa indústria farmacêutica, onerada com as obrigações decorrentes do Acordo relativo a marcas e patentes. Além disso, a sua aprovação anularia um dos constantes argumentos empregados pelos laboratórios para justificação dos níveis de preços dos seus produtos.

Parecer favorável.

Emenda nº 22

Dispõe a presente emenda que os preços no varejo dos produtos farmacêuticos serão impressos nos rótulos, em cor vermelha, logo abaixo do nome do medicamento.

A emenda é justa, oportuna e altamente moralizadora.

Parecer favorável.

Emenda nº 23

Objetiva a emenda sejam incluídas as seguintes disposições no projeto:

"Art. ... É proibida a propaganda popular de produtos farmacêuticos para uso humano através de rádio, jornal ou televisão excetuando-se a publicação dos produtos considerados pelo Ministério da Saúde como complemento alimentar.

Art. ... É proibida, em todo o território nacional, a venda de produtos farmacêuticos para uso humano ou animal, em cuja composição figure qualquer droga de fabricação ou comercialização vedada nos países de origem, ou que tenham sido comprovadamente reconhecidas pelos órgãos técnicos oficiais como nocivas ao homem e aos animais domésticos.

Art. 2º É vedado o uso de nomes de fantasia para os produtos farmacêuticos considerados essenciais à medicina humana.

Parágrafo único. Competirá ao Ministério da Saúde elaborar a relação dos produtos considerados essenciais, bem como estabelecer as normas para a sua denominação.

Art. ... Não serão licenciados, pelo prazo de cinco anos, os produtos farmacêuticos similares aos já existentes.

§ 1º A similaridade, para os fins deste artigo não se considera alterada por modificações que não influem nos efeitos terapêuticos dos produtos.

§ 2º Vencido o prazo deste artigo somente serão lançados produtos similares que obtenham parecer favorável do Ministério da Saúde ouvidas a Sociedade Nacional de Medicina e a Sociedade Brasileira de Fisiologia.

A emenda aborda, no seu texto e no seu espírito uma série de detalhes de interesse público. É oportuna, e tem o mérito de ser objetiva e clara.

A Comissão de Saúde opina pela sua aprovação, nos termos da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça que suprime várias disposições.

Emenda nº 24

A emenda nº 24 manda acrescentar ao projeto o seguinte:

"Art. O royalty e know-how não podem ser lançados sobre o preço de custo ou de venda dos produtos farmacêuticos para uso humano ou animal.

§ 1º O seu pagamento, quando de filial de laboratório estrangeiro a sua matriz, será feito com o lucro remanescente para o exterior, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º Os laboratórios nacionais que pagarem esses tributos, enquanto não for encontrada solução definitiva para a indústria farmacêutica descontar

30% dos compromissos à conta de royalties e de know-hows, que serão destinadas à incrementação da pesquisa.

§ 3º As importâncias resultantes deste desconto serão depositadas no Banco do Brasil, em conta especial, que será movimentada pelo Ministério da Saúde, em atendimento ao parágrafo anterior.

Mesmo considerando que o mérito da emenda escapa ao seu âmbito específico, a Comissão opina pela sua aprovação, pela íntima relação que apresenta com a composição dos preços dos medicamentos. A parcela relativa aos compromissos ligados aos "royalties" e "know-how" é sempre citada como fonte ponderável de encarecimento dos produtos farmacêuticos.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente às emendas de ns. 1 — 4 — 7 — 13 — 14 — 15 — 17 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23, nos termos da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, e 24; e contrariamente, às de ns. 2 — 3 — 5 — 6 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 e 16.

O SR. PRESIDENTE:

Solicito o parecer da Comissão de Economia.

O SR. FILINTO MULLER:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, era relator deste Projeto na Comissão de Economia o nobre Senador Nelson Maculan. Designado S. Ex. para exercer função fora do Senado, vejo-me na contingência de, como Presidente da Comissão de Economia, advocar o Projeto para dar parecer sobre as emendas.

De in.c.o., quero fazer uma referência elogiosa à Diretoria das Comissões da C.S.A. e à Assessoria Legislativa que, havendo recebido o Projeto às 14 horas, em virtude do regime de urgência em que ele se encontra, coligiu os elementos e dados necessários, para que os Srs. Senadores relatores nas várias Comissões pudessem manifestar-se.

A circunstância de transmitir a proposição em regime especial, não permitiu que os Relatores, nas Comissões, estudassem aprofundadamente as emendas apresentadas e sobre elas emitissem parecer. Assim ocorre comigo: recebi-as há pouco, com os elementos fornecidos pela Assessoria Legislativa, e pela Diretoria das Comissões, e apenas tive tempo para uma rápida leitura.

Prestados estes esclarecimentos, passo a relatar as emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do nobre Senador Antônio Carlos, diz:

"Substitua-se, no art. 1º, as expressões:

"em 31 de dezembro de 1962" por: "em 30 de junho de 1963".

O Projeto determina o congelamento dos preços dos produtos farmacêuticos por um ano, a partir da data da sua aprovação, tomando por base os preços de 31 de dezembro de 1962. O nobre Senador Antônio Carlos propõe que se tome por base o preço vigente a 30 de junho de 1963. O Parecer da Comissão de Economia é favorável à Emenda porque, realmente, ela visa a aproximar o congelamento do preço dos produtos na data mais próxima da aprovação do Projeto. Se aprovássemos o congelamento dos preços de seis meses, um ano ou dois anos passados, incorreríamos em injustiça.

Portanto, o Parecer da Comissão de Economia é favorável à Emenda substitutiva do art. 1º do Projeto.

Sr. Presidente, interrompendo o Parecer, quero prestar um esclarecimento. Quando declarei que advocava o Projeto, e que apenas tivera tempo de fazer uma rápida leitura dos ele-

mentos fornecidos pela Diretoria das Comissões, deveria ter acrescentado que o Parecer é pessoal, como estabelece o Regulamento Interno, e os nobres Senadores membros da Comissão de Economia que com ele não estiverem de acordo, poderão manifestar o seu pensamento contrário. A Emenda nº 2, também de autoria do nobre Senador Antônio Carlos, declara no artigo 1º:

"onde se lê: "um ano", leia-se: "três anos".

Sr. Presidente, a medida de congelamento de preços dos produtos de laboratórios já é, de modo geral, medida drástica. A meu ver, o Governo dispõe de elementos para resolver tais problemas por intermédio do CADE, órgão criado em lei votada pelo Congresso, que deu ao Governo recursos para defender a bolsa do povo contra a ganância dos que procuram explorá-lo.

Assim, com a CADE em funcionamento, não precisaríamos estar cogitando da votação de projeto de congelamento dos preços dos remédios.

Aliás, o Governo dispõe de meios, fornecidos pelo Poder Legislativo, não só para promover o congelamento de preços como para adotar outras medidas, inclusive a desapropriação dos fatores de produção que estejam sendo prejudiciais à coletividade.

Sr. Presidente, o congelamento por um ano, isoladamente, já é, como disse, medida drástica; estendê-lo por três anos, sem imaginar o que possa ocorrer neste período em relação a preços e salários, parece-me que seria excessivo. Por isso, o Parecer da Comissão de Economia é contrário à Emenda nº 2.

A Emenda de nº 3 estabelece:

"Toda vez que medidas governamentais, direta ou indiretamente, provocarem a elevação ou a diminuição dos custos dos materiais e serviços que entrem na composição dos preços dos produtos congelados poderá, pela presente lei a C.A.D.E. autorizar, se provocada por interessado, o reajustamento que for solicitado."

Esta emenda também é de autoria do nobre Senador Antônio Carlos. A mim me parece absolutamente justa, pois se o Governo toma providências para evitar a elevação do custo de vida em vários setores que o compõem, é lógico e natural que também que possa, através do órgão próprio — C.A.D.E. — atender às ponderações feitas pelos produtores e elevar o preço do produto, quebrando assim o congelamento, ou determinar, por provocação do interessado a baixa do preço do produto, se houver a baixa geral do custo de vida. O que não me parece lógico é que estabeleçamos um preço fixo, congelado, e em havendo uma baixa geral do custo de vida aquele produto que teve o preço congelado com o objetivo de defender-se a coletividade, continue congelado mas com preço mais alto do que deveria ser, em virtude da baixa do custo de vida.

Assim, o Parecer da Comissão de Economia é favorável à emenda do nobre Senador Antônio Carlos.

EMENDA Nº 4

"Acrescente-se o seguinte artigo:

Art. ... A C.A.D.E. fará divulgar, amplamente em todo o território do País, pela imprensa, rádio e televisão e através de impresso a serem afixados em estabelecimentos comerciais, tabela de preços dos produtos congelados pela presente lei.

Esta emenda também merece a meu ver, a aprovação da Comissão de Economia, porque visa a esclarecer a opi-

nião pública, de modo geral, sobre o preço dos produtos de laboratório.

A Emenda nº 5, de autoria do nobre Senador Daniel Krieger, estabelece:

"São igualmente congelados, nos termos do art. 1º desta lei, os preços do ferro gusa, aço, folha de flandres, cimento, alumínio e vidro plano.

Parágrafo único. O congelamento a que se refere este artigo aplica-se aos produtos primários e a todos os produtos secundários derivados ou artefatos, cuja matéria-prima fundamental seja um dos materiais enunciados."

Peço que observei da leitura dos pareceres, as ditas Comissões que antes opinaram, manifestaram-se contrariamente a esta emenda. O parecer da Comissão de Economia é favorável à emenda, e o é por uma questão de lógica e bom-senso. Se vamos congelar um produto de interesse direto do povo, que é o produto farmacêutico, não temos autoridade para negar o congelamento de produtos empregados na engenharia civil, que interferem na construção de moradias; nem podemos deixar de congelar outros produtos e utilidades indispensáveis também ao homem. Não compreendo como não congelar os preços dos transportes e os salários; enfim, tudo aquilo que interfira no bem-estar do cidadão.

Assim, Sr. Presidente, em nome da Comissão de Economia, dou parecer favorável à Emenda nº 5. Cito as outras que com ela têm correlação, as quais também dou parecer favorável:

São as de ns. 5 — 6 — 8 — 9 — 10 — 11 e 12. Todas visam a congelar utilidades da maior necessidade pública.

Relembro, neste passo, que o Governo dispõe de um órgão que é a CADE. Embora criado há muito tempo não está em ação. Se estivesse funcionando na realidade, não estaríamos debatendo este projeto.

O Sr. Adão Steinbruch — Permite V. Ex.ª um aparte para um esclarecimento?

O SR. FILINTO MULLER — Lembro ao nobre Senador que estou prolatando um parecer.

Emenda nº 7, de autoria do nobre Senador Catete Pinheiro. Esta estabelece:

"Inclua-se, onde couber, o seguinte:

"Os laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos só poderão deduzir, para fins de imposto de renda, quinze por cento (15%) das suas despesas de propaganda, inclusive as referentes à distribuição das "amostras grátis".

Esta emenda, merece aprovação da Comissão de Economia. É justa e disciplinada a matéria de propaganda.

Os laboratórios poderão gastar muito mais em sua propaganda, se assim o entenderem, mas só poderão deduzir, para fins de imposto de renda, quinze por cento da importância aplicada nesse fim.

As Emendas ns. 8, 9, 10, 11 e 12 já tiveram parecer favorável.

A Emenda nº 13, de autoria do nobre Senador Adalberto Sena, diz:

"Ao art. 1º:

Onde se lê "31 de dezembro de 1962."

Leia-se: "31 de dezembro de 1963".

A Comissão já opinou favoravelmente à emenda, de autoria do nobre Senador Antônio Carlos, que fixa a data de 30 de junho. Portanto, não tem por que alterar, embora muito mereça da Comissão a nobre iniciativa do Senador Adalberto Sena. Mantém seu parecer favorável à data de 30 de junho e, portanto, contrário à

Emenda do nobre Senador Adalberto Sena.

A Emenda nº 14 diz:

Inclua-se onde couber: Art. ... O Poder Executivo no prazo de 90 dias a partir da sanção desta lei, enviará ao Congresso Nacional anteprojeto de lei dispondo sobre a fusão de todos os laboratórios oficiais pertencentes aos Ministérios Cíveis e Militares, às Universidades e às Autarquias de modo a constituir o laboratório central do Brasil, que será empresa de capital misto.

§ 1º Os laboratórios farmacêuticos, de capital privado e nacional, que o desejarem, poderão fundir-se ao laboratório central do Brasil, de acordo com o que vier a estabelecer a legislação específica.

§ 2º O L. C. B. fabricará os medicamentos químicos ou biológicos de uso mais comum na medicina humana ou veterinária e os venderá aos organismos oficiais ou privados em caráter competitivo.

Esta emenda, de autoria dos nobres Senadores Manoel Villaga e Aurélio Viana, a meu ver merece acolhida, porque procura centralizar num órgão paraestatal a fabricação de produtos farmacêuticos.

Lembro-me que, quando Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, tive oportunidade de suprimir várias Caixas de Aposentadoria e fundi-las em outras, ou em Institutos, inclusive o Instituto da Estiva.

Estava em estudos e cheguei a criar um órgão, que é o atual SAMDU, destinado a amparar os trabalhadores dando-lhes assistência médica e domiciliar de urgência, quando solicitada. E havia mandado proceder a estudos, que não cheguei a transformar em atos do Conselho, mandando englobar todos os laboratórios de Institutos e Caixas de Aposentadorias e pensões.

Mandei proceder estudos no sentido da fusão de serviços de Raios X e Gessas Autarquias.

Entendo Sr. Presidente que há dispersão imensa de recursos em órgãos que na mesma cidade têm a mesma finalidade. Essa duplicidade tem na mais custosa a administração das entidades autárquicas.

Assim a Emenda do nobre Senador Manoel Villaga merece acolhida de Comissão de Economia.

Sr. Presidente, a Emenda nº 15, também apresentada pelo nobre Senador Manoel Villaga e ilustre Senador Aurélio Viana, manda que o Ministério da Fazenda, no prazo de sessenta dias baixará instruções uniformizando a contabilidade dos laboratórios, de modo a facilitar a execução desta lei e a fiscalização do preço de custo.

Tenho dúvidas sobre o poder do Estado em interferir na economia interna dos laboratórios, determinando uniformização de sua escrituração. Cada um, dentro de sua casa deve fazer a escrituração com lhe pareça melhor.

Mas a emenda tem a finalidade de facilitar a fiscalização, e não tenho dúvidas de lhe dar parecer favorável.

A Emenda nº 16, de autoria dos Senadores Manoel Villaga e Aurélio Viana, refere-se à fixação do limite de despesas para propaganda.

Como a Emenda nº 7, do Senador Cateete Pinheiro, já regula o assunto, considero a de número 16 prejudicada pela aceitação de nº 7.

A Emenda nº 17 determina que a matéria-prima destinada à fabricação de produtos farmacêuticos será importada, toda ela, pelo Governo da União, que a revenderá aos laboratórios oficiais ou particulares, em igualdade de condições.

A Comissão de Economia manifesta-se contrariamente a esta emenda. Ela redundaria em uma burocratização total, na compra de produtos farmacêuticos, e não creio que viesse trazer

vantagens para a produção dos laboratórios, pois viria prejudicar uma indústria que é muito útil ao nosso País — a indústria farmacêutica.

A Emenda nº 18 estabelece que o Poder Executivo, no prazo de sessenta dias desta lei, enviará ao Congresso Nacional anteprojeto de lei, reestruturando o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, Farmácia e Odontologia, dando-lhe feição dinâmica, em acordo com os Estados e Municípios. Quanto à emenda do nobre Senador Manoel Villaga, não me parece haja alguma coisa a opor. A Comissão de Economia a aceita. Mas a mim me parece uma determinação ineportuna ao Governo sobre reestruturação dos serviços administrativos.

Sabemos que existe atualmente um Ministério para a Reforma Administrativa. Esta reforma estará naturalmente sendo estudada. E a determinação de reestruturação em determinado setor, limita a ação deste Ministério que está estudando as reformas de caráter administrativo.

Todavia, nada tenho a objetar à emenda, porque seu objetivo é amparar o serviço do médico.

"Emenda nº 19:

Inclua-se onde couber: Art. O Congresso Nacional, no prazo de 15 dias, a contar desta lei instituirá uma Comissão Parlamentar de Inquérito (Mista) que, no prazo de setenta e cinco dias, apresentará relatório conclusivo sobre outras medidas consideradas necessárias ao barateamento dos produtos farmacêuticos e à proteção da indústria genuinamente nacional".

Sr. Presidente, a Comissão de Economia não se manifesta favorável a esta emenda. Ela manda estabelecer uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista. Quanto a este tipo de Comissão, não há necessidade de tal votação, em projeto de lei. Os próprios Srs. Senadores podem requerer a formação da Comissão Mista.

Desejo ainda acrescentar que funcionou, na Câmara dos Deputados, uma Comissão Parlamentar para estudar, exatamente, o projeto ora em debate, formada por Srs. Deputados realizando trabalho que, segundo declarações de S. Exº o Ministro da Saúde — e S. Exº há poucos dias nos honrou com sua visita, nesta Casa — merece estudos e prestará os melhores serviços, quando exame da matéria.

Ora, se já foram realizados estudos por aquela Comissão Parlamentar, na Câmara dos Deputados, a respeito do assunto, não vejo razão para organizar-se, aqui, uma Comissão Mista, a fim de se o estudarmos visto ter sido examinado pela outra Casa do Congresso.

A Emenda nº 20, diz o seguinte:

"Inclua-se onde couber: Art. ... O Ministério da Educação apresentará no prazo de noventa dias, um planejamento de âmbito nacional visando ao entrosamento das Faculdades de Medicina, de Farmácia, de Veterinária e de Agricultura com o Laboratório Central do Brasil, de modo a promover a formação, em prazo curto, de técnicos especializados nos vários setores da indústria farmacêutica".

Esta Emenda é semelhante àquele outra que determina que o Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, enviará ao Congresso Nacional anteprojeto de lei, reestruturando o Serviço Nacional de Medicina e Farmácia e de Odontologia.

Não vejo grande vantagem na aprovação desta emenda, mas também não vejo desvantagem. Assim, a Comissão de Economia, não tendo razão sólida para se pronunciar contra a Emenda, aceitou-a.

A Emenda nº 21, está redigida nos seguintes termos:

"Inclua-se onde couber: Art. ... Fica denunciado o acordo internacional de Paris de março de 1883, no capítulo referente à indústria farmacêutica, ao qual o Brasil aderiu em 6 de setembro de 1929".

A Comissão de Economia talvez não tivesse por que opinar a respeito da matéria. A revogação de um Acordo, ou de uma de suas partes, não pode ser feita através de Projeto de Lei como o que estamos votando. O caminho é outro, a sistemática é outra. Por esta razão, a Comissão se manifesta contrária à Emenda.

"EMENDA Nº 22

Inclua-se onde couber: Art. ... Os preços no varejo dos produtos farmacêuticos serão impressos nos rótulos, em cor vermelha, logo abaixo do nome do medicamento".

A Emenda é oportuna e merece aprovação.

EMENDA Nº 23

Acrescente-se, antes do art. 5º ou onde convier:

Art. ... É proibida a propaganda popular de produtos farmacêuticos para uso humano através de rádio, jornal ou televisão, excetuados desta proibição os produtos considerados pelo Ministério da Saúde como complemento alimentar.

Art. ... É proibida, em todo o território nacional, a venda de produtos farmacêuticos, para uso humano ou animal, em cuja composição figure qualquer droga de fabricação ou comercialização vedada nos países de origem ou que tenham sido comprovadamente reconhecidas pelos órgãos técnicos oficiais como nocivas ao homem e aos animais domésticos.

Art. ... É vedado o uso de nomes de fantasia para os produtos farmacêuticos considerados essenciais à medicina humana.

Parágrafo único. Competirá ao Ministério da Saúde elaborar a relação dos produtos considerados essenciais, bem como estabelecer as normas para a sua denominação.

Art. ... Não serão licenciados, pelo prazo de cinco anos, os produtos farmacêuticos similares aos já existentes.

§ 1º A similaridade, para os fins deste artigo, não se considera alterada por modificações que não influam nos efeitos terapêuticos dos produtos, a juízo do Ministério da Saúde.

§ 2º Vencido o prazo deste artigo, somente serão lançados produtos similares que obtenham parecer favorável do Ministério da Saúde, ouvidas a Sociedade Nacional de Medicina e a Sociedade Brasileira de Higiene.

A justificação será feita oralmente.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1963. — Manoel Villaga, — Aurélio Viana.

A justificação o foi oralmente, segundo exige a emenda.

Sr. Presidente, antes de todas as Comissões se manifestarem contrariamente a esta emenda, a Comissão de Economia lhe deu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE — Antes de V. Exª concluir seu parecer, solicitação de V. Exª que repetisse o seu pronunciamento em relação à Emenda nº 18.

O SR. FILINTO MULLER — O parecer foi favorável à emenda.

A emenda nº 23, embora não a considerando necessária e pertinente, nosso parecer é favorável, porque ela

disciplina a matéria, relativamente à nova estruturação dos órgãos do Ministério da Saúde. Recebeu uma subemenda, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que foge, em grande parte, ao sentido da emenda. Creio, Sr. Presidente, que somente no Brasil se permite a propaganda de medicamentos da forma por que é feita. Recordo-me de que, quando exercia o cargo de Chefe de Polícia, à época da Luanura, usando dos poderes ditatoriais, estabeleci, através do Serviço de Censura da Polícia, a proibição da propaganda de medicamentos, por considerá-la nociva à saúde pública. Antes determinar a proibição — que me atraía antipáticas generalizações num setor da vida pública nacional — ouvi a opinião de médicos acaudalados, e foram, todos, unânimes em considerar que a propaganda de medicamentos, como se faz em nosso País, só pode ter como resultado o prejuízo da saúde e do povo.

Assim, como a Emenda nº 23, a meu ver, disciplina a matéria de forma técnica e perfeita, deixo de dar parecer favorável à Subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, para aceitar, integralmente, a Emenda nº 23.

A Emenda nº 24 determina:

"Inclua-se onde couber: Art. O royalty e o know-how não podem ser lançados sobre o preço de custo ou de venda dos produtos farmacêuticos para uso humano ou animal.

§ 1º O seu pagamento, quando de filial de laboratório estrangeiro a sua matriz, será feito com o lucro remetido para o exterior de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º Os laboratórios nacionais que pagarem esses tributos, enquanto não for encontrada solução definitiva para a indústria farmacêutica, descontarão 30% dos compromissos à conta de royalties e de know-hows, que serão destinadas à incrementação da pesquisa.

§ 3º As importâncias resultantes deste desconto, serão depositadas no Banco do Brasil, em conta especial, que será movimentada pelo Ministério da Saúde, em atendimento ao parágrafo anterior.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, somente serão considerados laboratórios nacionais aqueles cujo capital estrangeiro não exceder 20%, em ações nominativas, não sendo consideradas para o que dispõe este artigo, e seus parágrafos, as ações ao portador."

Esta emenda tem mais três parágrafos que disciplinam a matéria contida no caput do artigo.

O parecer da Comissão de Economia é favorável à emenda porque ela tem em vista melhorar as condições de vida do povo. Se admitir-mos preços exagerados com royalties e know-how, forcemos preços mais elevados, em desacordo com o objetivo do Projeto.

Na forma da exposição feita, Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Economia é favorável às Emendas ns. 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 18, 20, 22, 23, 24 e pela rejeição das Emendas ns. 2, 13, 16, 17, 19 e 21. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Os pareceres das Comissões são pela aprovação do Projeto, sem prejuízo das emendas. Há, entre tanto, sobre a mesma, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 487, de 1963

Nos termos do art. 278, letra c, combinado com o art. 212, letra n,

do Regimento Interno, requeiro votação secreta para o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1963.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1963. — *Benedicto Valladares*. — *Daniel Krieger*.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(*Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já tínhamos votado a proposição, em primeiro turno, de maneira simbólica.

Não vemos, portanto, razão para o requerimento subscrito pelos nobres Senadores Daniel Krieger e Benedito Valladares. Ademais, a matéria não é daquelas que, regimentalmente, demandem votação secreta, muito embora possa, pelo Regimento, ser requerida essa maneira de votar.

O projeto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é daquele que, pela sua seriedade e pela posição que assumiu na votação qualquer Senador, aconselha, realmente, o pronunciamento a descoberto dos representantes do povo. Não estamos sujeitos a pressões de qualquer natureza, que pudessem servir de argumento, porque só conversamos com alguns representantes da indústria nacional, que me reafirmavam que a proposição poderia comprometer essa indústria, mas verifico que uma das emendas disciplina a matéria, resguardando os interesses nacionais.

Os pareceres foram proferidos por três eminentes Senadores, cujos votos — portanto, das próprias Comissões — já são conhecidos pelo Plenário. Muito embora o nobre Senador Filinto Müller dissesse que o fazia em caráter pessoal, os demais produziram votos como se fossem os das Comissões. Portanto, os integrantes das Comissões, já têm seus votos a descoberto, conhecidos.

Não sabemos por que o Senado é levado a manifestar-se sobre o projeto em votação secreta. Temos consciência do que vamos votar e como o faremos, daí por que pediria ao Senado que rejeitasse o requerimento, para que também o povo venha a saber quem votou pelo congelamento ou contra.

Solicitei ao nobre Senador Filinto Müller o esclarecimento do seu voto, porque S. Ex.^a é favorável ao congelamento, também, dos demais artigos relacionados na emenda do nobre Senador Daniel Krieger. Queríamos saber seu pronunciamento com relação à matéria.

O Sr. Filinto Müller — V. Ex.^a está discutindo a matéria?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Estou encaminhando o requerimento de votação secreta da matéria.

O Sr. Filinto Müller — Lamento não poder apartear-lo.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Se V. Ex.^a é favorável às emendas que estendem o congelamento a outros gêneros, evidentemente o é pela aprovação do congelamento dos produtos farmacêuticos. É óbvio, concludente, inclusive porque seu voto, em caráter pessoal, conhecido. Se seu voto é extensivo ao congelamento dos demais gêneros e artigos de consumo, inclusive os caracterizados nas Emendas ns. 5, 6 e 7, evidentemente o é pelo congelamento dos remédios, que é motivo da proposição que se vai votar.

Devo declarar para terminar o encaminhamento de votação, que o projeto, tal como elaborado pelo nobre Senador Cimílio Nogueira da Gama, obteve aprovação quase unânime da Casa. As emendas vieram corrigir redação defeituosa.

Se naquela oportunidade votou-se o mais e agora vota-se o menos, para anular a emenda que faz recuar os efeitos do projeto a 1962, há emenda, aceita unanimemente pelas Comissões técnicas da Casa, que estabelece o prazo para vigência a partir de 1 de julho do corrente ano.

Se votamos a descoberto, em primeiro turno, e se a maioria dos Srs. Senadores manifestou-se favoravelmente à proposição e as emendas visam a corrigir a redação do projeto, não vejo razão, agora, para o escrutínio secreto.

Estas as razões que me permiti alinhar no encaminhamento da votação do requerimento. (*Muito bem.*)

O SR. FILINTO MÜLLER:

Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(*Para explicação pessoal. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, pedi a palavra porque fui chamado à colação pelo nobre Senador Aarão Steinbruch.

Quando emití o Parecer da Comissão de Economia, acentuei que o relator do projeto era o nobre Senador Nelson Maculan. Agora, que o projeto foi aprovado em primeira discussão, não me caberia opinar sobre o seu mérito, mas sim sobre as emendas. Mas o nobre Senador Aarão Steinbruch entende que eu deveria manifestar-me sobre o projeto, e o faço agora, em explicação pessoal.

Sr. Presidente, sou contrário ao projeto. Considero-o discriminatório, pois estabelece congelamento de preço para uma utilidade necessária ao homem e não o faz em relação a outras essenciais, talvez mais necessárias. Os remédios lhe valem numa emergência de saúde, ao passo que o alimento, o vestuário, a moradia e tudo mais lhe são necessários em todas as emergências da própria vida.

Considerando o projeto discriminatório, absteve-me de sobre ele me manifestar por deferência ao seu autor, o nobre Senador Nogueira da Gama. Desde, porém que o nobre Senador Aarão Steinbruch entende que o meu parecer, favorável a algumas emendas e contrário a outras, implica em manifestação minha, favorável ao projeto, devo dar estes esclarecimentos à Casa.

Considero o projeto discriminatório — repito — e não lhe darei meu voto favorável; mas estudando as emendas, depois de o projeto haver sido aprovado em primeira discussão, não me cabia outro recurso senão opinar sobre as mesmas. Porque, se o projeto vier a ser aprovado, então que o seja com as emendas, que lhe dão maior amplitude e fazem desaparecer o aspecto discriminatório, congelando todas as utilidades que nos são necessárias na vida comum.

Esta a razão do parecer favorável às emendas que congelavam outras utilidades.

Quanto às emendas que modificavam o aspecto técnico do projeto e lhe acrescentavam outras condições e exigências, dei parecer, em nome da Comissão de Economia, aceitando-as, por entender que melhoram a proposição. O fato de haver dado parecer nestes termos não significava, absolutamente, a antecipação de meu voto. Estava cumprindo, regimentalmente, o dever de opinar sobre as emendas apresentadas ao projeto, já aprovado em primeira discussão, e o fiz procurando separar as emendas, aceitando as que me pareceram aceitáveis e recusando, em nome da Comissão de Economia, aquelas que me pareceram não aceitáveis.

Quanto ao projeto, meu voto será contrário, porque o considero prejudicial à coletividade. (*Muito bem.*)

O SR. BENEDICTO VALLADARES:

Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. BENEDICTO VALLADARES:

(*Para explicação pessoal. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, fui um dos signatários do requerimento de votação secreta. Justifico-o dizendo que o art. 178, letra c, do Regimento, diz que a votação será secreta sempre que o Plenário determinar.

Quero que o Plenário seja ouvido, para que determine se a votação será ou não secreta. (*Muito bem.*)

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(*Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, sendo um dos signatários do requerimento pedindo votação secreta, sinto-me no dever de dizer algumas palavras, em face da manifestação do nobre Senador Aarão Steinbruch.

Quando requeri, juntamente com o Senador Benedito Valladares a votação secreta, é porque estou convencido de que o Regimento do Senado da República prescreve votação secreta para todos os casos em que estejam envolvidos interesses de classe e indiscutivelmente neste caso estão envolvidos interesse de uma classe. Não tememos de votar a descoberto e prescindindo das lições de quem quer que seja neste sentido. Sou um homem na expressão do vocábulo que assume plena responsabilidade de seus atos em todas as emergências, sobretudo contra o projeto, porque o acho inexequível, porque se fosse exequível não haveria nada melhor neste país, porque resolveríamos todas as dificuldades por que atravessa a nação. E iríamos além Senhor Presidente e Srs. Senadores, poderíamos congelar a idade dos Senhores Senadores, porque em todos eles existe um Fausto, sempre inclinado a voltar aos belos tempos da mocidade.

O Sr. Lette Neto — Com todas as suas consequências!

O SR. DANIEL KRIEGER — Com todas as suas consequências. A mocidade é bela, a mocidade não tem paralelo com outras idades. A maturidade pode ter encantos, pode ter compensações, e as tem efetivamente nos homens de equilíbrio e de pensamento. Mas, a mocidade, como dizia o barão Homem de Mello, é semelhante às águas, que renovam as plumas nos dias de tempestade. Não há nada mais belo. E, como dizia Engenheiros, ela é bendita porque não tem cumplicidade com o passado.

Bendita pois a mocidade! Se pudessemos, a ela retornar para servir ao país com devoção, com isenção, a ela deveríamos voltar para levar o Brasil aos seus gloriosos destinos.

Mas, Sr. Presidente, somos favoráveis à votação secreta. E na votação secreta não existe nada em desabono daqueles que votam. O voto secreto foi uma reivindicação que nasceu no Rio Grande do Sul, com Assis Brasil, e que a Revolução de 30 consagrou.

V. Ex.^a (*Dirigindo-se ao Senador Aarão Steinbruch*) pode dar o aparte que quiser, V. Ex.^a pode falar alto, não precisa monologar!

O Sr. Aarão Steinbruch — Vossa Excelência não foi atingido. V. Ex.^a está indignado não sei por quê. Não quis atingi-lo. V. Ex.^a não vai me dizer que não posso conversar com um colega. V. Ex.^a não pode se arrogar este direito, *data venia*. Não estou monologando. Como não se pode

apartear no encaminhamento de votação, eu comentava que a votação secreta se faz por causa de uma coação que se poderia exercer. Em virtude da coação é que se estabelece a votação secreta. Este foi o fundamento vital, central, da instauração do voto secreto no Brasil.

O SR. DANIEL KRIEGER — E se o foi, existe em lei. Não existe nada contra o voto secreto. Quem introduziu no Senado a votação secreta, fui eu, quando se tratasse de Projeto de aumento de vencimentos do funcionalismo.

O Sr. Aarão Steinbruch — Para evitar a coação.

O SR. DANIEL KRIEGER — No entanto a Câmara dos Deputados achou a medida excelente e a instituiu ampliando. Por que haveríamos de negá-la numa hora destas?

Cada um deve ter a consciência de votar de público ou internamente, porque o juiz do homem de bem é a consciência.

Não ando atrás do apoio das massas com medidas demagógicas. Sirvo a meu País e à minha consciência.

O Sr. Aarão Steinbruch — Também nós nobre Senador.

O SR. DANIEL KRIEGER — No entendimento de V. Ex.^a. O entendimento meu, aqui, eu o tenho e o cumprio, porque jamais serei surpreendido, nesta Casa, em nenhuma de minhas atividades políticas, com qualquer medida demagógica.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, quero declarar que sou favorável ao voto secreto nesta discussão. E sabe o Senado da República que a minha posição já foi tomada contra o projeto, porque o acho inexequível. Se apresentei as emendas que logicamente receberam o parecer favorável do eminente Senador Filinto Müller, uma das mais altas expressões desta Casa, se as apresentei é porque elas são consentâneas ao projeto. Não que entendamos que o Senado tenha a possibilidade de congelar qualquer coisa, nesta hora em que a inflação destramelada avança como um maremoto no País. Votamos — e eu apresentei emenda, e o Senador Filinto Müller deu parecer favorável — para demonstrar que, se tivéssemos o poder de congelar os preços, a situação do País seria resolvida com muita simplicidade. Infelizmente, as leis jurídicas não podem revogar as leis econômicas.

Não acho que exista nenhuma diminuição do Senado da República aprovando votação secreta: Em primeiro lugar porque ela atende aos preceitos do Regimento; e, em segundo lugar, porque ela não modificará a decisão do Senado — e faço Justiça ao Senado da República — pois os homens que aqui estão votarão unicamente — secretamente ou não — de acordo com a sua consciência. (*Muito bem!*)

O SR. FILINTO MÜLLER:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senador Filinto Müller, para encaminhar a votação.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(*Para encaminhar a votação. Não foi revisado pelo orador*) — Senhor Presidente, em poucas palavras, somente para relembrar, aqui, ao plenário, uma tradição do Senado. Não vou entrar no mérito da conveniência ou inconveniência da votação secreta. Como acaba de dizer o nobre Senador Daniel Krieger, os Senhores Senadores votarão de qualquer maneira de acordo com a sua consciência secretamente ou não. Peço a atenção do Plenário para este aspecto. Que me recorda, nunca se negou uma votação secreta quando solicitada por um ou dois Senadores,

nos termos do Regimento. É uma tradição do Senado atender a essas solicitações, como também atender a pedidos de informação, quando um projeto vem a debate e julga um Senador, necessária uma diligência. Vou fazer de acordo com a minha consciência, secretamente ou não.

O Sr. Aarão Steinbruch — Combatemos o requerimento, porque já votamos a matéria a descoberto.

O SR. FILINTO MÜLLER — Respeito o ponto de vista do nobre Senador Aarão Steinbruch, mas estou pronto para votar o projeto de qualquer forma. Quero — repito — recordar à Casa que nunca se negou a medida quando solicitada nos termos do Regimento. (Muito bem.)

O Sr. Antônio Jucá — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Antônio Jucá.

O SR. ANTÔNIO JUCÁ:

Sr. Presidente, pedi a palavra para concitar os nobres pares desta Casa do Congresso Nacional a imitarem o gesto altaneiro, nobre e másculo dos Senadores Daniel Krieger e Filinto Müller; que, conscientes, publicamente, abertamente, denunciaram seus votos. Quero que todos, de maneira aberta, de maneira pública, proclamem também o seu voto. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Em consequência, a votação será feita pelo sistema eletrônico.

Em votação o Projeto, sem prejuízo das emendas.

O SR. JOSÉ ERMÍNIO:

(Para encaminhar a votação — Lê o seguinte discurso) — O Economista de 8 de junho último faz uma referência ao custo de medicamentos na Inglaterra. Mostra uma tabela reclamando dos fabricantes o alto custo dos remédios.

O mesmo jornal de Londres traz no seu número de 13 deste mês uma resposta que dá uma norma de comparação em relação aos custos dos medicamentos.

Na Inglaterra as despesas com medicamentos têm sido muito estáveis e abaixo de 10% do custo total do serviço de saúde nos últimos dez anos (década).

A sua participação no sistema Italiano que exporta para o Serviço Nacional de Saúde do Império Britânico, o que quer dizer que vende mais barato, os dados fornecidos pelo Senador Nogueira da Gama, são bem claros, razão pela qual voto pelo congelamento dos produtos farmacêuticos.

total dos recursos nacionais aumentou apenas uma pequena fração durante o mesmo período. Diz a mesma informação que a atitude dos fabricantes com relação à saúde do povo, e ao custo dos medicamentos tem sido simplesmente computar as despesas sem nenhum interesse econômico, trazendo para a população um sistema humanitário bem real, cujos benefícios são sempre atualizados pelo uso de drogas modernas.

Podemos dizer o mesmo no Brasil? Acho que não. E se comparar — seria pela votação a descoberto, porque nenhum de nós tem o direito de votar oculto quando se trata de interesses do povo.

Soube que nesta Casa é comum votar-se a descoberto, uma vez que não traga ônus para o Governo: E esse projeto não traz.

Com relação à emenda do eminente Senador Daniel Krieger, quero infor-

mar o seguinte: Nós não pedimos favores ao Governo. S. Ex.^a incluiu cimento, ferro, aço, alumínio.

Com referência ao cimento, já disse aqui anteriormente que ele apenas representa entre 2 a 4% numa casa operária, e num prédio cerca de 10%. Ferro e aço, a grande maioria é empresa estatal.

Quanto ao transporte, se congelarmos os transportes o Brasil não agüentaria com o seu orçamento por mais um ano. É necessário que se faça justiça: o transporte ferroviário está concorrendo com os caminhões. Realmente, ele deve concorrer, mas não na proporção em que está acontecendo em alguns setores do transporte.

Querida, também, informar ao ilustre Senador do Rio Grande do Sul que nunca temi concorrência. Lutei a vida inteira contra os trustes, uma luta titânica e desigual, mormente — quando tiveram a vantagem imensa de arranjar uma Instrução 113 para dar favores exagerados às suas proposições e às suas organizações, enquanto o brasileiro nada teve, e não pôde, pelo menos, lograr uma igualdade de condições.

Querida, terminando, dizer o seguinte: nenhum país sai de uma inflação sem medidas sérias, e as primeiras que devem ser tomadas são as que afetam diretamente o povo. Entre essas estão os medicamentos que dizem respeito à saúde. Sigamos o exemplo da Inglaterra e da Itália, para que assim o País possa respirar um pouco, e que não se dê vantagens exageradas a quem quer que seja, nacionais ou estrangeiros. (Muito bem!)

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, citado nominalmente — em verdade não nominalmente mas indicado pelo Estado do Rio Grande do Sul, pelo Senador José Ermírio, sinto-me no dever de vir à tribuna. Não disse que ele tivesse recebido favores. Aliás, não é do meu feitio acusar individualmente os homens. Não sei por que S. Ex.^a sentiu mal-estar com as minhas emendas.

O cimento está, também, nos elementos de barateamento do preço do custo de vida, porque se alimentação e se remédio são indispensáveis ao homem, a casa, a moradia também o é.

Estranhável é, Sr. Presidente, que se venha defender no Senado da República interesses que não aqueles que condizem com o interesse público, aqueles que consultam a realidade brasileira. Não tenho — e talvez neste não exista felicidade para mim — nenhuma ligação com nenhuma empresa, com nenhum truste, por que sou contrário aos trustes internacionais, mas também opo contra o poder econômico nacional que pretende asfixiar a economia do Brasil. Fique sabendo, já que o invocou o nobre Senador José Ermírio, que nenhuma ligação tenho a aprender de S. Ex.^a porque o amor ao meu País aprendi no berço e porque ao meu País sirvo com lealdade e, se apresentei essa emenda, era para caracterizar que o Projeto não era exequível porque, como acentuei por diversas vezes, se fosse exequível fácil seria a solução das agruras que angustiam o Brasil porque por uma lei do Congresso revalorizávamos todas as leis econômicas e instituíamos um regime pleno de felicidade. Feliz seríamos nós se pudéssemos com uma lei do Congresso estabelecer a inflação, deter o aumento de

preços, transformar este País naquele ideal do filósofo belga que dizia:

"Faz-se toda sorte de escolas, por quê não se faz a escola da felicidade?"

Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma lei do Congresso Nacional tivesse esse poder, fariamos, no Brasil, a escola da felicidade. Por isso pedi a palavra para encaminhar a votação. Se forem suscetíveis de congelamento os produtos farmacêuticos — e não tenho nada com essa classe, porque sou um homem que desafia contestação, não tenho — ia com nenhuma classe, não tenho nenhuma vinculação com nenhum grupo, não sou um homem que me subordine a interesse particular, porque sou um homem que só vive e age de acordo com os interesses do meu País.

Se pudesse, Sr. Presidente, Senhores Senadores, resolver os problemas do País com uma lei do Congresso, então feliz seria este País — nós começariamos eliminando as nuvens divididas no estrangeiro; começariamos tendo um saldo na nossa balança externa; nós começariamos estabelecendo os preços baixos e teríamos resolvido a situação angustiosa em que se debate o Brasil.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, essas soluções simplistas, afastadas da realidade, essas realizações que pairam no ar sem um assento na terra, não podem resolver as condições do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, o representante do Rio Grande do Sul foi contra com muito orgulho seu e com muito desassombro, contra o congelamento dos produtos farmacêuticos tão absurdo. Sr. Presidente, porque não se fixa salários, que não se fixa o preço dos elementos que compõem esses medicamentos, só se fixa, há um ano atrás o preço desses remédios como se fosse possível comprimir esses fatores de "dem econômica".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, toda vez que provocado ocorrerrei à tribuna porque sou daqueles homens que não têm ligações com grupos, que não têm fortuna, embora a fortuna feita com dignidade não seja qualquer apoio contra o indivíduo, sou um homem pobre que aqui no Senado não tem outra aspiração senão ser digno do Rio Grande do Sul e fiel a soberania do País. (Muito bem.)

O SR. ANTÔNIO JUCÁ:

Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Jucá.

O SR. ANTÔNIO JUCÁ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, no primeiro dia que este Projeto foi apresentado nesta Casa do Congresso cheguei a fazer certas restrições ao mesmo, como é de conhecimento dos meus nobres pares.

Atualmente, depois que ele recebeu os atavios das emendas, depois que foi racionalizado, depois que foi limitado, mudou completamente em sua configuração. E, hoje em dia, sou inteiramente a favor deste projeto, naturalmente adicionado com algumas das emendas que merecem igualmente a nossa aprovação.

A verdade é que o nobre Senador que me precedeu, na história da humanidade representa apenas um relâmpago. O livre cambismo, *laissez faire, laissez passer* na história da humanidade, durou apenas cento e cinquenta anos, desde a Rainha Vitória e ainda subsiste na mente de alguns filósofos que pararam no tempo e no espaço. Hoje em dia, estamos no tempo em que os contratos foram superados; estamos no tempo dos contactos, estamos no estado intervencionista, estamos no tempo da economia dirigida nos moldes ocidentais. A inflação é um caos, estamos em estado de guerra. E o que vimos nos países

padrões do civilização ocidental, Inglaterra e na América do Norte durante a última guerra, justamente no dirigismo estatal, vimos o congelamento de preços, o racionamento e o tabelamento.

É neste sentido que quero pedir atenção dos nobres Srs. Senadores. Precisamos vencer uma batalha. Estamos em guerra. E não será por certo com o *laissez-faire*, o livre cambismo que não mais subsiste, em nenhum canto do Universo, mas que os países imperialistas procuram fixar nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, muito embora deles não mais se utilizem. Precisamos lutar, nesta Casa para nos livrarmos da inflação. E nenhum Projeto em tramitação no Senado é digno de maior atenção do que este em votação.

Dá-me, aqui ao lado, o Senador José Ermírio, uma frase célebre de Washington:

(Lendo) "Deveis ter sempre em vista que é loucura esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe com o favor terá de pagar mais tarde com uma parcela de sua própria independência."

Quero concitar os nobres Senadores a uma imitação aos países ocidentais, uma imitação ao que fez a Norteamérica, ao que fez a Inglaterra, procurando, através do regime estatal, através da intervenção do Estado, refrear a ganância da especulação dos industriais, de cartéis internacionais, porque, neste particular na indústria farmacêutica, quero mais uma vez chamar a atenção da Casa para o fato, que existe um verdadeiro cartel internacional. Não é o Abbot, o Johnson, o Lilly, o Parke Davis que se instalaram no Brasil, nas distribuidoras, na colônia, para aqui fazerem exploração. Um desses laboratórios encarregado de fazer antibióticos, outro faz esteptomicina, outro faz penicilina, outro, homônios, um quintal laboratório, vitaminas e distribuem entre si, para cada laboratório no Brasil. São filiais do Cartel e estão dominando todas as filiais. Contra este estado de coisas é que nós devemos rebelar, é contra esse estado de coisas que esta Casa do Congresso precisa legislar em benefício do povo brasileiro. (Muito bem.)

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, as emendas apresentadas pelo nobre Senador Manoel Villaca ao projeto ora em votação são de mais alta relevância, dando-lhe como que alma, espírito, substância vida.

Temos no Brasil organismos que foram criados para o controle dos preços, mas não temos tido a devida inteligência, harmonizada com aquela coragem que faz com que os homens resolvam os problemas econômicos nacionais visando a soberania do seu país, para atacarmos o mal pela raiz. Foi o que visou com as suas emendas o Senador Manoel Villaca.

Através de uma delas, deseja extirpar, como já o fez a Itália, catolicismo, e o Japão, o instituto das patentes que nos prendem, que nos aniquilam, que devoram as entranhas e o organismo da indústria nacional de fabricação de remédios.

Não temos indústria própria químico-farmacêutica. Segundo lemos 95% da matéria-prima consumida pelos laboratórios brasileiros, e aqueles rotulados de brasileiros mas que em essência estrangeiros todos eles, numa percentagem de mais de 80%, 95% da matéria-prima é importada.

Num dado momento, esses laboratórios estrangeiros, colaborando com a indústria químico-farmacêutica dos seus países, dos seus países de origem quanto ao capital, poderiam anular completamente poderiam prender completamente, poderiam liquidar totalmente a Medicina brasileira. Não que tange ao medicamento, para a salvação de vidas, no caso de uma contagem internacional, estaríamos liquidados no campo da farmacologia.

Nesta etapa da vida econômica brasileira, não podemos deixar de lutar, intransigentemente, pelo fortalecimento da economia nacional, genuína e verdadeiramente nacional, e também não estou ligado a grupos, nunca estive, nem nacionais nem internacionais. Sou muito independente, mas entre os grupos internacionais que aniquilam a economia das nações frágeis e os grupos que manipulam os capitais nacionais, não há outra opção, sem que tal signifique estar ligado ou subordinado a esses grupos. Não há relação de subordinação.

Temos capitalistas, no Brasil, porque o sistema é capitalista. Também temos operários. Também temos agricultores, que não são capitalistas. Temos homens pobres honestíssimos; e, dentro do sistema, homens ricos que também são honestos. E temos homens ricos desonestíssimos, e pobres também muito desonestos. É o sistema que cria tudo isto.

Proclamo-me nacionalista, brasileiro. Coloco a minha Bandeira, e de nossa Pátria, acima de todas as outras. Representa o nosso modo de viver, o nosso pensamento, a unidade nacional, a cultura incipiente, mas nossa, própria. Representa um povo que luta para vencer as barreiras do subdesenvolvimento, um povo estrangeirando de fora e com o apoio, muitas vezes, de maus brasileiros.

Ora, Sr. Presidente, esta primeira emenda visa a proteção da indústria nacional, a dar vida aos laboratórios nacionais e abre perspectivas para a fusão dos laboratórios nacionais, num grande laboratório central do Brasil. De acordo com o que viesse a estabelecer a legislação específica, dar-nos-ia independência nacional para a criação de uma indústria química, que fornecesse aos nossos laboratórios o necessário a fim de que manipulassem os medicamentos.

E de tal modo, que os fornecendo ao Brasil, evitassem assim, a drenagem dos nossos capitais para o Exterior.

Esta Emenda casa, perfeitamente, com aquela de nº 21, que denuncia o acordo internacional de Paris, de março de 1883, no capítulo referente à indústria farmacêutica, ao qual o Brasil aderiu, em 6 de setembro de 1929.

Em 1883, houve uma reunião internacional, e foi reconhecido o direito das patentes. Daí realmente, os royalties, a subordinação. E não se diga que a Itália, que denunciou este acordo, está na linha comunista — a catolicíssima Itália, liderada pelo Partido Democrata Cristão, que recebeu ali, o apoio incondicional da Igreja — que não se diga que a Itália, que fez sua reforma agrária, há pouco tempo, está na linha extremista; fez-a para o desenvolvimento de um mercado interno poderoso, de absorção dos produtos industriais ali fabricados. E a Itália rompeu a barreira do subdesenvolvimento.

Há outra emenda, sobre o *royalty* e o *know-how*, que diz o seguinte:

O *royalty* e o *know-how* não podem ser lançados sobre o preço de custo ou de venda dos produtos farmacêuticos para uso humano ou animal.

§ 1º O seu pagamento, quando de filial de laboratório estrangeiro a sua matriz, será feito com o lucro remetido para o exterior de acordo com a legislação em vigor.

Somos daquela corrente favorável ao capital estrangeiro, mas contra o capitalista estrangeiro, explorando o capital nacional, dentro do próprio País. É diferente: capital de empréstimo para o desenvolvimento da nossa economia. Que venham os capitais, para criarmos nossas indústrias e que os capitalistas fiquem lá, recebendo os juros e as amortizações do capital a nós fornecidos.

Isto, sim, é boa vizinhança, isto é boa política de ótima vizinhança.

E aqueles capitalistas estrangeiros, que quiserem instalar suas fábricas no Brasil, transfiram-se para o nosso País, passem a viver aqui, empreguem seu capital nesta terra, correndo os riscos que temos corrido, que venham com suas famílias para aqui ou constituam família aqui.

O Sr. José Ermírio — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Se for permitido, terei o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — A Mesa adverte ao nobre Senador José Ermírio que não são permitidos apartes quando do encaminhamento de votação.

Pondera, também, ao nobre Senador Aurélio Viana que o tempo de S. Ex.^a está esgotado.

O SR. AURELIO VIANA — Vou concluir, Sr. Presidente. Mas, devo dizer que fiz os meus cálculos, anotando o tempo de cada qual, para cobrar o mesmo direito, porque, nesta Casa, ninguém é superior a ninguém, Senador de qualquer partido ou de qualquer Estado é superior a Senador de outro partido ou de outro Estado. Todos são iguais perante a lei; têm o mesmo direito. Se um falou por vinte minutos, encaminhando a votação, outros podem cobrar o mesmo direito, seja líder ou não seja líder, a não ser nos casos especialíssimos que o Regimento determina.

Termino, Sr. Presidente, porque queria deixar claro, para grande satisfação minha, que o Senado da República pode votar contra ou a favor do projeto, mas vive, discute, vibra. (Palmas).

É isso que está acontecendo na República Brasileira, no Senado da República. O novo vem ao Senado; ouve os Senadores. Não há assunto, por mais grave, por mais sério, por mais atual que o Senado não discuta; e não é através de uma voz, mas através de diversas vozes, de muitas vozes.

Por isto, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Senado: se aprovar o projeto de autoria do nobre Senador Nogueira da Gama, que não deixa de aprovar essas emendas do nobre Senador Manoel Villaca, porque o projeto, sem essas emendas, como o próprio autor da proposição reconhece, será uma obra incompleta; teria que ser pasto das mais diversas explorações. Há um complemento essencial nas emendas desse Senador, que nos honra com a sua cultura, com sua inteligência, com sua brasilidade, com seu espírito de são nacionalismo.

O Sr. Manoel Villaca — Obrigado a V. Ex.^a

O SR. AURELIO VIANA — Foi por isso, Sr. Presidente, que tomei a palavra, porque não vejo solução senão esta, de caminharmos com nossos próprios pés, usando a nossa inteligência, para a libertação total completa, absoluta, do nosso País, no

campo político, no campo econômico. (Muito bem).

O SR. DOMÍCIO GONDIN

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. DOMÍCIO GONDIN

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres Senadores, aqui venho para prestar um esclarecimento com referência ao que muito se discutiu do cancelamento da Convenção de Paris, por parte da Itália e do Japão.

Acontece que há pequeno equívoco neste assunto. Esses países modificaram sua lei básica referente às patentes que cobrem os medicamentos. Porém, o Brasil há muito que já tem essa lei.

(Lê):

"Não são privilegiáveis:

3.º as invenções que tiverem por objeto matérias ou substâncias obtidas por meio ou processos químicos";

De sorte que a lei brasileira já prevê isso: já protege a indústria nacional com referência a esse assunto. A Itália e o Japão apenas a modificaram, há alguns anos, sendo, porém, signatários da Convenção bem como o são seis países socialistas.

São estes os esclarecimentos que desejava dar ao nobre Senador Aurélio Viana e à Casa, porquanto a emenda oferecida nada tem de novo e as disposições relativas às invenções não privilegiáveis são claras com referência ao assunto.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. AARAO STEINBRUCH:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. AARAO STEINBRUCH:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito embora o Plenário tenha decidido, na sua soberania, que a votação da proposição fosse em caráter secreto, declino meu voto favorável ao Projeto e às emendas do nobre Senador Daniel Krieger, não me importando que certos Senadores vejam nessa declaração propósito demagógico porque se convencionou infelizmente, em certos setores nacionais, considerar como demagógicas todas as proposições que visem melhorar as condições do povo.

Parece que não perdoam o fato de termos apresentado a consideração da Casa projeto que se converteu na chamada Lei do 13º mês de salário aprovado pela unanimidade da Câmara dos Deputados e pela Maioria dos Srs. Senadores e inspirado, quando da sua redação, por legislação idêntica, americana e europeia, e pela prática estabelecida no Brasil por grande maioria de estabelecimentos comerciais e industriais.

Vim aqui votado — e o mais votado pelo Estado do Rio — pelo voto consciente do povo fluminense, especialmente da classe trabalhadora. Pertence a nenhum Partido que tem só um representante nesta Casa — o Movimento Trabalhista Renovador — que desentendi do Governo quando o Sr. João Goulart ascendeu à Presidência da República, sem precisar sem querer favores de S. Ex.^a Não recebi auxílio do IBAD de ninguém para vir aqui, como também não recebi auxílio de qualquer instituição governamental — Petrobrás ou

Institutos — nenhum favor oficial me trouxe até aqui, como não recebi curso de dinheiro estrangeiro à própria pregação que fazia.

Coerente sempre com a minha posição, continuarei consciente na tomada de posição em proposições que entenda serem do interesse social populacional. Não serão atribuições deferidas por outras pessoas ilustres. Pares desta Casa, que me desviarem desse objetivo.

Também não sou funcionário público. Há doze anos Deputado Federal e agora eleito para o Senador da República, nunca, nunca em minha vida, fui advogado de qualquer empresa neste País, nem também consegui nem pleiteei emprego público.

Eram estas as considerações que queria fazer, no encaminhamento da votação do Projeto, para dizer que sou favorável ao mesmo e às emendas apresentadas pelo nobre Senador Manoel Villaca. (Muito Bem).

O SR. BENEDICTO VALLADARES:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Benedito Valladares.

O SR. SENADOR BENEDICTO VALLADARES PRONUNÇA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. MANOEL VILACA:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Manoel Villaca.

O SR. MANOEL VILACA:

(Para encaminhar a votação Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, felizmente o assunto despertou do Senado, a atenção que merecia.

Reservo-me para, aprovado o projeto, encaminhar as emendas que mereceram dos Srs. Senadores as melhores referências, ao que fico muito grato.

Darei apenas um esclarecimento a respeito da questão da denúncia do acordo do Convênio de Paris. O fato é que em todos os subsídios que consultei para elaborar as emendas, que têm merecido do Plenário apoio que me honra, a sempre referência a esse Acordo de Paris de 1883. A Comissão de Inquérito Parlamentar, estabelecida na Câmara dos Deputados, convocou doze das maiores autoridades da indústria farmacêutica — Generais do Exército, Almirantes, professores catedráticos — e todas essas autoridades, nos seus depoimentos, manifestaram-se pela necessidade da denúncia desse Acordo.

A Comissão de Inquérito Parlamentar conclui no Item VII em sugestões quando se refere ao processo crescente da nacionalização:

"Item b — Denúncia do acordo Internacional da Paris, de 20 de março de 1883, para proteção da propriedade industrial, a que o Brasil aderiu em 6 de setembro de 1929, acabando com as patentes e permitindo a utilização de conquistas científicas que devem estar a serviço do homem e sua saúde, tal qual ocorre na Itália e no Japão;

i) Como consequência da enunciação no item anterior, é de se rever o Código Brasileiro de Propriedade Industrial."

No inquérito realizado por determinação do então Presidente da República, uma das personalidades con-

locadas foi o Dr. Rodrigues Alves, que confirma, em parte, a questão do respeito às nossas patentes. Diz ele:

"A legislação brasileira já não permite a concessão de patentes para o produto farmacêutico; trata-se, portanto, de completar o designio do legislador, que, com aquela proibição, desejava impedir monopólios neste ramo industrial. Ora, permitir a patente para o processo ou técnica de obtenção do produto, é conceder, automaticamente, o privilégio para o referido produto. O fim que tinha em vista o legislador foi burlado, ao se permitir a concessão de patentes para os processos e técnicas, pelo dispositivo da letra a do Parágrafo único do art. 8º do Código de Propriedade Industrial, Decreto-lei nº 7.903, de 2 de agosto de 1945, ainda em vigor".

"E o Dr. Rodrigues Alves, do Sindicato da Indústria Farmacêutica de São Paulo, assim se refere ao assunto:

A patente não pode servir à instituição ou à defesa de monopólios. É medida anti-social que não tem lugar no mundo de hoje".

Estes os esclarecimentos que queria dar a respeito do assunto. (Muito bem).

O SR. ARTUR VIRGÍLIO:

Sr. Presidente, peço a palavra para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Artur Virgílio.

O SR. ARTUR VIRGÍLIO:

(Para declaração de voto. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, preferirei apenas breves palavras, embora fosse meu desejo tecer considerações nesta outra fase do debate em torno do projeto apresentado pelo eminente Senador Camilo Nogueira da Gama. Entretanto, fatores super-venientes relacionados, inclusive, com o meu estado de saúde me impedem de fazê-lo. Venho à tribuna apenas para reafirmar o meu voto favorável à Proposição e mais ainda, para convidar os membros de minha bancada a que votem favoravelmente ao projeto ora em debate. (Muito bem).

O SR. LOPES DA COSTA:

Sr. Presidente, peço a palavra para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

(Para declaração de voto. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, como relator da Comissão de Finanças quero dar uma explicação ao plenário. Como bem esclareci no início da minha exposição, frizei que eu paulava minhas considerações nas informações contidas no parecer da Assessoria Técnica. E para que fique constando novamente dos Anais, vou ler aqui as notas taquigráficas que mandei vir da Diretoria de Taquigrafia, para que fique bem claro minha posição:

"Embora os avisos me tenham chegado às mãos há poucos momentos, eu estava continuando a estudá-los, quando V. Ex.^a me pediu para dar parecer sobre as emendas.

Infelizmente, Sr. Presidente, as Comissões técnicas não puderam se reunir para deliberar sobre este assunto, para mim de bastante importância e de grande significação, para que os Senadores, nas reuniões, ficassem mais a par do conteúdo das emendas e as estudassem, a fim de que pudessem dar um parecer de acordo com o

que o assunto de cada uma delas exige.

Assim, Sr. Presidente, Senhores Senadores, vou basear-me, e o faço com toda sinceridade, no parecer da Assessoria técnica do Senado, da Comissão de Finanças, sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 18, de 63."

Está bem claro, Sr. Presidente. Errar é humano, mas persistir no erro não tem sentido. Continuando a estudar as emendas, após a leitura do parecer da Assessoria Técnica, cheguei à conclusão de que muitas delas estavam em desacordo com o meu pensamento. Nestas condições, declaro que, embora tenha sido o Relator da Comissão de Finanças, aproveitando diversas emendas, tomo a liberdade — se me é permitido pela Mesa — de considerá-las rejeitadas pedindo tome a Presidência, em consideração, este meu pronunciamento. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Vai se proceder a votação do projeto sem prejuízo das emendas.

A redação do projeto que vai ser submetida é a do vencido, e nela estão incluídas as emendas aprovadas na sessão anterior. Devo esclarecer, também, que os Srs. Senadores que aprovam o projeto devem votar sim, e os que não o aprovam devem votar não. A votação é secreta, pelo processo eletrônico.

Em votação. (Pausa).

(Procede-se à votação).

Vai ser feita a apuração. (Pausa). Votaram sim deztoito Srs. Senadores, e não dezoito Srs. Senadores. Houve duas abstenções.

O projeto foi rejeitado. Estão, portanto, prejudicadas as emendas. O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 1963

Dispõe sobre o congelamento dos preços dos produtos farmacêuticos, proíbe o fabrico e distribuição de "amostras-gratis", e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Pelo prazo de um ano, a partir da publicação desta lei, nenhum laboratório, farmácia ou drogaria poderá cobrar, por quaisquer produtos farmacêuticos, preços superiores aos vigentes em 31 de dezembro de 1962.

Art. 2º. É vedado aos laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos conceder às farmácias e drogarias, quaisquer bonificações sobre o preço de venda desses produtos.

Art. 3º. Fica proibido o fabrico e a distribuição, aos consultórios médicos, hospitais ou outros estabelecimentos de assistência médico-social de "amostras-gratis" de produtos farmacêuticos.

Parágrafo único. A propaganda dos produtos a que se refere este dispositivo será feita exclusivamente através de circulares ou impressos explicativos.

Art. 4º. Os laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos devem usar, para os mesmos, embalagens convenientes e de custo módico.

Parágrafo único. Nenhuma licença será concedida para a distribuição e venda desses produtos, sem concomitante aprovação pelo órgão licenciador, dos tipos de embalagem que devem ser usados em cada caso.

Art. 5º. A infração do disposto neste lei constitui crime contra a economia popular e sujeita o infrator a multa de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), obedecendo-se, no mais, ao disposto na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1961.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 1

Substitua-se, no artigo 1º, as expressões: "em 31 de dezembro de 1962", por: "em 30 de junho de 1963".

EMENDA Nº 2

No artigo 1º — onde se lê: "um ano" Leia-se: "três anos".

EMENDA Nº 3

Acrescente-se o seguinte artigo: Art. ... Toda vez que medidas governamentais, direta ou indiretamente, provocarem a elevação ou diminuição dos custos dos materiais e serviços que entrem na composição dos preços dos produtos, congelados por esta lei, a C.A.D.E. autorizar, se provocada por interesse, o reajustamento que for solicitado.

EMENDA Nº 4

Acrescente-se o seguinte artigo: Art. ... A C.A.D.E. fará divulgar amplamente em todo o território do País, pela imprensa, rádio e televisão e através da impressos a serem afixados em estabelecimentos comerciais, tabela de preços dos produtos congelados pela presente lei.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se mais o seguinte artigo com o respectivo parágrafo:

Art. São igualmente congelados nos termos do artigo 1º desta lei os preços do ferro gusa, a folha de flandres, cimento, alumínio e vidro plano.

Parágrafo único. O congelamento a que se refere este artigo aplica-se aos produtos primários e a todos os produtos secundários derivados ou artefatos, cuja matéria prima fundamental seja um dos materiais enunciados.

EMENDA Nº 6

Inclua-se, onde couber:

Art. Os tecidos e roupas feitas terão os seus preços congelados na forma do artigo 1º e com as penalidades do art. 5º desta lei.

EMENDA Nº 7

Inclua-se, onde couber, o seguinte:

"Art. Os laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos só poderão deduzir, para fins de imposto de renda quinze por cento (15%) das suas despesas de propaganda, inclusive as referentes à distribuição das "amostras grátis".

EMENDA Nº 8

Inclua-se, onde couber:

Art. As disposições dos artigos 1º e 5º são igualmente aplicadas a móveis e utensílios domésticos, inclusive artefatos de metal e aparelhos eletrônicos.

EMENDA Nº 9

Inclua-se, onde couber:

Art. As disposições dos artigos 1º e 5º são igualmente aplicadas a todos os produtos e subprodutos das aciarias nacionais.

EMENDA Nº 10

Inclua-se, onde couber:

Art. Pelo mesmo prazo, e com as cominações penais desta lei, nenhum frete ou outras modalidades de despesa de transporte poderão sofrer qualquer majoração no seu custo.

EMENDA Nº 11

Inclua-se, onde couber:

Art. Aos gêneros de primeira necessidade estendem-se as disposições dos arts. 1º e 5º desta lei.

EMENDA Nº 11

Inclua-se, onde couber:

Art. As disposições dos artigos 1º e 5º são também aplicadas aos bens de consumo confeccionados em couro e materiais plásticos.

EMENDA Nº 13

Ao artigo 1º:

Onde se lê: "31 de dezembro de 1962".

Leia-se: "31 de julho de 1963".

EMENDA Nº 14

Inclua-se onde couber: Art. ... — O Poder Executivo no prazo de 90 dias a partir da sanção desta lei, enviará ao Congresso Nacional anteprojeto de lei dispondo sobre a fusão de todos os laboratórios oficiais, pertencentes aos Ministérios Cíveis e Militares, às Universidades e às Autarquias de modo a constituir o laboratório central do Brasil, que será empresa de capital misto.

§ 1º. Os laboratórios farmacêuticos, de capital privado e nacional, que o desejarem, poderão fundir-se ao laboratório central do Brasil, de acordo com o que vier a estabelecer a legislação específica.

§ 2º. O L.C.B. fabricará os medicamentos químicos ou biológicos de uso mais comum na medicina humana ou veterinária e os venderá aos organismos oficiais ou privados em caráter competitivo.

EMENDA Nº 15

Inclua-se onde couber: Art. ... — O Ministério da Fazenda, no prazo de sessenta dias baixará instruções uniformizando a contabilidade dos laboratórios, de modo a facilitar a execução desta lei e a fiscalização do preço de custo.

EMENDA Nº 16

Inclua-se onde couber: Art. ... — As despesas de qualquer espécie com a propaganda chamada científica não serão deduzíveis do imposto de renda.

EMENDA Nº 17

Inclua-se onde couber: Art. ... — A matéria-prima destinada à fabricação de produtos farmacêuticos será importada pelo Governo da União, que a revenderá aos laboratórios oficiais ou particulares em igualdade de condições.

EMENDA Nº 18

Inclua-se onde couber: Art. ... — O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias desta lei, enviará ao Congresso Nacional anteprojeto de lei reestruturando o Serviço Nacional de Medicina e Farmácia e de Odontologia, conferindo-lhe feição dinâmica, em acordo com os Estados e Municípios.

EMENDA Nº 19

Inclua-se onde couber: Art. ... — O Congresso Nacional, no prazo de quinze dias, a contar desta lei instituirá uma Comissão Parlamentar de Inquérito (Mista) que, no prazo de setenta e cinco dias, apresentará relatório conclusivo sobre outras medidas consideradas necessárias ao melhoramento dos produtos farmacêuticos e à proteção da indústria genuinamente nacional.

EMENDA Nº 20

Inclua-se onde couber: Art. ... — O Ministério da Educação apresentará no prazo de noventa dias, um planejamento de âmbito nacional visando ao entrosamento das Faculdades de Medicina, de Farmácia, de Veterinária e de Agricultura com o Laboratório Central do Brasil, de modo a promover a formação, em prazo curto, de técnicos especializados nos vários setores da indústria farmacêutica.

EMENDA Nº 21

Inclua-se onde couber: Art. ... — Incia denunciado o acôrdo internacional de Paris de março de 1883, capítulo referente à indústria farmacêutica, ao qual o Brasil aderiu em 6 de setembro de 1929.

EMENDA Nº 22

Inclua-se onde couber: Art. ... — Os preços no varejo dos produtos farmacêuticos serão impressos nos rótulos, em cor vermelha, logo abaixo do nome do medicamento.

EMENDA Nº 23

Acrescente-se, antes do art. 5º ou de convier:

Art. ... É proibida a propaganda popular de produtos farmacêuticos para uso humano através de rádio, jornal ou televisão, excetuados desta proibição os produtos considerados pelo Ministério da Saúde como complemento alimentar.

Art. ... É proibida, em todo o território nacional, a venda de produtos farmacêuticos, para uso humano ou animal, em cuja composição figure qualquer droga de fabricação ou comercialização vedada nos países de origem ou que tenham sido comprovadamente reconhecidas pelos órgãos técnicos oficiais como nocivas ao homem e aos animais domésticos.

Art. ... É vedado o uso de nomes de fantasia para os produtos farmacêuticos considerados essenciais à medicina humana.

Parágrafo único. Competirá ao Ministério da Saúde elaborar a relação dos produtos considerados essenciais, bem como estabelecer as normas para sua denominação.

Art. ... Não serão licenciados, pelo prazo de cinco anos, os produtos farmacêuticos similares aos já existentes.

§ 1º. A similaridade, para os fins deste artigo, não se considera alterada por modificações que não influam nos efeitos terapêuticos dos produtos, a juízo do Ministério da Saúde.

§ 2º. Vencido o prazo deste artigo, somente serão lançados produtos similares que obtenham parecer favorável do Ministério da Saúde, ouvidas a Sociedade Nacional de Medicina e a Sociedade Brasileira de Higiene.

EMENDA Nº 24

Inclua-se onde couber: Art. ... — O royalty e o know-how não podem ser lançados sobre o preço de custo ou de venda dos produtos farmacêuticos para uso humano ou animal.

§ 1º. O seu pagamento, quando de filial de laboratório estrangeiro a sua matriz, será feito com o lucro remetido para o exterior de acôrdo com a legislação em vigor.

§ 2º. Os laboratórios nacionais que pagarem esses tributos enquanto não pagarem esses tributos, enquanto que for encontrada solução definitiva para a indústria farmacêutica, descontarão 30% dos compromissos à conta da royalties e de know-hows, que serão destinadas à incrementação da pesquisa.

§ 3º. As importâncias resultantes deste desconto serão depositadas no Banco do Brasil, em conta especial, que será movimentada pelo Ministério da Saúde, em atendimento ao parágrafo anterior.

§ 4º. Para os efeitos deste artigo, somente serão considerados laboratórios nacionais aqueles cujo capital estrangeiro não exceder 20%, em ações nominativas, não sendo consideradas para o que dispõe este artigo, e seus parágrafos, as ações do portador.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto será arquivado.

Passa-se à segunda matéria da Ordem do Dia.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1963 (nº 4.818-B, de 1962, na casa de origem), que prorroga o prazo de um exercício a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede crédito especial destinado a obras da Rodovia Belém-Brasília, tendo pareceres favoráveis (ns. 242 e 243, de 1963) das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

Em votação.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, confesso que não entendi bem no que há de substancial, o que li sobre o projeto em votação.

No parecer aprovado pela Comissão — creio que de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, temos que o crédito especial, no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00, a favor da SPVEA e destinados às obras da rodovia Belém-Brasília, até a presente data, não foi liberado. Então este o motivo que levou a Câmara dos Deputados, a aprovar esse Projeto. Mas, temos no parecer da Comissão de Finanças, que a proposição visa prorrogar, por um ano a vigência do crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinados às obras da rodovia Belém-Brasília, cujo saldo atual é inferior a Cr\$ 1.000.000.000,00.

Não conseguiu harmonizar os dois pensamentos. Se há um saldo de menos de Cr\$ 1.000.000.000,00, é por que mais de Cr\$ 4.900.000.000,00 já foram liberados. Então, não temos como escopo, como objetivo supremo, na aprovação do Projeto da Câmara dos Deputados, a liberação do crédito de cinco bilhões de cruzeiros, aberto nos idos de 1961, para continuação das obras da rodovia Brasília-Belém. Não li sobre como essa vultosa verba foi empregada. Que fez dela a SPVEA? Usando-a, se é que a usou, como foi empregada; e em que trechos dessa rodovia, que representa no presente o que representou no passado o Tietê e o São Francisco, rodovia de penetração nacional? Quais os trechos atacados pela SPVEA nesses quase dois anos?

Sr. Presidente, eu pergunto, e pergunto, inquirindo: afinal de contas, já foram liberados mais de quatro bilhões de cruzeiros do crédito especial de cinco bilhões de cruzeiros, ou não?

Não li os pareceres da Câmara, não sei se estudou a matéria em profundidade. Chegou o momento quando as duas Casas do Congresso Nacional, mais do que têm feito até hoje, precisam e devem estudar matérias que tais mais cuidadosamente, em mais profundidade, não confiando apenas no Tribunal de Contas da União, que vem confessando não estar apetrechado para fazer uma análise mais segura das contas do Executivo.

É um órgão auxiliar do Congresso, e não sei se o Senado vai ser do Poder Legislativo aquela porção a primeiro usar dessas atribuições constitucionais, de convocar o Tribunal de Contas para esclarecimentos, como órgão auxiliar que é do Legislativo.

Não sei o que poderiam dizer-me os membros das duas Comissões que analisaram o projeto. A SPVEA vem sendo criticada muitas vezes. Ouvi-mos, na outra Casa do Congresso Nacional, quando Deputado, as mais se-

veras críticas a esse órgão, que manipula, ou deveria manipular, dezenas de bilhões de cruzeiros anualmente.

As verbas seriam pulverizadas, fragmentadas em porções ilíquidas, sem o alto objetivo de recuperação econômica de uma vastíssima região que poderia abrigar, segundo Humboldt, cerca de 400 milhões de indivíduos e que não abriga hoje 10 milhões.

Termine, Sr. Presidente, V. Exa tem razão, estou passando do tempo.

Mas quero saber, desejo saber, tenho necessidade de saber, não abandonarei ainda essa curiosidade característica dos jovens, já sei que eu um homem de meia-idade. Sou um curioso natural. Assim como todos gostam de votar conscientemente, eu também. Afinal de contas, a SPVEA já recebeu mais de 4 bilhões de cruzeiros. Gastou-os onde? Quando, como, por quê, para quê? São mais de 4 bilhões de cruzeiros saídos do povo brasileiro, do suor, das lágrimas e dos sacrifícios da nossa gente. Se essa vultosa soma verba foi liberada, e não foi entregue à SPVEA por quê? Que recebeu o Maranhão? Que recebeu o Pará, o Amazonas, os Estados que compõem aquelas regiões? Quase não pergunto o que recebeu o Piauí, porque quase nada ele recebe.

O Sr. Leite Neto — É verdade.

O SR. AURELIO VIANA — Valem os Estados, no Brasil, pela força eleitoral que possuem — dizia-se. Mas, com representante da Guanabara, verdadeira síntese nacional que abriga gente de todo o Brasil, luto pela recuperação das regiões subdesenvolvidas deste País, mesmo porque o poder econômico, a felicidade econômica, a felicidade social da Guianabara é função direta do desenvolvimento das regiões que precisam abastecer os produtos industriais que ali se fabricam.

Sr. Presidente, estão feitas as perguntas, na esperança de que haja uma resposta satisfatória porque existe uma espécie de contradição que eu não harmonizo, entre dois relatórios, embora distintos, ambos saídos da lavra de Senadores cultos, capazes e um faz uma afirmativa que é contestada pelo outro e penso que é substancial, o que propomos.

O Senado, a nosso ver — não pergunto se já aprovou, se está aprovando — não deve aprovar proposições da outra Casa do Congresso, sem analisá-las em profundidade. A mesma coisa deve fazer a Câmara dos Deputados, quando se trata de projetos iniciados no Senado da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. LOBAO DA SILVEIRA:

Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lobão da Silveira.

O SR. LOBAO DA SILVEIRA:

(Para encaminhar a votação) — (Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, como Relator da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei ora em votação, sinto-me no dever de alguns esclarecimentos a respeito.

Não quero entrar no mérito da proposição de tão alta relevância para a região amazônica e para o Brasil, pois parece-me que até agora a Amazônia ainda faz parte do Brasil. Pode ser que não faça daqui por diante, mas até agora ainda faz, embora haja aquela profecia de Euclides da Cunha de que algum dia a Amazônia se separaria do resto do Brasil.

Não quero defender nem acusar a S.P.V.E.A. acho que ela teve as suas

horas boas e as suas horas más; teve os seus momentos felizes e os seus momentos infelizes.

Tem dito as suas venturas e as suas desgraças e a maior desgraça para a Amazônia e para a SPVEA e que as dotações votadas, constantes do Orçamento da União, resultantes de um artigo da Constituição Federal, não se cumprem. Anualmente, de todos os Governos recebemos apenas um otavo ou um décimo das verbas votadas.

Não é possível fazer-se um plano de economia numa região imensa como a Amazônia com verba tão pequena. Até hoje a União deve à Amazônia de quinze a vinte bilhões de cruzeiros não pagos.

O projeto em tela refere-se à prorrogação de prazo para a vigência de lei. Tem passado por este Senado diversos projetos nesse sentido. Foi votada uma lei no Congresso Nacional concedendo cinco bilhões de cruzeiros à SPVEA para emprego através da RODOBRAS, no sentido de recuperar a Belém-Brasília, lamentavelmente abandonada no Governo Jânio Quadros. Nada se fez na Belém-Brasília. Até as máquinas ficaram abandonadas e enferrujadas à margem da estrada.

Então, o Governo Federal, como sempre, pagou esse crédito em pequenas parcelas e a SPVEA ia entregando, através da RODOBRAS, essas parcelas, faltando apenas para receber pouco menos de um bilhão de cruzeiros, segundo consta dos pareceres que estão nos anexos do projeto vindo da Câmara dos Deputados, passados por quatro Comissões, a de Constituição e Justiça, a de Transportes e Comunicações, a de Finanças e de Economia. Todas essas Comissões foram ouvidas na outra Casa do Congresso e afirmaram que faltava, apenas, um crédito de um bilhão de cruzeiros para entregar.

O Sr. Leite Neto — Faltava apenas um bilhão? É o que o nobre Senador Aurélio Viana deseja saber.

O SR. LOBAO DA SILVEIRA — Faltava apenas um bilhão.

O Sr. Leite Neto — Na publicação dos autos não consta informação nenhuma a esse respeito.

O SR. LOBAO DA SILVEIRA — Consta do meu parecer na Comissão de Finanças, nobre Senador, que a proposição visa prorrogar por um exercício a vigência de um crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 destinados a obras na Rodovia Belém-Brasília, cujo saldo atual é inferior a Cr\$ 1.000.000.000,00.

Reitero a afirmativa do parecer da Câmara dos Deputados. Quando elaboro um parecer, antes procuro ler o que a Câmara disse a respeito.

Inúmeros são os projetos votados não só na Câmara como no Senado, relativos ao mesmo assunto, vazados nestes mesmos termos. Nunca encontrei objeção nestes termos. Se formos verificar a razão de ser de diversos créditos apreciados nestá ou na outra Casa do Congresso, não chegaremos a votar, porque todos os créditos, pedidos pelo Governo ou por qualquer entidade, terão de ser submetidos a exame prévio. Acho que é obrigação do Congressista pedir informações, pois tem poder para isto, ou, então, apreciação do Tribunal de Contas, a quem cabe apurar se as verbas foram bem ou mal empregadas. Ou, ainda, em último recurso, o Congresso Nacional lançar mão de Comissão de Inquérito para apurar se há ou não irregularidade.

O crédito é necessário, a prorrogação da vigência é necessária, é fato indiscutível e consta do nosso parecer sobre o qual estamos dando explicações, como bem merece o Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Pela ordem) — Senhor Presidente: V. Ex.^a pode dar-me a palavra, para explicação pessoal?

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana, para explicação pessoal.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para exp. do pessoal) — Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, não parecer do Senador Sebastião Archer, está escrito que esse crédito de Cr\$ 5.000.000.000,00, não foi liberado até a presente data, enquanto no parecer da Comissão de Finanças se diz que há um saldo superior a Cr\$ 1.000.000.000,00. E' isto não outra coisa o que estou discutindo.

O Sr. Lobão da Silveira — Meu parecer foi elaborado de acordo com o que vi da Câmara dos Deputados. Pode mandar pedir a leitura.

O SR. AURELIO VIANA — Não estou duvidando de V. Ex.^a. Esta é uma Casa de debates, uma Casa de esclarecimentos. Não devemos tomar, de maneira alguma, como ataque pessoal, como ataque à dignidade de qualquer colega, um pedido de esclarecimento. O que está escrito aqui é isto mesmo. Uma Comissão faz uma declaração; a outra faz declaração em sentido completamente diferente. Vossa Excelência bebeu numa fonte; naturalmente o nobre Senador Sebastião Archer bebeu noutra fonte, porque há duas afirmações. Quero acreditar que V. Ex.^a estudou o assunto como também não devo desacreditar o nobre colega Senador Sebastião Archer deixado de estudar a matéria. Ambos estudaram. Até prova em contrário, ambos estudaram. Ambos opinaram, ambos apresentaram pareceres e ambos os pareceres foram aprovados e creio até que unanimemente. Daí o termos suscitado a questão. Eu também sei que a Amazônia necessita.

Sei que não se separará do Brasil, porque qualquer Estado que tentar o desmembramento será esmagado pelos grupos.

O Sr. Lobão da Silveira — Não fui eu quem o disse; apenas citei Euclides da Cunha.

O SR. AURELIO VIANA — Quando São Paulo dizia, noutras épocas, que se separaria do Brasil, legiões de nordestinos e de nortistas, de toda parte, desceram para evitar que membro deste País fosse podado, saís-

se dele. Não se admite outro Brasil, senão este que aqui está.

O Sr. José Feliciano — Muito bem.

O SR. AURELIO VIANA — E qualquer grupo que tiver a veleidade de se separar do resto do Brasil, será esmagado, aniquilado.

Há grupos até internacionais que desejam isso. Desejam a fragmentação deste País em diversas repúblicas, a internacionalização da Amazônia, a criação de Estados tampões, enfim, a fragmentação do Brasil, como se fosse um Vietnã, uma república qualquer da Ásia, um Laos.

Aqui é diferente. Agora, quero que V. Ex.^a considere que desejei saber, porque, como V. Ex.^a é estudioso da matéria, não o seu eu, embora, pois sou apenas um curioso, então, encontrei isto... O Sr. Lobão da Silveira — Parece que expliquei a V. Ex.^a.

O SR. AURELIO VIANA — Vossa Ex.^a não explicou. Repetiu, apenas, o que se encontra no seu parecer. Não explicou o que se encontra no parecer da outra Comissão.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Excelência quer que eu explique o parecer da Comissão a que não pertence? Como?

O SR. AURELIO VIANA — Ainda não chegamos a um entendimento porque V. Ex.^a está sob a impressão de que eu o critiquei, de que eu o condenei, de que eu declarei que Vossa Ex.^a está errado, de que V. Excelência não bebeu em boa fonte.

Quero afirmar, aqui, que V. Excelência me merece tanto quanto o nobre Senador Sebastião Archer. É o que quero dizer a V. Ex.^a. Porém, seu parecer, lemos que mais de quatro bilhões de cruzeiros já foram liberados.

O Sr. Lobão da Silveira — Hauri todos os elementos do próprio projeto.

O SR. AURELIO VIANA — Não estou dizendo o contrário. Então, pergunto; onde hauriu, onde bebeu o outro Senador que, tendo o seu parecer aprovado pela Comissão de Transportes, declarou que a verba de cinco milhões de cruzeiros precisa ser liberada?

Sr. Senador, creio que agora nós nos entendemos!

O Sr. Lobão da Silveira — Vossa Ex.^a diz o que pensa e eu também digo o que penso.

O SR. AURELIO VIANA — Vossa Ex.^a leva a questão, outra vez, para ponto diferente. Não se trata de dizer o que penso!

O Sr. Lobão da Silveira — Vossa Ex.^a diz o que pensa.

O SR. AURELIO VIANA — Não há debate de ordem pessoal, nesta Ca-

sa, apenas uma informação da Comissão de Transportes. No entanto, repetiu o que há pouco leu, aliás, eu já havia lido o seu parecer.

O Sr. Lobão da Silveira — Eu não sou da Comissão de Transportes.

O SR. PRESIDENTE — Devo esclarecer aos nobres Srs. Senadores que a Mesa foi tolerante ao considerar o segundo discurso do nobre Senador Aurélio Viana como para explicação pessoal.

O SR. AURELIO VIANA — Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador José Feliciano, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, no encaminhamento da votação, quero referir-me ao parecer da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas sobre o projeto que prorroga, pelo prazo de um exercício, a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, concedendo crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado às obras da Rodovia Belém-Brasília.

É da competência daquela Comissão verificar apenas o aspecto técnico de transporte, comunicação e obras públicas. Não deve nunca se envolver na parte financeira. Daí o Senador Sebastião Archer, o relator, ter-se adstrito somente aos técnicos no seu parecer.

Assim vemos que um crédito especial da altura de Cr\$ 5.000.000.000,00, autorizado por uma Lei, que apareceu sob esse nome — crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 — não poderia receber, na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, parecer referente a essa quantia.

O Sr. Aurélio Viana — Como afirmativa, de vez que, até a presente data, não foi liberado.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Não foram liberados na totalidade. Realmente, Cr\$ 5.000.000.000,00 não foram liberados. Foram pagos Cr\$ 4.000.000.000,00 segundo a Comissão de Finanças nos informou, restando, aproximadamente, Cr\$ 1.000.000.000,00. Competência absolutamente exata da Comissão de Finanças.

A Comissão de Transportes não competiria, nunca, entrar no mérito financeiro da operação. A ela, somente, compete o aspecto técnico, que o

Senador Sebastião Archer pôs, no seu parecer, nos seguintes termos:

"Não obstante estes aspectos técnicos, há os de ordem técnica econômica, social, estratégica e política, sugerindo a aprovação e mesmo a recomendação da medida, aos quais seria ocioso fazer referência".

A Comissão de Transportes só se referiu ao aspecto técnico, exatamente a esse aspecto. O projeto, o crédito, a lei, e que se refere aos Cr\$ 5.000.000.000,00. Creio que o nobre Senador Aurélio Viana ficou extremamente cientificado do procedimento da Comissão de Transportes que não entrou no mérito do quanto já se gastou, do quanto se tem se pagar à SPVEA. Foi apenas verificada que era crédito para uma estrada, que esta estrada era do Plano Nacional, que estava em condições de ser aplicado o crédito, já que não havia sido pago na sua totalidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa verifica a não existência de "quorum" para a votação do projeto e, mesmo, para prosseguimento dos trabalhos.

Antes de encerrar a presente sessão designo para a próxima a seguinte

ORDEN DO DIA

Sessão de 24 de julho de 1963

(Quarta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1963 (nº 4-818-B, de 1962, na casa de origem), que prorroga pelo prazo de um exercício a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede crédito especial destinado a obras da rodovia Belém-Brasília, tendo Pareceres Favoráveis (nºs 242 e 243, de 1963) das Comissões: de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

2

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1963 (da autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres), que atribui à Justiça do Trabalho faculdade para determinar, em audiência, a assinatura da Carteira Profissional, e dá outras providências, tendo Pareceres sob ns. 240 e 241, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e de Legislação Social, pela rejeição.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos).